

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial**

**Caroline Craveiro**

**MAPEAMENTO CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DA  
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA EM BELO HORIZONTE – MG**

**Belo Horizonte**  
**2017**

**Caroline Craveiro**

**MAPEAMENTO CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DA  
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA EM BELO HORIZONTE – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Morais Castro

Área de concentração: Análise Espacial

**Belo Horizonte**

**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C898m Craveiro, Caroline  
Mapeamento cultural como instrumento para a gestão da política pública de cultura em Belo Horizonte – MG / Caroline Craveiro. Belo Horizonte, 2017.  
158 f.: il.

Orientador: José Flávio Morais Castro  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial

1. Geografia cultural. 2. Análise espacial (Estatística). 3. Política pública - Belo Horizonte (MG). 4. Sistemas de informação geográfica. 5. Mapeamento digital. I. Castro, José Flávio Morais. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 911.3

**Caroline Craveiro**

**MAPEAMENTO CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DA  
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA EM BELO HORIZONTE – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Espacial

---

Prof. Dr. José Flávio Morais Castro – PUC Minas (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Valéria Amorim do Carmo – UFMG (Banca examinadora)

---

Prof. Dr. José Márcio P. de Moura Barros – PUC Minas (Banca examinadora)

---

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho – PUC Minas (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2017

## **AGRADECIMENTOS**

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas pela acolhida e ensinamentos, em especial ao professor Oswaldo Bueno Amorim Filho.*

*Ao meu orientador, professor José Flávio Morais Castro por aceitar o desafio de me orientar na condução e finalização da pesquisa, e tão bem me auxiliar com exigências, interrogações e conhecimentos.*

*A equipe da secretaria, sempre presente e atenta às nossas demandas, em especial à Tati e ao Délio.*

*Aos colegas do Mestrado pela presença alegre, incentivo e partilha de experiências.*

*À PUC e CAPES pela concessão de apoio ao Programa e aos alunos.*

*À Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte pelo apoio à realização da pesquisa.*

*Aos colegas de trabalho pela força.*

*À minha família, pelo apoio, paciência e amor.*

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema o mapeamento cultural, no âmbito da gestão pública de cultura do município de Belo Horizonte - Minas Gerais, a partir de duas abordagens: o mapeamento colaborativo por meio de uma plataforma digital e online (*Mapa Cultural BH*) e o mapeamento temático a partir de dados da execução do órgão gestor da política cultural. Teve como objetivo levantar o potencial e as dificuldades destas duas possibilidades de mapeamento a partir da percepção de gestores e servidores da Fundação Municipal de Cultura e por meio da elaboração de mapas temáticos de atividades e serviços executados pela instituição. Considerando o mapeamento cultural como processo/produto e as relações entre espaço e cultura, a pesquisa trata de um dos desafios da gestão pública de cultura atualmente, a definição e consolidação de metodologias de cadastro, mapeamento, análise e síntese de informações sobre a diversidade e a complexidade do setor cultural e da atuação do poder público para a constituição do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

Palavras-chave: Mapeamento cultural, geocolaboração, política pública cultural

## **ABSTRACT**

This dissertation has as its theme the cultural mapping, within the scope of public management of culture of the municipality of Belo Horizonte - Minas Gerais, from two approaches: collaborative mapping through a digital and online platform (BH Cultural Map) and mapping based on data from the implementation of the governing body of cultural policy. It aimed to point out the potential and difficulties of these two possibilities of mapping from the perception of managers and servers of the Municipal Foundation of Culture and through the thematic maps of activities and services performed by the institution. Considering cultural mapping as a process / product and the relationships between space and culture, the research addresses one of the challenges of public management of culture today, the definition and consolidation of methodologies for registering, mapping, analyzing and synthesizing information on diversity and the complexity of the cultural sector and the performance of public power for the constitution of the National Information System and Cultural Indicators.

**Keywords:** Cultural mapping, geocolaboration, public cultural policy

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variáveis visuais - Bertin (1967) .....	30
Figura 2- Percurso teórico-metodológico .....	38
Figura 3 - Mapeamento temático a partir dos níveis de pesquisa de Libault (1971) .....	41
Figura 4 - Regionais e Territórios de Gestão Compartilhada - PBH, 2015 .....	45
Figura 5 - Equipamentos culturais da Fundação Municipal de Cultura - 2015 .....	46
Figura 6 - Mapa Cultural BH .....	70
Figura 7 - Área de atuação na FMC dos respondentes do questionário .....	73
Figura 8 - Consideração do mapeamento cultural como ferramenta de gestão - % .....	75
Figura 9 - Consideração sobre o uso do mapeamento cultural no setor que atua na FMC -% .....	75
Figura 10 - Consideração sobre existência de dados no setor em que atua que podem ser dispostos em mapas - % .....	76
Figura 11 - Conteúdos que gostariam de visualizar em mapas - % .....	79
Figura 12 - Número de equipamentos culturais municipais públicos em BH - 1989 a 2015 ..	87
Figura 13 - Atividades finalísticas – 2001 a 2015 .....	88
Figura 14 - Atividades finalísticas realizadas por mês em 2015 .....	89
Figura 15 - Público registrado por mês nas atividades finalísticas de 2015 .....	89
Figura 16 - Serviços realizados por mês em 2015 .....	90
Figura 17 - Público registrado por mês nos serviços de 2015 .....	90
Figura 18 - Percentual de atividades finalísticas e serviços por regional no município .....	93
Figura 19 - Percentual de atividades finalísticas e serviços por regional no município .....	93
Figura 20 - Percentual de atividades finalísticas por regional no município .....	94
Figura 21 - Percentual de serviços por regional no município de Belo Horizonte - 2015 ..	94
Figura 22 - População (absoluta e relativa) e densidade demográfica do município de Belo Horizonte, por regional e por território da gestão compartilhada, em 2010 .....	100

Figura 23 - Número de equipamentos culturais no município de Belo Horizonte por território de gestão compartilhada, em 2015 .....	101
Figura 24 - Total de atividades finalísticas e serviços executados no município de Belo Horizonte, por regional e por território de gestão compartilhada, em 2015 .....	104
Figura 25 - Público registrado nas atividades finalísticas e serviços no município de Belo Horizonte, por regional e por território de gestão compartilhada, em 2015 .....	107
Figura 26 - Total de atividades finalísticas realizadas no município de Belo Horizonte, por regional e território de gestão compartilhada - 2015 .....	109
Figura 27 - Público registrado nas atividades finalísticas no município de Belo Horizonte, por regional e por território de gestão compartilhada, em 2015.....	110
Figura 28 - Serviços realizados no município de Belo Horizonte, por regional e território de gestão compartilhada – 2015 .....	112
Figura 29 - Atividades finalísticas realizadas no município de Belo Horizonte, por tipo por território de gestão compartilhada - 2015 .....	114
Figura 30 - Público registrado nos tipos de atividades finalísticas no município de Belo Horizonte por território de gestão compartilhada – 2015 .....	115
Figura 31 - Serviços e público atendido no município de Belo Horizonte, por território de gestão compartilhada - 2015 .....	116
Figura 32 - Edital Descentra no município de Belo Horizonte por regional – 2015 .....	120
Figura 33 - Projetos da LMIC executados em equipamentos culturais da FMC no município de Belo Horizonte, por território de gestão compartilhada - 2015.....	122
Figura 34 - Leitores cadastrados na biblioteca do Centro Cultural Lindeia Regina – 2015 .....	124
Figura 35 - Número de CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) atendidos pelo Arena da Cultura em por regional – 2015 e localização dos equipamentos culturais FMC em relação aos CRAS no município de Belo Horizonte – 2016.....	125
Figura 36 - Localização dos equipamentos da FMC em relação a vilas e aglomerados no município de Belo Horizonte, – 2015 .....	126

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Destaques da abordagem cultural pela Geografia .....	22
Quadro 2 - Questionário aplicado para gestores e servidores FMC - Mapa Cultural BH ....	39
Quadro 3 - Trajetória da cultura na estrutura administrativa de Belo Horizonte .....	47
Quadro 4 - Programas e políticas da FMC - 2015 .....	53
Quadro 5 - Áreas e bens protegidos em Belo Horizonte - FMC/PBH - 2015.....	60
Quadro 6 - Áreas de atuação e tipos de espaços - Mapa Cultural BH 2015 .....	67
Quadro 7 - Respostas à questão: O que você entende por mapeamento cultural? .....	73
Quadro 8 - Respostas à questão: Caso você considere que no setor no qual atua na FMC tenha dados que possam ser cartografados, georreferenciados, cite quais dados são estes. .....	76
Quadro 9 - Respostas à questão: Caso você considere que falta algum tipo de área/setor artístico ou cultural nas categorias de agente cultural ou espaço cultural dispostos pelo Mapa Cultural BH, indique-os. ....	80
Quadro 10 - Respostas à questão: Dificuldades e limitações que você identifica para o uso do Mapa Cultural BH por agentes culturais da sociedade civil. ....	80
Quadro 11 - Respostas à questão: Dificuldades e limitações que você identifica para o uso do Mapa Cultural BH por servidores e gestores da FMC. ....	87
Quadro 12 - Respostas à questão: No âmbito institucional, indique o que pode ser feito para que o Mapa Cultural BH seja um instrumento de gestão utilizado pela FMC. ....	83
Quadro 13 - Respostas à questão: outras considerações sobre o tema. ....	84
Quadro 14 - Tipologia de atividades finalísticas e serviços - SMAPP (2010) .....	95

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados coletados - atividades e serviços por território de gestão compartilhada - 2015 .....	42
Tabela 2 - Tipo de equipamento cultural da FMC, nome e localização - 2015 .....	43
Tabela 3 - Total de atividades finalísticas realizadas - 2001 a 2015.....	88
Tabela 4 - Atividades finalísticas e serviços - 2015 .....	89
Tabela 5 -- Dados de mídias sociais - 2013 a 2015 .....	97
Tabela 6 - Total de atividades e serviços por regional - 2015 .....	92
Tabela 7 - Percentual de atividades finalísticas e serviços por regional no município de Belo Horizonte - 2015 .....	92
Tabela 8 - Territórios de gestão compartilhada sem atividades e serviços da FMC - 2015	105

## LISTA DE SIGLAS

ADE – Área de Diretrizes Especiais

B – Barreiro

CDPCM/BH – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CS – Centro-Sul

COMUC – Conselho Municipal de Política Cultural

DVMAV – Divisão de Monitoramento e Avaliação

DVDTI – Divisão de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação

DPAI – Departamento de Articulação e Informação

DIPPC – Diretoria de Planejamento e Projetos Culturais

DIPC – Diretoria de Patrimônio Cultural

FAN – Festival de Arte Negra

FIT – Festival Internacional de Teatro Palco e Rua de Belo Horizonte

FIQ – Festival Internacional de Quadrinhos

FLI – Festival Literário Internacional

FMC – Fundação Municipal de Cultura

IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

ISA – Índice de Salubridade

L – Leste

LMIC – Lei Municipal de Incentivo à Cultura

MINC – Ministério da Cultura

N – Norte

NE – Nordeste

NO – Noroeste

O – Oeste

P – Pampulha

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental

PMC – Plano Municipal de Cultura

PNC – Plano Nacional de Cultura

Prodabel – Empresa de Informática e Informação do município de Belo Horizonte

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SMAPP – Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos

SMARU – Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana

SMC – Sistema Municipal de Cultura

SMIIC – Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SNIIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -  
acrônimo de United Nations Educational, Scientific and Cultural

VN – Venda Nova

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO .....	15
2.1- Geografia e cultura: encontros pela geografia cultural .....	20
2.2 - Cultura como política para o território .....	25
2.3 - Mapa: da representação tradicional à representação contemporânea .....	26
2.3.1– Mapas e Cultura .....	31
2.3.2 - Mapas colaborativos: a geocolaboração e a mudança na concepção de mapeamento .....	33
2.4. Abordagens metodológicas e técnicas .....	37
2.4.1 – <i>Mapa Cultural BH</i> – descrição e estudo de percepção .....	38
2.4.2 – Mapeamento temático – abordagem cartográfica convencional .....	40
2.4.3 – Regionais administrativas e territórios de gestão compartilhada .....	44
3 – A POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA DE BELO HORIZONTE: contextualização .....	47
3.1 - A estrutura administrativa da política pública de cultura em Belo Horizonte .....	47
3.2 – Instrumentos de informação do órgão gestor de cultura .....	50
3.2.1 - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP) .....	53
3.2.2 - O uso de mapas na atual gestão da política de cultura de Belo Horizonte .....	58
3.2.3 – Setor de monitoramento e avaliação da política cultural segundo gestores e técnicos .....	67
4 - <i>MAPA CULTURAL BH: O USO DA GEOCOLABORAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA</i> .....	65
5. DADOS GERAIS DA POLÍTICA CULTURAL DE BELO HORIZONTE EM 2015 .....	86
6. MAPEAMENTO TEMÁTICO: POSSIBILIDADES DE USO PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA .....	94
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	127
REFERÊNCIAS .....	133
ANEXO 1 – Estrutura Organizacional FMC – 2015 .....	142
ANEXO 2 - Caracterização geral de setores e equipamentos da FMC e projetos 2015 .....	143

ANEXO 3 – Mapa Interativo da Secretaria Adjunta De Gestão .....	148
Compartilhada – 2015 .....	148
ANEXO 4 – Tabela de Atividades e Serviços realizados pela FMC – 2015 .....	149
ANEXO 5 – Inauguração e situação em 2016 dos equipamentos culturais FMC .....	154
ANEXO 6 – Dados da Execução FMC 2001 A 2015 - – Atividades finalísticas e Serviços - PBH .....	156
ANEXO 7 - Dados Populacionais por regional administrativa - 2010 .....	157
ANEXO 8 – Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) por regional – 2015 .....	158

## 1 – INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema o mapeamento cultural como instrumento de gestão para a política pública de cultura em Belo Horizonte, Minas Gerais. A principal motivação para a pesquisa foi identificar o lugar da análise geográfica no âmbito de uma instituição pública de política cultural tendo como foco o mapeamento. A análise geográfica não se limita, evidentemente, à implantação de mapeamento. No entanto, no contexto de implantação do *Mapa Cultural BH* pela Fundação Municipal de Cultura (FMC), órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e de constituição do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), a pesquisa priorizou o mapeamento, em duas categorias identificadas no âmbito desta instituição: o mapeamento colaborativo por meio de uma plataforma online (*Mapa Cultural BH*) e o mapeamento temático elaborado a partir de dados de atividades e serviços executados pela instituição.

A pesquisa teve como objetivo interrogar o processo de mapeamento cultural e resultou em três abordagens investigativas: descrição do processo de implantação e estudo da percepção dos atores institucionais (gestores e servidores) sobre o *Mapa Cultural BH* e mapeamento temático com dados da política cultural em Belo Horizonte em 2015.

Baseando-se na concepção de mapeamento cultural como processo/produto (SEEMANN, 2001) e nas relações entre espaço e cultura (CLAVAL, 2007), a cultura foi considerada um universo de elementos cujos atributos, dinâmicas, expressões e práticas se realizam espacialmente e se configuram em paisagens, lugares, territórios, fronteiras, dentre outras categorias de análise geográfica que são construídas e reconhecidas simbolicamente e que contém e estão contidas por representações.

A pesquisa trata de um dos desafios da gestão pública de cultura, atualmente, o de definir e consolidar metodologias de cadastramento, mapeamento, análise e síntese de informações culturais que envolvam a diversidade e a complexidade do setor. O mapeamento cultural é considerado pelo Ministério da Cultura (MINC) ação fundamental para a implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), um dos elementos constituintes do Sistema Nacional de Cultura (SNC), estabelecido pela emenda constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012 que o

acrescentou ao artigo 216 da Constituição Federal. O SNIIC corresponde a um conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados – cadastros, diagnósticos, censos e amostras e mapeamentos relativos à realidade cultural sobre a qual o poder público pretende atuar. Por meio do levantamento de dados e análise sobre a atuação de artistas, produtores, grupos de cultura popular, patrimônio material e imaterial, celebrações, eventos, equipamentos culturais, órgãos públicos e privados, movimentos sociais da cultura, é possível planejar e executar com maior coerência programas e projetos culturais (MINC, 2011).

A gestão da política pública da cultura, em todo o Brasil, ainda apresenta dificuldades em identificar atores, dinâmicas e processos culturais e em utilizar técnicas de mapeamento. Faz-se necessário superar esta dificuldade, desenvolvendo instrumentos capazes de identificar, localizar e relacionar espacialmente elementos e processos do universo cultural atribuído às políticas públicas. A elaboração de mapas culturais, pautada em informações de processos e conteúdos culturais, pode contribuir para a superação desta dificuldade. (SOUZA, 2003)

O Plano Nacional de Cultura (PNC) - lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010 - que criou o SNIIC estabeleceu princípios, objetivos, atribuições, diretrizes, estratégias, ações e metas para os entes federados (União, Estados e Municípios) no que tange à formulação das políticas públicas. Dentre as estratégias, é apontado o uso do mapeamento para estabelecer padrões de cadastramento, localização e síntese das informações culturais, a fim de orientar a coleta de dados relacionados à gestão, à formação, à produção e à fruição de obras, atividades e expressões artísticas e culturais (MINC, 2013).

Segundo o MINC (2013), caberá aos entes federados implantar instrumentos para mapear, registrar, salvaguardar e difundir as diversas expressões da diversidade brasileira, inclusive, aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica do território brasileiro. Dentre suas 43 metas, o PNC apresenta como meta 3 a realização da *cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada*. Esta meta pressupõe a produção de mapas que revelem as expressões culturais e linguagens artísticas do país. Esta cartografia deve abarcar as especificidades de cada estado e as expressões do patrimônio artístico e cultural

(material e imaterial), sendo mapeadas tanto as expressões artísticas (teatro, dança, circo, artes visuais, música, etc.) como as de grupos sociais que representam os segmentos de nossa diversidade cultural (povos de terreiro, indígenas, ciganos, culturas populares, imigrantes, mestres de saberes e fazeres tradicionais, etc.).

O mapeamento cultural, portanto, é considerado como um processo importante para o reconhecimento das expressões e práticas culturais de um território e seu uso poderá contribuir para a formulação de políticas, além de identificar vocações e demandas locais e ainda ser um instrumental técnico a serviço também dos demais agentes da política de cultura, como produtores, empreendedores, agentes culturais (SOUZA, 2003).

A falta de informação na área cultural é uma questão grave nas instâncias nacional, estadual e municipal e o mapeamento cultural é uma das condições para que se tenha uma base de informações para a formulação de políticas. Libânio (2013) aponta a necessidade de realização de diagnósticos e mapeamentos para sejam pautados políticas e projetos do poder público para a área da cultura, assim como estejam disponíveis informações aos demais agentes culturais do setor privado.

Em Belo Horizonte, o primeiro e único diagnóstico cultural foi elaborado em 1994 e o Censo Cultural de Minas Gerais, datado do final dos anos 1990, começou a ser atualizado em 2005, mas não foi concluído por problemas de ordem institucional e técnica. As principais dificuldades decorreram do pouco esforço e comprometimento político, baixo orçamento e agilidade por parte do poder público. Tanto o estado de Minas Gerais como a capital mineira, ainda contam com cadastros simples de equipamentos e bancos de dados que demandam atualização, além de pouco extensos e detalhados, sem atingir as várias dimensões e a diversidade do setor e das práticas da cultura e de não terem acesso difundido e facilitado à população (LIBÂNIO, 2013).

A gestão pública pode utilizar diferentes estratégias para realizar mapeamentos culturais nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Há, no entanto, muitos desafios conceituais, técnicos, administrativos e políticos que deverão ser superados para que sejam realizados mapeamentos coerentes com a diversidade cultural disposta nos territórios, espaços, lugares e paisagens.

O Sistema Municipal de Cultura (SMC) de Belo Horizonte, definido pela Lei 10.901, de 11 de janeiro de 2016, instituiu o Sistema Municipal de Informações e

Indicadores (SMIIC) e aponta, em seu artigo 50, a realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural. O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte (PMC), lei 10.854 de 16 de outubro de 2015, que antecedeu a própria instituição do SMC, já apresentava na meta 3 a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), com ações que incluem a realização de mapeamentos. Isto demonstra o reforço, na perspectiva das normativas, da necessidade deste instrumento.

Como política pública, são atribuídas à cultura três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Segundo o MINC (2011), a dimensão simbólica está fundamentada na capacidade humana de simbolizar, de criar e se expressar por valores, crenças e práticas dotadas de significados e representações. Esta dimensão aloja a concepção antropológica da cultura e abarca toda a produção simbólica de uma dada sociedade, o que inclui as diversas formas de manifestação do pensamento, dos saberes, práticas culturais e artísticas, inscritos nas práticas do cotidiano. A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que a cultura é um direito e integra o conjunto dos direitos humanos. A dimensão econômica, por sua vez, corresponde à concepção da cultura enquanto setor da economia, capaz de gerar renda, trabalho, configurando cadeias produtivas de atuação local, nacional e global. Estas dimensões são consideradas nas normativas da política cultural, como por exemplo, nos termos do SMC de Belo Horizonte. O estudo de cada uma destas dimensões da cultura implica em um universo de informações e dados de diferentes naturezas, o que exige diferentes estratégias metodológicas para sua análise e possíveis mapeamentos.

A gestão pública, nos últimos anos, tem incorporado novos referenciais conceituais, metodológicos e técnicos para a leitura dos territórios nos quais atua, a fim de identificar dinâmicas, processos, problemas e soluções e para avaliar a execução e o impacto de projetos e ações. O uso da geografia, por meio de estudos e mapeamentos é recorrente nas políticas de saúde, meio ambiente, saneamento básico, transporte, etc. Compreende-se que a espacialização dos processos e elementos culturais, assim como a implicação destes são importantes na definição das categorias de análise geográfica, tais como território, lugar, paisagem. A geografia cultural também possibilita a incorporação de conceitos como os de representação e identidade, fundamentais no âmbito da cultura, além de ampliar o

conceito de mapa para além das determinações e convenções da cartografia convencional.

Em 2016, o Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC) criou a Câmara Temática de Acompanhamento da Implantação do Plano Municipal de Cultura (PMC), por meio da resolução COMUC ° 002/2016, publicada no Diário Oficial do Município ano XXII, edição 5009, em 17 de março de 2016. Esta Câmara demandou à FMC a elaboração de mapas para avaliação da execução das metas do PMC. A partir da minha atuação, como servidora da instituição junto ao COMUC, e como técnica de nível superior em geografia, houve a convergência da demanda do conselho com a proposição desta pesquisa de mestrado, em andamento desde 2015. Neste contexto, tanto o mapeamento colaborativo como o mapeamento temático foram pressupostos, pela pesquisa, como estratégias de mapeamento oportunas à gestão pública e também objetos para análise e reflexão acadêmica.

O mapeamento colaborativo desponta como uma experiência contemporânea que utiliza tecnologias digitais e em rede e dialoga com reinvenções de práticas cotidianas que transformam as formas de participação e representação (Sousa, 2012), possibilitando à gestão pública munir-se de informações a partir da atuação da própria sociedade. De outro lado, mostrou-se fundamental a utilização de da cartografia convencional para o tratamento de dados produzidos pela própria gestão pública acerca de suas atividades e serviços. Desta forma, reconhecendo estas duas potencialidades de mapeamento no âmbito da Fundação Municipal de Cultura, o percurso desta pesquisa foi construído, considerando-se o valor de aplicabilidade dos conhecimentos geográficos.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no tópico 2 são apresentadas as bases epistemológicas da pesquisa e a abordagem metodológica, no tópico 3 é feita uma contextualização da política cultural de Belo Horizonte, com os principais pontos relativos à cultura enquanto política pública com ênfase na gestão da informação e nas ações que buscam implantar o mapeamento cultural. Nos tópicos 4, 5 e 6 são apresentados os temas sobre o mapeamento no âmbito da gestão pública e a avaliação sobre a implantação do *Mapa Cultural BH* pela percepção de gestores e servidores da FMC e os mapas temáticos elaborados com dados de atividades finalísticas e serviços da política cultura municipal em 2015. Por fim, no tópico 7, são feitas as considerações finais, com as principais conclusões acerca da pesquisa, questões suscitadas, desdobramentos, novos desafios e

abrangências vislumbradas ao uso do mapeamento cultural no âmbito da gestão pública.

## 2 - BASES EPISTEMOLÓGICAS

Adotou-se como referencial teórico-metodológico a interlocução da geografia com o campo da cultura, tendo como base os pressupostos da geografia cultural (CLAVAL 2007; SEEMANN, 2001) e técnicas da cartografia (LIBAULT,1971; CAQUARD,2005; ARCHELA, 2002; CRAMPTON; 2009; MERICKSKAY e ROCHE, 2010; SOUSA, 2010 e 2011). Termos estruturantes para a pesquisa, mapa, mapeamento e cartografia assumem-se como uma categoria única pressupondo-se os significados correspondentes contidos em sua gênese. Enquanto a cultura, conceito complexo, é considerado no escopo de política pública, restringindo-se às ações culturais definidas e promovidas pelo poder público.

### 2.1- Geografia e cultura: encontros pela geografia cultural

A geografia, ao longo de sua conformação como pensamento e campo do conhecimento possui a cultura como um dos elementos para a leitura do espaço geográfico. No entanto, a abordagem da cultura pela geografia passou, ao longo de sua história, por modificações, resultando no adensamento da concepção de cultura, reconhecendo-a cada vez mais complexa e diversa. A partir disso, a geografia reconheceu atributos, dinâmicas e processos culturais na leitura de suas categorias de análise (espaço, território, lugar, paisagem, fronteira, etc.). Para Claval (2007), a geografia interroga a cultura através das seguintes questões: *como identificar uma cultura? como compreender os limites de sua extensão e as formas de sua inserção no espaço? qual a natureza e a importância das barreiras e fronteiras culturais e suas relações com as barreiras políticas?*

A cultura pode ser compreendida como um campo comum ao conjunto das ciências humanas e elemento fundante da constituição do espaço geográfico. Para Claval (2007), a cultura corresponde à mediação entre homens e a natureza, herança e resultado do jogo de comunicação, construção que permite projeção no futuro a indivíduos e grupos, ente constituído de palavras que, articulada ao discurso, realiza-se pela representação, além de ser um fator essencial de diferenciação social.

As categorias de análise da geografia (espaço, paisagem, lugar e território) são imbuídas de sentidos advindos da dimensão cultural das realidades espaciais

que expressam. A paisagem, por exemplo, carrega a marca da cultura e corresponde à sua matriz, constituindo um objeto privilegiado da chamada geografia cultural. Seemann (2001) considera a geografia cultural um campo de pesquisa polivalente e ambíguo, pois se baseia em conceitos que considera ser escorregadios - espaço e cultura. Há na geografia cultural, segundo ele, a tarefa de mostrar a dimensão espacial da cultura tanto quanto como a cultura constitui espaço. Estão dispostas questões como a identificação da cultura como prática espacial e o próprio espaço como prática cultural.

A concepção de cultura nos estudos geográficos modificou-se ao longo do tempo. A geografia cultural tradicional, das escolas alemã e francesa do século XIX, não considerava os atributos subjetivos da cultura, referindo-se apenas aos atributos materiais, objetivos e concretos. As ideias e sentidos que subentendem o conjunto de artefatos e utensílios, assim como a linguagem e discurso que o exprimem ainda não eram evocados. A cultura era considerada a partir de uma visão global e estática e não incorporava a dinamicidade subjetiva dos elementos que a integravam (MELO, 2005). Esta limitação dos fatos da cultura à atenção quase que exclusiva aos utensílios e às técnicas utilizadas para dominar o meio desconsiderou a questão da aquisição das práticas, dos saberes e dos valores. Em relação à transmissão da cultura, os estudos geográficos se limitavam à difusão das técnicas, não considerando aspectos relativos aos comportamentos, atitudes e crenças, o que resultava na identificação de paisagens cujos traços culturais eram fortemente estruturados e estáveis (CLAVAL, 2007) Esta concepção modificou-se, a partir do século XX, com estudos geográficos que passaram a considerar que aspectos e processos culturais influenciavam as relações estabelecidas entre o homem e o meio. Até meados do século XX, os estudos geográficos já identificavam territórios culturais, sem, no entanto, questionar o arcabouço de sentidos, significados e representações que os sustentam. A partir dos anos de 1970, novos pressupostos teóricos e conceituais, baseados, principalmente no existencialismo e na fenomenologia, foram assimilados pela geografia cultural que passou a interrogar a conceber a cultura a partir de conceitos como os de percepção, representação, imaginário, discurso, sujeito, percepção (CLAVAL, 2007). Neste contexto, a abordagem cultural pela geografia, passou a abarcar imagens e discursos sobre as realidades espaciais (Quadro 1).

**Quadro 1 - Destaques da abordagem cultural pela Geografia**

DESTAQUES DA ABORDAGEM CULTURAL PELA GEOGRAFIA			
PERÍODO	CONCEPÇÃO DE CULTURA	ALGUMAS REFERÊNCIAS – AUTORES E OBRAS	
<b>FINAL DO SÉCULO XIX</b>	<p>- Cultura é concebida como o conjunto de artefatos e de conhecimentos através dos quais os homens mediam suas relações com o meio natural.</p> <p>- Ênfase às técnicas, utensílios e o uso destas nas transformações da paisagem nos estudos geográficos</p>	<p>Escolas clássicas</p> <p>- Ratzel - (1844-1904)</p> <p>- Vidal de La Blache - (1845-1918)</p> <p>- Carl O.Sauer (1889-1975)</p>	<p>- Ratzel introduziu a cultura como fator-chave da geografia humana e também o termo <i>geografia cultural</i> na obra <i>A Geografia Cultural dos Estados Unidos da América com ênfase para a economia</i> (1880), e, em <i>Antropogeografia</i> (1891), ressaltou os conteúdos culturais na leitura geográfica.</p> <p>- Vidal de La Blache - a cultura era reconhecida como os instrumentos que as sociedades utilizavam e pelos quais modelavam as paisagens, no conceito de <i>gênero de vida</i>.</p> <p>- Carl O. Sauer – aspectos culturais na leitura da paisagem</p>
<b>INÍCIO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX</b>	<p>- A cultura deixou de ser analisada apenas em termos materiais da relação homem e meio e tornou-se uma variável que incluía aspectos culturais das sociedades e de organização sociais (família, comunidades).</p> <p>-Os estudos geográficos já identificavam territórios culturais, sem, no entanto, questionar o arcabouço de sentidos, significados e representações que os sustentam.</p> <p>- Destaque para obras que abordaram o mundo religioso e como os signos das religiões imprimiam-se na paisagem,</p>	<p>- Pierre Gourou (1900-1999)</p> <p>- Gilles Sautter (1920-1998)</p> <p>- Jean Gallais (1926-1998)</p> <p>- Joel Bonnemaïson (1940-1997)</p> <p>-Xavier Planhol (1926-2016)</p> <p>- Pierre Deffontaines (1894-1978)</p>	<p>- nos anos 1930, Pierre Gourou (1900-1999) fez estudo sobre o delta do Rio Vermelho em Tonking - identificação da organização social das vilas do delta no uso e o controle da água. Reconhece aspectos culturais de duas instituições: a família e a comunidade.</p> <p>- em 1948, <i>Geographie et religion</i>, de Pierre Deffontaines – como a religião influenciava povoamento e ordenamentos das cidades, das rotinas a vida pastoral, o comércio, as peregrinações. Mas ainda não há interrogações sobre os sentidos da fé e como os dogmas conferem sentido ao mundo, à natureza, à vida e à sociedade.</p>
<b>PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL ATÉ ANOS 1970</b>	<p>- A concepção de cultura passa a incorporar análise mais humana e complexa do indivíduo na sociedade, sem a divisão rígida entre o mundo objetivo (exterior) e o mundo subjetivo (interior).</p> <p>- O novo contexto no qual a uniformização demasiada das técnicas não mais detém a atenção fez com que a geografia iniciasse um estudo das representações</p> <p>- A geografia cultural começa a interrogar o corpo do homem, seu espírito, sua percepção do mundo e seu universo imaginário. ALMEIDA (1993)</p>	<p>- Eric Dardel (1899-1967)</p> <p>- Xavier Planhol (1926-2016)</p>	<p>-Eric Dardel (1899-1967) - <i>L'Homme et la terre, nature de la réalité géographique (O Homem e a terra, natureza da realidade geográfica)</i> (1952), influenciado pela história, etnografia e pela filosofia de Heidegger, considerou fundamental questionar as razões da presença do homem na Terra e a necessidade de dar sentido à sua existência e ao mundo, introduzindo na leitura geográfica, as concepções de sentidos e significados.</p> <p>-- Xavier Planhol (1926-2016) - <i>Les fondements géographiques de l'histoire de l'Islam (Os fundamentos geográficos da história do Islam)</i>(1957), analisa o peso das ideologias religiosas no mundo muçulmano e a religião como fator importante na organização socioespacial.</p>

<p><b>FINAL DOS ANOS 1970</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novos pressupostos teóricos e metodológicos, fundamentados na fenomenologia e no existencialismo - as chamadas <i>filosofias do significado</i> e em conceitos de representação, imaginário, discurso, sujeito, percepção, passam a ser assimilados pela geografia cultural.</li> <li>- Fortalecimento da corrente de autores que trabalham o conceito de <i>espaço vivido</i></li> <li>- A literatura passou a ser considerada como fonte de pesquisa, ampliando os horizontes de investigação das realidades espaciais</li> <li>- A concepção de cultura abarca combinações dinâmicas a partir de referências plurais, subjetivas e objetivas, naturais e culturais, coletivas e individuais, e a combinação de metáforas da causalidade, de projeção, de consequências, de contingências e de determinações.</li> <li>- O sentido da natureza é dado pelos homens a partir deles, isto é, através do referencial cultural.</li> <li>- Influência de autores como Merleau Ponty (1908-1961), Pierre Bordieu (1930-2002), Jean Piaget (1896-1980), Gilbert Durand (1921-2012), Gaston Bachelard (1884-1962) Michel Foucault (1926-1984) Pierre Sansot (1928-2005)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jean Gallais (1926-1998)</li> <li>- Tetsuro Watsuji (1926-1938)</li> <li>- Armand Fremont (1933)</li> <li>- Roland Breton (1931)</li> <li>- Paul Claval (1932)</li> <li>- Joel Bonnemaïson (1940-1997)</li> <li>- Augustin Berque (1942)</li> <li>- Jean Robert Pitte (1949)</li> <li>- Bernard Kayser (1926-2001)</li> <li>- Anne Buttimer (1948)</li> <li>- Yi Fu Tuan (1930)</li> <li>- Kevin Lynch (1918-1984)</li> <li>- Denis Cosgrove (1948-2008)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- obras de valorização da experiência humana dos lugares</li> <li>- estudos de percepção ambiental</li> <li>- geografia do comportamento</li> <li>- geografia humanística</li> <li>- nova geografia cultural</li> </ul>
-----------------------------------	--	--	--

**Fonte: elaborado pela autora a partir de ALMEIDA (1993), CLAVAL (2011 e 2007), CLAVAL (2011), CORREA e ROSENDAHL (2003), AMORIM FILHO (1999 e 2007)**

É importante destacar que, ao longo do tempo, a geografia sofreu inflexões decorrentes do aprimoramento de seus instrumentos de pesquisa, mas também em função de processos de difusão de técnicas de produção, ampliação do sistema de transporte e comunicação, incremento das migrações e também das implicações do processo de globalização. Todas estas transformações, no âmbito mundial, provocaram a emergência de reações cada vez mais contundentes à globalização por movimentos de afirmação cultural – de povos, lugares, etnias, realçando os temas relativos às identidades culturais, aos valores e dinâmicas locais, contrapondo o contexto global. Isto tornou a cultura um fator essencial de diferenciação social e tais diferenças se revelam em marcas no ecúmeno. (SANTOS, 2000).

A geografia cultural se desenvolveu no contato com suportes teóricos e metodológicos de outras disciplinas, como etnologia, etnografia, antropologia, história social e psicologia. Este contato possibilitou à geografia dialogar com a *observação participante do antropólogo, a obsessão descritiva do etnólogo, a atenção às dimensões inconscientes do psicólogo, a reconstrução factual do historiador* (SANTOS, 2000, p.102). Isto foi fundamental para explicar motivos e origens de diferentes formas de ocupação do espaço, mesmo quando apresentam semelhantes condições físicas (clima, relevo, vegetação, geologia, etc.). Esta

interdisciplinaridade ampliou o escopo analítico da geografia, levando-a a, gradualmente, a somar ao naturalismo, que embasou seu nascimento, conceitos como o de representação. O conceito de representação funda-se como o foco analítico específico que instituiu a geografia cultural (SANTOS, 2000).

Desta forma, a geografia cultural que nasceu no final do século XIX e que tinha interesse pela cultura material dos grupos, abarcando utensílios, artefatos e técnicas (ferramentas, formas de habitar, maneiras de cultivo e criação, etc.) passou a incorporar percepções, imagens mentais, representações, simbolismos e identidades. A concepção de cultura para a geografia é um fundamento importante para a trajetória de sua incorporação ao pensamento geográfico e à leitura dos espaços, territórios, lugares e paisagens. As mudanças epistemológicas em todo o âmbito do pensamento filosófico e científico, ao longo do século XX, alteraram a abordagem cultural pela geografia e os estudos passaram a incorporar a dimensão subjetiva e existencial da cultura. (CLAVAL, 2011). A partir da década de 1970, as abordagens culturais na geografia instauram a chamada *Nova Geografia Cultural*, com perspectivas que convergentes à *Geografia Humanística*, de filiações fenomenológicas e existencialistas, abarcando novas técnicas, entre as quais estão os mapas de percepção e os mapeamentos culturais. As abordagens culturais e humanistas na geografia produzem estudos de percepção, cognições e representações de lugares e paisagens (AMORIM FILHO, 2007).

A geografia, enquanto ciência, ao incorporar a cultura como um componente de sua análise e leitura do mundo, amplia seus horizontes e também amplia suas formas de representação e contatos com outras fontes de conhecimento e representação da realidade, como a literatura, pintura, arquitetura, dentro outros campos não somente científicos. Conclui-se, portanto, que no âmbito da geografia, é possível e necessário interrogar e apreender conteúdos e dimensões da cultura das realidades do espaço geográfico. E a partir do amplo, diverso e complexo escopo da geografia cultural, o mapeamento cultural mostra-se como possibilidade de leitura, tradução e produção de conhecimentos sobre atributos, processos e dinâmicas culturais de um dado espaço geográfico.

## 2.2 - Cultura como política para o território

A cultura possui conceituação complexa e escorregadia e envolve tanto elementos e conteúdos de natureza antropológica quanto de natureza mais restrita, como a artística, descrita como sociológica (BOTELHO, 2001). Apesar de sua complexidade e dinamicidade, a cultura pode ser reconhecida por elementos, conteúdos e processos que são sujeitos à leitura geográfica e à cartografia - da representação tradicional às formas contemporâneas. Por meio de expressões, manifestações, práticas e bens, a cultura se conforma em práticas espaciais e se aloja nas categorias geográficas cujas construções se dão material e simbolicamente (paisagem, lugar, território, espaço). O exercício de identificar a cultura no espaço geográfico como prática e reconhecê-la como um conteúdo de política pública é desafiador e requer diálogos multidisciplinares.

A política de cultura representa um recorte no conceito e atuação no campo da cultura que corresponde à atuação específica da administração pública pelos entes federados (União, estados e municípios). A política de cultura é, portanto, definida por instrumentos legais e normativos que buscam empreender, para esta abrangente, diversa e complexa entidade (a cultura), um lugar de política para território, assim como o fazem para também outras entidades complexas, tais como educação e saúde.

Para entender a formulação e a implementação da política pública de cultura faz-se necessário buscar o entendimento sobre o que é concebido como cultura pelo Estado. Botelho (2001) estabelece a distinção entre a cultura do plano do cotidiano daquela que ocorre num circuito organizado. Para Botelho (2001), esta distinção incide de modo direto na definição de estratégias, articulações entre as instâncias do poder público na formulação da política cultural. Segundo a autora, é necessário reconhecer na cultura duas dimensões – a antropológica e a sociológica. Estas duas dimensões são igualmente importantes do ponto de vista de uma política pública, porém, implicam em significação e estratégias diferentes.

A dimensão antropológica corresponde à interação social dos indivíduos, como elaboram seus modos de pensar, sentir, a construção de valores, a forma como manejam suas identidades e estabelecem suas rotinas. Nesta dimensão, a interação e a sociabilidade constituem dados básicos. Para que a cultura, na dimensão antropológica, seja atingida por uma política é necessário que haja uma

reorganização das estruturas sociais, uma distribuição de recursos econômicos e de poder. Seria necessário um processo de mudanças estruturais e radicais que afetariam os modos de vida, hábitos, costumes, rotinas dos indivíduos e grupos sociais. Por outro lado, a dimensão sociológica corresponde a uma esfera especializada, de uma produção elaborada, com intenção explícita e que constrói determinados sentidos para alcançar um determinado tipo de público, através de um determinado meio de expressão. Nesta dimensão está o conjunto definido de profissionais, instituições e grupos da sociedade que compõem um circuito organizacional que estimula, por diferentes meios, a produção, circulação e consumo de bens simbólicos. Nesta dimensão, seria mais fácil planejar interferências e buscar resultados. E este é o campo privilegiado das políticas culturais, posto sua visibilidade, sua natureza mais tangível e institucionalizada. A política pública que se insere na dimensão sociológica pode ter uma ação mais efetiva, pois permite a elaboração de diagnósticos, ações programadas para resolução de problemas, estímulo com recursos para superar carências, metas de períodos curto, médio e longo. (BOTELHO, 2001)

### **2.3 - Mapa: da representação tradicional à representação contemporânea**

O mapa corresponde a uma representação simbólica, historicamente vinculada à geografia, que apresenta uma forma de interpretação sobre espaços, paisagens, territórios e lugares. A maioria dos mapas possui uma finalidade marcada pela prática e voltada ao conhecimento de um espaço. Pela capacidade de atender a diferentes temáticas, os mapas satisfazem necessidades de prospecção de recursos, trabalho e domínios, demarcação de vias de comunicação, condições para defesa, etc. Expressam conhecimentos construídos socialmente e carregam valores e sentidos, não apresentando nada de inerte e passivo em seus registros. Por meio da leitura de mapas, é possível constatar diferentes visões de mundo e, por isso, são utilizados por vários campos do conhecimento. Enquanto linguagem, o mapa possui simbolismo e constitui-se como um saber que é produto social, além de estar atrelado ao processo de poder pelos exercícios de propaganda, de vigilância e de influência política sobre a sociedade (HARVEY, 1988) (GOULD e BAILLY, 1995).

Apesar da criação de mapas ser algo remoto na história da humanidade, a cartografia, como campo de conhecimento, passou a se conformar teoricamente, a partir da segunda metade do século XIX e sendo definida, em 1964, pela Associação

Cartográfica Internacional (ACI), como conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseadas nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, mapas e outras formas de expressão, assim como a sua utilização. Esta definição a aproxima a cartografia da arte, arquitetura, design e comunicação (ARCHELA, 2002).

A cartografia teórica destacou-se após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) quando expõe a importância da impressão visual no desenho cartográfico e na clareza e legibilidade dos mapas, realizando uma análise geral do processo no qual as teorias de comunicação cartográficas eram idealizadas. A partir da década de 1970, cartógrafos passam a formular modelos de comunicação de informação cartográfica, tendo como referências a teoria da comunicação cartográfica, a teoria da modelização, a semiologia e a teoria da cognição (ARCHELA, 2002). Em todas estas teorias, segundo a autora, é possível reconhecer a combinação dos seguintes elementos: a realidade, o criador de mapas, o usuário de mapas e a imagem da realidade, ainda que haja, entre as teorias, variações nos veículos da informação na modelização, na semiologia ou na cognição.

Para Archela (2002), a teoria da informação teve influência fundamental na formulação do papel e das atribuições da cartografia, abrindo caminho para a comunicação cartográfica. Neste contexto, o mapa foi considerado um veículo de informação e a cartografia considerada como teoria, técnica e prática e detentora de duas esferas de interesses: a criação e o uso de mapas. Simielli (1986) analisou modelos de comunicação cartográfica e concluiu que estes passaram a considerar o mapa como meio de transmissão de informação.

A teoria da modelização foi desenvolvida vinculada à informática e um dos seus principais autores, Board (1975), definiu o mapa como um modelo de realidade elaborado a partir de um método científico de investigação. A partir da teoria de modelização, Libault (1971) propôs um roteiro de investigação com base cartográfica que consiste nos níveis compilatório, correlatório, semântico e normativo. O nível compilatório corresponde ao levantamento dos dados por meio de recenseamentos, pesquisas diretas ou bancos de dados e pressupõe a hierarquização dos dados dentro de um ordenamento racional e escolha de variáveis realmente significativas e pertinentes à pesquisa. O nível correlatório corresponde à análise dos dados, na qual há que se verificar a homogeneidade e comparabilidade dos dados, suas condições de caracterização de um fenômeno geográfico em relação aos valores

numéricos dispostos e em função da localização geográfica, além da ordenação dos dados antes de análise definitiva. No nível semântico, busca-se a localização dos problemas parciais para organizar os elementos no contexto de um problema global, a fim de elaboração de sínteses ou generalizações. E, por fim, no nível normativo, há a formulação de modelo resultante da seleção e correlação das variáveis, com a tradução de resultados fatoriais e formulação de normas aproveitáveis à realidade ou a hipóteses.

A modelização cartográfica como fundamentação teórica à cartografia foi introduzida no Brasil a partir da década de 1970 no IBGE, em estudos na UNESP de Rio Claro e na UFRJ (ARCHELA, 2002) e teve como obra de referência *Os mapas como modelos* de Board (1975), e como modelos que serviram de suporte teórico para o desenvolvimento de técnicas quantitativas o *Estado Isolado*, de Von Thunen, *Localização Industrial* (Weber), *Pólos de crescimento* (Perroux), *Lugares Centrais* (Christaller), *Centro Periferia* (Friedman) (ARCHELA, 2002). Como reflexo mais moderno da teoria de modelização na cartografia, a autora cita a introdução da tecnologia do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e da intensificação do uso de métodos matemáticos e estatísticos no tratamento de variáveis, além de toda a evolução tecnológica e computacional.

O escopo teórico da cartografia também se adensou com os conteúdos da semiologia gráfica, a partir da obra *Semiologie graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes* (1967), de Bertin, que conceitou e sistematizou a linguagem cartográfica como um sistema de símbolos gráficos com significado e significante. Como significado, são consideradas as relações entre os dados a serem representados. Tais relações podem ser de similaridade/diversidade, ordem/proporcionalidade e devem ser transcritas no mapa por variáveis visuais que representem estas relações entre os dados. Estas variáveis visuais são os significantes e são: tamanho, valor, textura, cor, orientação e forma. Bertin (1967) organizou um quadro de variáveis visuais com propriedades perceptivas para a linguagem da cartografia (Figura 1). O autor, inclusive, desenvolveu reflexões acerca do mapa para ver e do mapa para ler, buscando explorar os sentidos alcançados pelo mapa como instrumento de comunicação e pesquisa. As perguntas que devem ser feitas antes do mapear são fundamentais para a definição das estratégias para a elaboração do mapa. (BERTIN, 1988)

A teoria da cognição correspondeu à assimilação de um método cartográfico que buscava compreender e envolver operações mentais lógicas de comparação, análise, síntese, abstração, generalização e modelização cartográfica (ARCHELA, 2002). Nesta abordagem, o mapa é considerado uma fonte variável de informações, pois depende de características do usuário. Tendo como referência a psicologia, a cartografia baseada na teoria cognitiva passou a considerar o leitor do mapa, reconhecendo o mapa como um instrumento de aquisição de novos conhecimentos sobre a realidade apresentada. Nesta corrente, discutiu-se o uso dos mapas mentais e a importância da alfabetização cartográfica. O mapa passou a ser considerado importante para revelar as representações mentais dos indivíduos, do que estes conhecem ou concebem dos espaços, assim como é também foi conferido aos mapas um poder para estimular a imaginação, o pensamento e a consciência de dos leitores.

Nas últimas décadas, o uso de novas tecnologias, o surgimento da cartografia digital, com maior suporte de conteúdos computacionais e de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) possibilitou novos usos e maior agilidade no armazenamento de dados, processamento, flexibilidade de compilação e de visualização das informações, o que colocou a elaboração de mapas diante de novos desafios quanto à formulação teórica. (ARCHELA, 2002) Vários termos são usados para designar as novas práticas de interseção entre dados geográficos, cartográficos e os dispositivos da internet, como *geospatial web*, *geoweb*, *neogeography*, *mídia locativa*, *geocolaboração* (CRAMPTON, 2009).

Figura 1 - Variáveis visuais - Bertin (1967)

## MODO DE IMPLANTAÇÃO DAS VARIÁVEIS VISUAIS

	Pontual	Linear	Zonal
Tamanho			
Valor			
Granulação			
Cor			
Orientação			
Forma			

## NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS VISUAIS

	Qualitativo		Ordenado O	Quantitativo Q
	Associativo ≡	Seletivo ≠		
Tamanho	Dissociativo ≠	≠	O	Q
Valor <i>(visibilidade variável)</i>	≠	≠	O	
Granulação	≡	≠	O	
Cor	≡	≠		Destruição do Significado da Imagem
Orientação	≡	≠		
Forma	≡			

FONTE: LE SANN, J. G. - Documento Cartográfico: considerações gerais.  
Revista Geografia e Ensino, UFMG/IGC, (3):3-17, 1983.

MARTINELLI, M. - Curso de Cartografia Temática. São Paulo.  
Editora Contexto, 1991, p. 15.

Fonte: LÊ SAAN, J.G, 1983; MARTINELLI, M, 1991

Há na história da cartografia transformações profundas na forma de apreensão do espaço - do olho ao satélite - e na forma de grafias deste espaço – da argila à tela do computador. No entanto, o mapa preserva aspectos essenciais de sua natureza e continua a incorporar os valores e sentidos das sociedades que os

produzem. Os avanços nos conhecimentos e técnicas permitiram, a cada tempo, maior precisão sobre os dados mapeados, assim como a ampliação das possibilidades de correlação de informações diversas sobre o espaço.

### 2.3.1– Mapas e Cultura

A geografia sempre procurou traduzir as marcas visíveis na paisagem resultantes das atividades humanas por meio da elaboração de mapas que indicavam processos culturais e que demonstraram que a cultura se estrutura espacialmente e se expressa geograficamente. A relação entre cartografia e cultura coloca-nos diante de interrogações sobre a relação entre cultura e espaço e como já apontado por Seemann (2001) sobre o reconhecimento de que a cultura é uma prática espacial, ao mesmo tempo, que o espaço é uma prática cultural.

Estes dois conceitos – espaço e cultura, segundo o autor, colocaram a geografia diante de dois caminhos. Um caminho tradicional no qual a cultura é, concebida no espaço, como materialidade, artefato, utensílio e assim mapeada a partir de sua localização, distribuição e pela descrição de seus elementos. Por outro caminho, da chamada nova geografia cultural que reconhece a produção cultural como formadora do espaço. (SEMMANN, 2001).

A cartografia, concebida como uma prática *espácio-cultural*, representa um elo entre espaço e cultura e, neste sentido, o mapa e o mapeamento representam, respectivamente, produto e processo que assumem caráter metafórico para investigar significados de uma cultura ou da forma como as manifestações materiais desta cultura representam o espaço (SEEMANN, 2001). Para o autor, o mapa é um termo extremamente ambíguo em suas funções e usos, porém um conceito-chave para a geografia cultural, pois possui poder simbólico, assim como valor prático e concreto.

O termo mapa é utilizado de forma metafórica por artistas, poetas e por vários campos do conhecimento. O seu sentido de representação, ao longo do tempo, ganhou conotações diversas em consonância com diferentes formas de manifestação do pensamento. Mapa e mapeamento passaram a representar arranjos de ideias, sistemas e conjuntos de informações cuja espacialização também são contextualizadas e relativas. No âmbito da geografia cultural, Seemann (2010) aponta duas maneiras distintas de mapear: uma que busca utilizar o mapa para representar fenômenos culturais concretos no espaço, tendo referência a tradicional

cartografia e seus pressupostos, outra forma, um mapa que se aproxima de fenômenos culturais por meio de metáforas cartográficas.

A cultura possui uma natureza espacial que pode ser entendida enquanto significado e isto reafirma a geograficidade da cultura. Para Correa (2003), é possível que os mapas de significados não sejam apenas uma metáfora e que se amplie o escopo da cartografia geográfica. Para ele, os mapas não se limitam a representações com base em dados estatísticos, podendo também incluir representações gráficas daquilo que é lembrado, imaginado, desejado, contemplado, de forma material ou imaterial. Harley e Woodward (1987) apresentam definição relativista dos mapas quando afirmam que estes são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos e acontecimentos e que assim, não são apenas produtos cartográficos, mas uma forma de manifestação cultural que está inserida em processos sociais, econômicos e políticos. Os autores expandem a definição de mapa, a partir do estudo de diferentes culturas, no tempo e no espaço, e também ampliam o conceito de cartografia. Para eles, a cartografia corresponde a um sistema de significados pelo qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada (WILLIAMS, 1982).

Atualmente, muitas experiências têm buscado apreender as dimensões culturais em cartografias baseando-se na apreensão da experiência cotidiana, nas textualidades e nos discursos de diferentes atores, sujeitos e dinâmicas. Além disso, como afirma SEEMANN (2010), os mapas provocam reações políticas e podem resultar em *contra-mapeamentos* que, por diversas maneiras, correspondem a respostas a mapeamentos oficiais (estatais ou institucionais) permitindo a formulação de mapeamentos de grupos com pautas de resistência, de visibilidade, de empoderamento.

Assim, aos mapas, como ressaltam Wood e Fels (1992) não bastam apenas funções de localizar, mas de instaurar interrogações e novas visões da realidade:

Mapas não bastam apenas para localizar coisas: eles podem nos levar a *insights*, descobertas e novas formas de entendimento. Vemos padrões geográficos, e esses padrões podem levar-nos a pensar sobre as coisas de uma maneira nova. Quando os mapas do mundo então conhecido foram feitas pela primeira vez no século 16, as pessoas imediatamente notaram padrões provocantes: continentes da Terra pareciam se encaixar como peças de um quebra-cabeça. Muitas explicações para estes padrões foram apresentados para debate.

(WOOD e FELLS, 1992, p.8 – tradução da autora)

Os autores também afirmam que os *mapas são sobre relações* e sintetizam paisagens, projetando-as umas sobre as outras, o que resulta num sistema cujos sinais só têm significado em relação a outros sinais. (WOOD e FELLS, 1992).

### **2.3.2 - Mapas colaborativos: a geocolaboração e a mudança na concepção de mapeamento**

Na atualidade, os mapas assumiram uma complexidade, servindo tanto para leitura quanto para a escrita sobre a realidade, a exemplo dos mapas colaborativos, situados na internet e abertos à participação popular. Os mapas colaborativos são criados e recriados por diversos atores e resultam em redes de interações e de informações. Neles, as mudanças ocorrem a cada instante, com a inserção de novas informações bem como de novos atores. São mapas que desenhados pelos usuários possuem uma natureza instável e mutante. (SOUSA, 2010).

Contraponto aos modelos tradicionais da cartografia, os mapas colaborativos estão se tornando ferramentas de mapeamento mais populares na chamada *cibercultura* e resultaram em outras noções de mapear. Nos formatos digitais, os mapas não são apenas transposições dos mapas analógicos, pois *carregam consigo multiplicidades oriundas de seu contexto material e do conjunto de actantes em sintonia, a saber, os próprios mapas, os recursos disponíveis, os meios de produção e divulgação, dentre outros* (SOUSA, 2010, p.3).

A composição do mapa, neste contexto, ganha relevância e as considerações sobre seus possíveis suportes, aparatos e objetivos tornam-se importantes. Nesta perspectiva, considera-se que o meio também é a mensagem, o que evidencia como o suporte material concebe o conteúdo midiático. Assim, o uso da internet para a elaboração do mapa por diferentes e diversos atores lhe confere significados além daqueles contidos num mapa produzido tecnicamente da forma tradicional. Quando uma pessoa acessa o mapa digital e realiza seu registro espacial sobre a base cartográfica ali disposta, reporta à materialidade deste suporte digital o próprio sentido de mapear. E estes registros, abertos e acessíveis, tornam dinâmica a produção cartográfica contemporânea proposta pelos mapas colaborativos. (SOUSA, 2010)

O uso da internet alterou as abordagens cartográficas e as práticas instauradas por *mídias locativas, webmappings, geoweb, neogeography*. Sousa (2011) destaca projetos de mídias locativas que tecem relações entre os estudos do espaço e as ferramentas de comunicação sensíveis a uma dada localização geográfica. O uso de dispositivos, sensores e redes digitais sem fio e seus respectivos bancos de dados vinculados a lugares e contextos amplia-se a cada dia e modifica a concepção de mapear. (SOUSA, 2011). A base desta dinâmica, segundo o autor, é formada por dois conceitos fundamentais e prerrogativas para sua efetivação: *crowdsourcing* e *colaboração*. No *crowdsourcing*, a concepção é de ter a multidão (*crowd*) como fonte (*source*) de informações, dados e conteúdos. Neste processo, a produção coletiva do mapa se dá pela *colaboração*. Destaca-se o papel primordial dos usuários para que as ferramentas sejam constituídas e mantidas.

A participação e a colaboração, prerrogativas destes mapeamentos, constituem, nos processos de criação e remodelagem, a noção de *geocolaboração*. A *geocolaboração* pode ser entendida como processo de mapeamento baseado na colaboração e participação de usuários que dispõem, numa plataforma digital, seus saberes e vivências geográficas. Como apontam Mericskay e Roche (2010):

A Geocolaboração designa as abordagens ou situações colaborativas utilizando dados e tecnologias geográficas (...) representou uma das principais linhas de pensamento a considerar novas formas de mapeamento participativo. Com base na interação contínua de usuários, este tipo de situação ajuda a fazer emergir novos conhecimentos por meio do diálogo e confronto de saberes.” (MERICSKAY e ROCHE, 2010, p. 237 – tradução da autora)

Este conjunto de modificações na forma de construção do mapa, no contexto de coletividade e colaboração permitidas pela internet, permite aos usuários a expressão e atuação amadora em vários campos do conhecimento (fotografia, vídeo, jornalismo), o que permite a vazão da experiência vivida do cidadão comum (SOUSA, 2011). As práticas cartográficas instauradas no ambiente cibernético são exemplos de como o espaço vivido começa a ser registrado pelos cidadãos comuns. Há um salto para o chamado *ato cibercartográfico* que, segundo o autor, pela ausência de pureza e acabamento, revela o reconhecimento de que o mundo e suas representações estão em constantes transformações.

Na *cibercartografia*, há a apreensão da natureza mutável dos mapas. Para Caquard, et. al (2005)

A cibercartografia não se limita a um simples neologismo caracterizado pelo uso da internet. É antes de tudo, um conceito inovador introduzido e desenvolvido por Dr. Fraser Taylor (Taylor 1997, 2003), que visa compreender a natureza mutável dos mapas, abordando tanto suas dimensão tecnológicas, científicas e artísticas para que seus usos, percepções, conteúdos, formas, funções ou implicações. (CAQUARD et al., 2005 – tradução da autora).

O mapa passou, portanto, a ser considerado um produto em constante transformação e os usuários têm um papel central em seu desenvolvimento e manutenção. Estas novas práticas cartográficas instauram temáticas multidisciplinares e buscam tecer várias dimensões do espaço, a partir de múltiplas formas sensoriais e de percepções. Caquard et al.(2005), afirmam que a cibercartografia considera as ciências, as tecnologias e as artes como ângulos de uma abordagem fundamental e complementar para promover o surgimento de novas formas e práticas cartográficas.

As práticas colaborativas do mapeamento criam também um terreno propício para a interseção entre poderes institucionalizados e a vida cotidiana e provêm os indivíduos de uma forma de diálogo e de representações com e de seus próprios lugares. A participação de cidadãos na construção de mapas já era praticada em estudos geográficos, etnográficos, antropológicos. Os SIGs participativos, desenvolvidos por e para um determinado público favorecem a participação deste público em processos de gestão territorial local. No entanto, ainda que estes mapeamentos fossem feitos a partir da inserção dos indivíduos, havia ainda certo controle do processo de mapear por setores públicos ou privados (ONGs, universidades, etc.) que mantinham o status e as formas cartográficas tradicionais (SOUSA, 2011).

Os atuais processos cartográficos da *cybercartografia*, baseados na geocolaboração, rompem com este controle ao permitir que a participação alcance diferentes graus de intervenção nas bases cartográficas, desde exemplos de edição, anotações espaciais, até propostas complexas que criação cartográfica, edição topográfica. Os mapas colaborativos contemplam uma variedade de temas como mapas de problemas urbanos (infraestrutura, deslizamentos, segurança pública, etc.), mapas de subjetividades e senso de lugar (expressam os significados que os

lugares possuem para grupos e indivíduos), mapas de facilidades e equipamentos urbanos (localizam além de equipamentos públicos, eventos, atividades) e mapas de ferramentas de edição que permitem a manipulação para elaboração de outros mapas temáticos (SOUSA, 2011).

Os mapas colaborativos surgem, portanto, como uma possibilidade também, como apontou Farman (2010) de democratização da cartografia e de ampliação do acesso a diferentes tipos de mapas, com variedade de temáticas e formas de participação. Importante destacar a realização de mapeamentos culturais específicos, como mapeamentos dos bens culturais tombados e registrados (ex: Atlas Digital dos Bens Móveis e Imóveis de MG - <http://www.atlasdigitalmg.com.br/>), mapeamentos de terreiros (Mapeamento dos Terreiros de Salvador - <http://www.terreiros.ceao.ufba.br> e <http://www.mapeandoaxe.org.br/terreiros>), mapa de expressões artísticas (Mapa Musical do RJ - <http://www.mapamusicalrj.com.br/>), dentre outros exemplos.

Segundo Sousa (2012), esta ecologia diversificada de mapas colaborativos suscita a curiosidade, no mínimo, pela contraposição à objetividade e ao utilitarismo científicos, posto que são encontrados mapas que relacionam músicas a lugares (<http://musicislifeismusic.com>), rotas para ciclistas (<http://www.bikemap.net>) e mesmo felicidade (<http://www.mappiness.org.uk>), exemplos apontados pelo autor. Esta diversidade de temas, no entanto, aproxima o mapeamento dos universos cotidianos e demandas específicas de determinados grupos. O mapa colaborativo, assim como aponta Mitew (2008) é uma interface de conhecimento, experiência, memória e potencialidade e mais do que plataformas de *desvelamento* também o são de *anexação*. Desta forma, urge compreendê-los no bojo da cultura contemporânea que ressignifica relações, representações e os sentidos de mapear.

Em relação às adjetivações colaborativo ou participativo, Sousa (2012) aponta que estas correspondem a distintas abordagens. Joliveau (2008) problematiza a abordagem participativa e aponta questões relativas ao controle ou influência que os atores mapeados devem ter no resultado final do mapa (apud. Sousa 2012, p.58). Para o autor, se os atores mapeados não possuem capacidade de intervenção no mapa, ainda que sejam consultados, isto não corresponde à participação pois esta pressupõe a capacidade de certificar fatos e tomar decisões. Já Sousa (2012) resgata a etimologia de *colaboração* – verbo do latim *collaborare* formado pela junção de *co* + *laborare* com sentido de trabalhar com outros, operar em conjunto,

tendo um significado de trabalho coletivo, produção dada por grupos e de participação, do latim *participare* que significa *fazer parte ou tomar parte de algo* para diferenciá-los no escopo das abordagens cartográficas. Para o autor, a colaboração evoca em si um processo de iniciação de uma obra tomada como um todo a partir das fases embrionárias, considerando o indivíduo como força indispensável no contexto. No mapeamento colaborativo, portanto, o fruto do trabalho coletivo se dá pelo esforço conjunto e este esforço se dá em seus instantes elementares. Já a participação remete à ideia de algo já se encontra em movimento antes da tomada de ação conjunta. Para o autor, o participante não dá movimento ao processo e aproxima-se mais de uma alimentação do que já está conduzido.

No âmbito da política pública, a participação é um conceito fundante das práticas de gestão democrática e pressupõe atuar nas tomadas de decisão (Arnstei, 1969). Para a gestão pública, participação pressupõe controle social e construção de políticas em conjunto com a sociedade, enquanto a colaboração tem um caráter menos transformador e pode ter apelo apenas midiático. Assim sendo, avaliar a natureza participativa e/ou colaborativa dos mapas requer o aprofundamento nestas categorias e em seus critérios definidores.

#### **2.4. Abordagens metodológicas e técnicas**

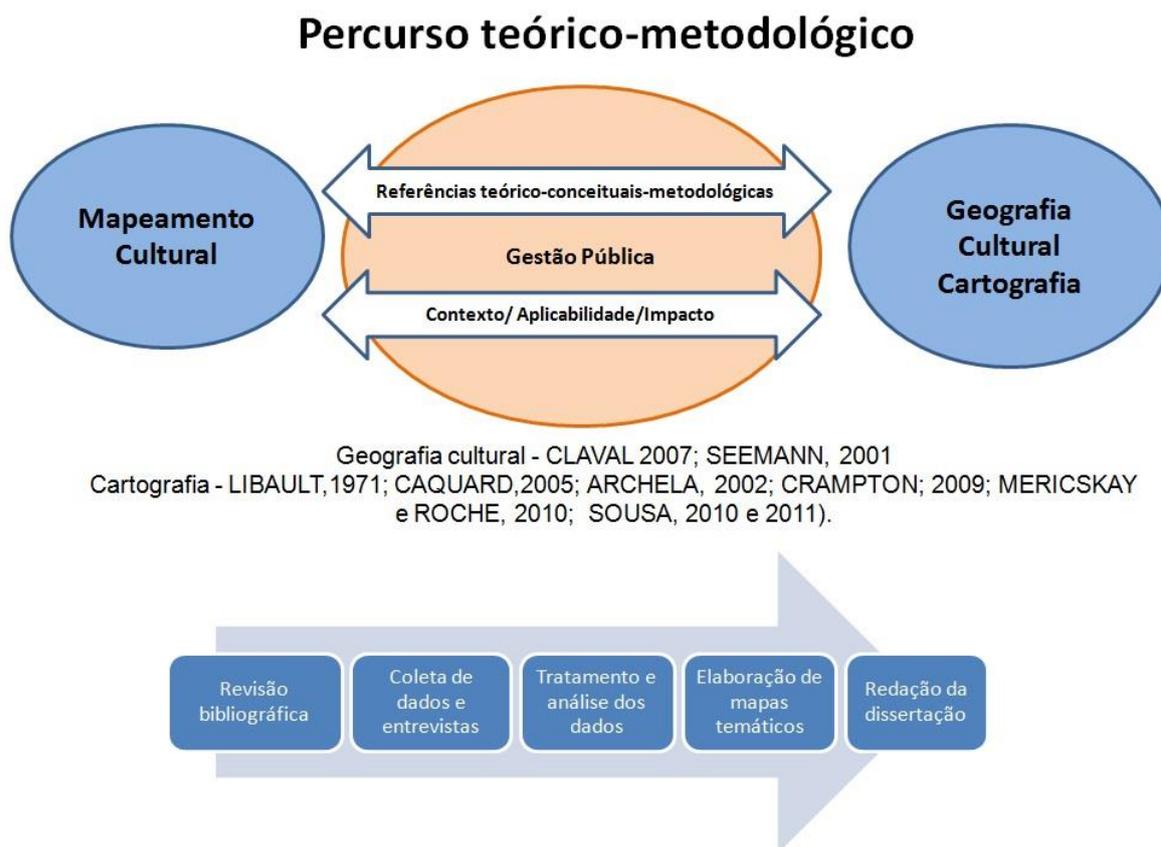
Com o objetivo de interrogar o mapeamento cultural a partir das duas categorias de mapeamento identificadas no âmbito da gestão municipal: a plataforma colaborativa *Mapa Cultural BH* e o mapeamento temático, a pesquisa adotou as seguintes abordagens metodológicas:

- a) construção descritiva do processo de implantação do *Mapa Cultural BH* feita a partir de levantamento de documentos oficiais da instituição, entrevistas semi-estruturadas com gestores e servidores, consultor da TIM;
- b) o estudo de percepção feito com gestores e servidores da Fundação Municipal de Cultura sobre o *Mapa Cultural BH* por meio de aplicação de questionário online e entrevistas semi-estruturadas com gestores e servidores
- c) mapeamento temático feito com dados coletados pela instituição

Iniciou-se com leituras para a fundamentação teórico-conceitual para embasar as reflexões acerca da inserção da cultura na constituição do pensamento geográfico e no processo de mapeamento. Também foram realizadas leituras sobre o atual contexto da política cultural nas esferas nacional e municipal a fim de apontar

a demanda pelo mapeamento no âmbito da gestão pública e estabelecido percurso teórico-metodológico, com levantamento e tratamento de dados, elaboração dos mapas e redação da dissertação (Figura 2)

Figura 2- Percurso teórico-metodológico



Fonte: Elaborado pela autora

#### 2.4.1 – Mapa Cultural BH – descrição e estudo de percepção

O *Mapa Cultural BH*, implantado em 2016 pela FMC/PBH é uma plataforma colaborativa, online, para participação da sociedade civil com objetivo de compor um banco de dados georreferenciado sobre conteúdos da dinâmica cultural e artística da cidade. Considerou-se a plataforma como ação de mapeamento colaborativo, processo de produção de mapas que envolve a geocolaboração e que se baseia em dois fundamentos: a constituição de fonte de dados a partir de usuários e cidadãos (*crowdsourcing*) e a *colaboração* (SOUZA, 2011).

Para a avaliação do processo de implantação do *Mapa Cultural BH* foram realizados o levantamento de informações oficiais e entrevistas com gestores e servidores e consultor do Instituto TIM e foram aplicados questionários online para gestores e servidores da FMC, durante outubro e novembro de 2016.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, via email e por questionário digital que elencou temas que visavam identificar a percepção dos entrevistados sobre mapeamento bem como sobre as ações específicas da implantação do *Mapa Cultural BH* no âmbito da gestão (Quadro 2). As entrevistas buscaram empreender dados para avaliação qualitativa do processo e baseou-se em Santos (1999) e Flick (2002; 2004). As questões pretendiam apreender dos gestores e servidores definições de mapeamento cultural, noções de aplicações do *Mapa Cultural BH*, dificuldades e potenciais além de apontamentos sobre o processo de implantação do instrumento na instituição.

**Quadro 2 - Questionário aplicado para gestores e servidores FMC - Mapa Cultural BH**

1. O que você entende por mapeamento cultural?
2. Você considera o mapeamento cultural uma instrumento de gestão: Importante/ Pouco importante/ Irrelevante/ Não tenho condições de responder
3. Na sua área/setor de atuação na Fundação Municipal de Cultura, o mapeamento cultural é uma possibilidade de instrumento de gestão?
4.No setor no qual você atua na Fundação Municipal de Cultura, há dados que podem ser dispostos em mapas, georreferenciados ou tratados espacialmente ?
5. Caso você considere que no setor no qual atua na Fundação Municipal de Cultura, tenha dados que possam ser cartografados, georreferenciados ou tratados espacialmente, cite quais dados são estes.
6.O setor no qual você atua na Fundação Municipal de Cultura acessa dados dispostos em mapas, cartas, plantas ou em plataformas digitais de georreferenciamento (googlemaps, por exemplo)?
7.Para você, a gestão pública de Cultura tem necessidades de informações mapeadas e/ou georreferenciadas?
8. Qual é a área da Fundação Municipal de Cultura na qual você atua?
9.Indique os conteúdos que você gostaria de visualizar em mapas que subsidiem a gestão pública
10.Qual é o seu cargo na Fundação Municipal de Cultura?
11.Qual é o tempo de atuação na Fundação Municipal de Cultura ou em órgão gestor da Cultura na PBH ?
12.Você conhece o Mapa Cultural BH ?
13.Se conhece o Mapa Cultural BH, como ficou sabendo de sua existência?
14.Você realizou cadastro no Mapa Cultural BH?
15.Caso tenha se cadastrado no Mapa Cultural BH, você considerou o processo de cadastramento: Difícil / Fácil / não tenho como responder
16.Você considera o Mapa Cultural BH um instrumento importante para a gestão da política pública de

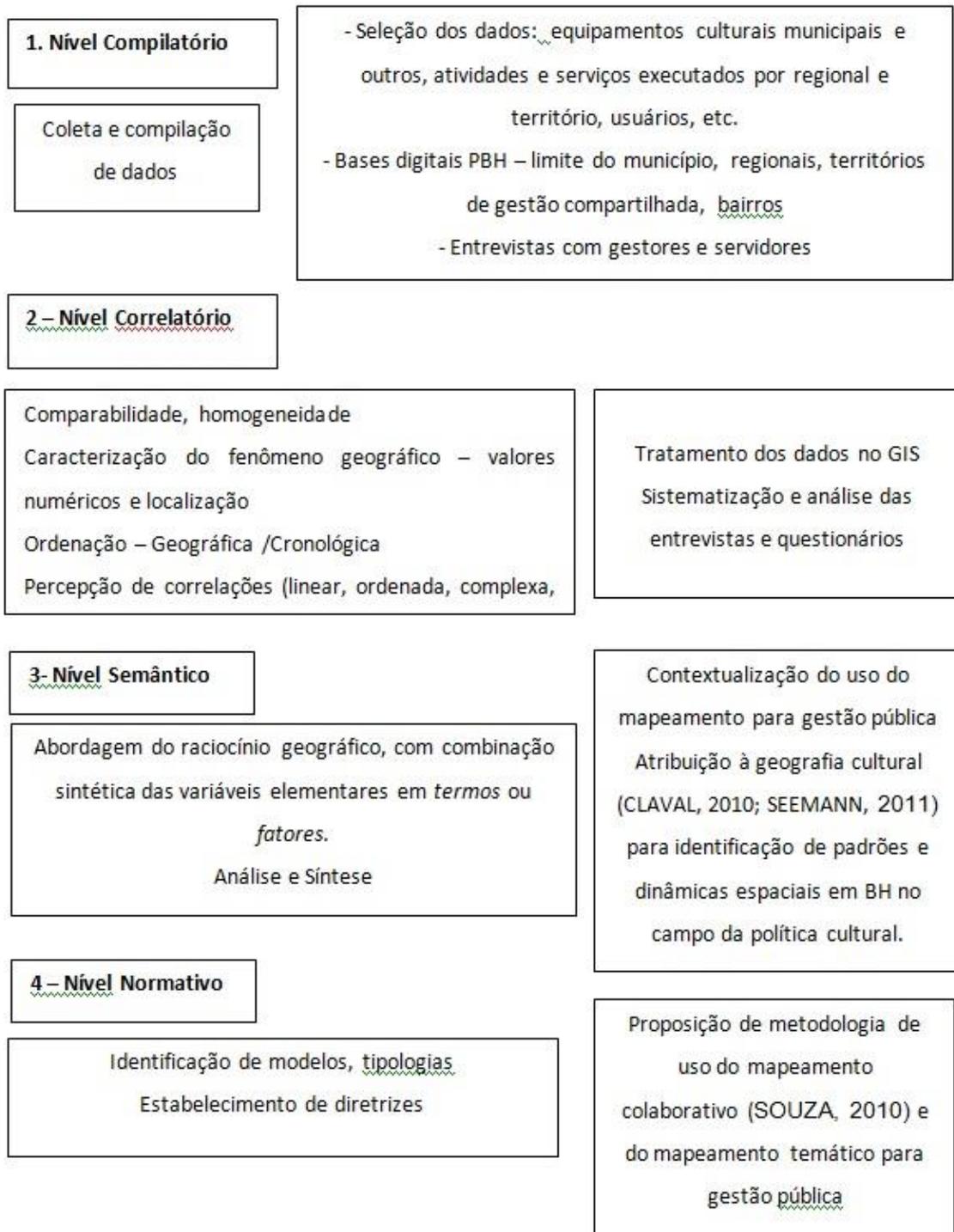
Cultura ?
17.Você considera que o Mapa Cultural BH viabiliza o registro da diversidade cultural do município de Belo Horizonte?
18.Você considera que falta algum tipo de área/setor artístico cultural nas categorias de agente cultural ou espaço cultural dispostos pelo Mapa Cultural BH?
19.Caso você considere que falta algum tipo de área/setor artístico ou cultural nas categorias de agente cultural ou espaço cultural dispostos pelo Mapa Cultural BH, indique-os.
20.Quais são as dificuldades e/ou limitações que você identifica para o uso do Mapa Cultural BH por agentes culturais da sociedade civil?
21.Quais são as dificuldades e/ou limitações que você identifica para o uso do Mapa Cultural BH por servidores e gestores da Fundação Municipal de Cultura?
22.O que deverá ser incrementado para a divulgação e uso do Mapa Cultural BH?
23.No âmbito institucional, indique o que pode ser feito para que o Mapa Cultural seja um instrumento de gestão utilizado pela Fundação Municipal de Cultura
24.Deixe aqui outras considerações sobre o assunto

Por se tratar de um estudo de percepção dos atores institucionais sobre a possibilidade de uso do Mapa Cultural BH no âmbito da gestão, a pesquisa não realizou entrevistas com atores da sociedade civil, ainda que estes sejam o público-alvo do *Mapa Cultural BH*. A pesquisa estabeleceu este recorte institucional para, em estudos futuros, empreender o estudo de percepção dos atores da sociedade civil.

#### **2.4.2 – Mapeamento temático – abordagem cartográfica convencional**

O mapeamento temático pressupõe a elaboração de mapas a partir de dados específicos sobre um tema. Tanto a geografia como outras ciências têm necessidade de se expressar de forma gráfica e a cartografia temática elabora mapas a partir da coleta, análise, interpretação e representação de informações sobre uma carta base. (ARCHELA, 2005; CASTRO, 2007). Considerando-se os níveis da pesquisa geográfica descritos por Libault (1971), a elaboração do mapeamento temático seguiu um ordenamento de etapas que pressupõe a coleta e a compilação dos dados, as análises e síntese dos dados, além da definição das diretrizes para formatação dos produtos (Figura 3).

**Figura 3 - Mapeamento temático a partir dos níveis de pesquisa de Libault (1971)**



Fonte: Criado pela autora a partir de LIBAULT (1971)

Foram coletados e tratados dados da FMC/PBH dispostos no banco de dados institucional chamado Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP). Os dados foram trabalhados no *Excell* e dispostos espacialmente com o uso do software *ArcGis*. O método de classificação adotado foi o *Manual* pelo qual foram configurados intervalos de classe que buscaram ressaltar as discrepâncias de atividades e serviços entre as regionais e territórios de gestão compartilhada. Os mapas temáticos produzidos foram utilizados para identificar padrões espaciais e demonstrar uma metodologia possível de tratamento da informação espacial para a política cultural de Belo Horizonte.

Os dados utilizados na pesquisa correspondem às atividades finalísticas e serviços realizados em 2015 (Tabela 1) disponibilizadas pela FMC/PBH no Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas e Projetos (SMAPP) e às informações levantadas por meio de entrevistas realizadas com gestores e servidores da instituição no período de 2015-2016. As atividades consideradas foram as denominadas *finalísticas* que correspondem às destinadas aos cidadãos, que diferem das atividades *meio* que possuem natureza administrativa. Os *serviços* são aqueles definidos como ações permanentes disponibilizadas aos cidadãos, como cessão de espaço e empréstimos nas bibliotecas. As atividades finalísticas são subdivididas em apresentação artística, curso, exibição, exposição, lançamento, oficina, palestra, visita orientada e visita técnica. Os serviços são subdivididos em cessão de espaço, inclusão digital/telecentro, empréstimo, pesquisa livre e pesquisa orientada. A pesquisa considerou os equipamentos culturais e as unidades que realizam atividades finalísticas e serviços, incluindo, portanto a diretoria de Patrimônio Cultural (Tabela 2).

**Tabela 1 - Dados coletados - atividades e serviços por território de gestão compartilhada - 2015**

Territórios da Gestão Compartilhada	Tipo de Atividade/Serviço	Atividade/Serviço	Quant. de Atividade	Total de Público
	<b>FINALÍSTICA</b>	Abertura		
		Apresentação artística		
		Curso		
		Exibição		
		Exposição		
		Lançamento		
		Oficina		
		Palestra		

<b>SERVIÇO</b>	Visita orientada		
	Visita técnica		
	Cessão de espaço		
	Inclusão digital / telecentro		
	Serviço de referência e informação - empréstimo		
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre		
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada		

Fonte: quadro criado pela autora a partir de dados da FMC, 2015

**Tabela 2 - Tipo de equipamento cultural da FMC, nome e localização - 2015**

Tipo	Nome	Território Gestão Compartilhada	Bairro	Long	Lat
Arquivo	Arquivo Público Da Cidade De Belo Horizonte	CS1	Floresta	611816	7796940
Biblioteca	Biblioteca Infantil Juvenil De Belo Horizonte	CS4	Centro	611600	7797489
Biblioteca	Biblioteca Regional Bairro Renascença	NE4	Renascença	611165	7800315
Centro de Referência	Centro De Referência Da Cultura Popular E Tradicional Lagoa Do Nado	P1	Itapoã	608829	7806711
Centro de Referência	Centro De Referência Da Memória De Venda Nova	N3	Venda Nova	609582	7808203
Centro de Referência	Casa Do Baile	P2	Pampulha	607851	7804229
Centro Cultural	Centro Cultural Alto Vera Cruz	L4	Alto Vera Cruz	616242	7797572
Centro Cultural	Centro Cultural Bairro Das Indústrias	B1	Bairro Das Indústrias	604616	7792369
Centro Cultural	Centro Cultural Jardim Guanabara	N3	Jardim Guanabara	611714	7807099
Centro Cultural	Centro Cultural Liberalino Alves De Oliveira	NO1	São Cristóvão	610418	7798709
Centro Cultural	Centro Cultural Lindeia Regina	B3	Regina	598867	7790141
Centro Cultural	Centro Cultural Padre Eustáquio	NO4	Padre Eustáquio	605854	7797639
Centro Cultural	Centro Cultural Pampulha	P4	Itatiaia	603159	7802442
Centro Cultural	Centro Cultural Salgado Filho	O1	Salgado Filho	606164	7794293
Centro Cultural	Centro Cultural São Bernardo	N3	São Bernardo	610433	7805175
Centro Cultural	Centro Cultural São Geraldo	L1	São Geraldo	615369	7799310
Centro Cultural	Centro Cultural Uruçuia	B4	Pongelupe	603608	7787248
Centro Cultural	Centro Cultural Venda Nova	VN2	Jardim Comerciários	607571	7810371
Centro Cultural	Centro Cultural Vila Fátima	CS3	Fazendinha	614808	7795695
Centro Cultural	Centro Cultural Vila Marçola	CS3	Vila Marçola	614135	7794340
Centro Cultural	Centro Cultural Vila Santa Rita	B5	Vila Santa Rita	601428	7787194
Centro Cultural	Centro Cultural Zilah Spósito	N1	Zilah Spósito	612786	7810202
Diretoria de Patrimônio	Diretoria de Patrimônio	CS2	Serra	612775	7794785
Escola de Artes	Escola Livre de Artes Arena da Cultura	CS1	Centro	611526	7797213
Museu	Casa Kubitschek	P2	Pampulha	606761	7804245
Museu	Museu Da Moda	CS1	Centro	611223	7796478
Museu	Museu Da Imagem E Do Som De Belo	CS1	Centro	610922	7796245

	Horizonte				
Museu	Museu De Arte Da Pampulha	P2	Pampulha	607469	7804585
Museu	Museu Histórico Abílio Barreto	CS4	Cidade Jardim	610171	7795128
Teatro	Teatro Francisco Nunes	CS1	Centro	611407	7796687
Teatro	Teatro Marília	CS1	Santa Efigênia	611821	7796309

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC/PBH, 2015

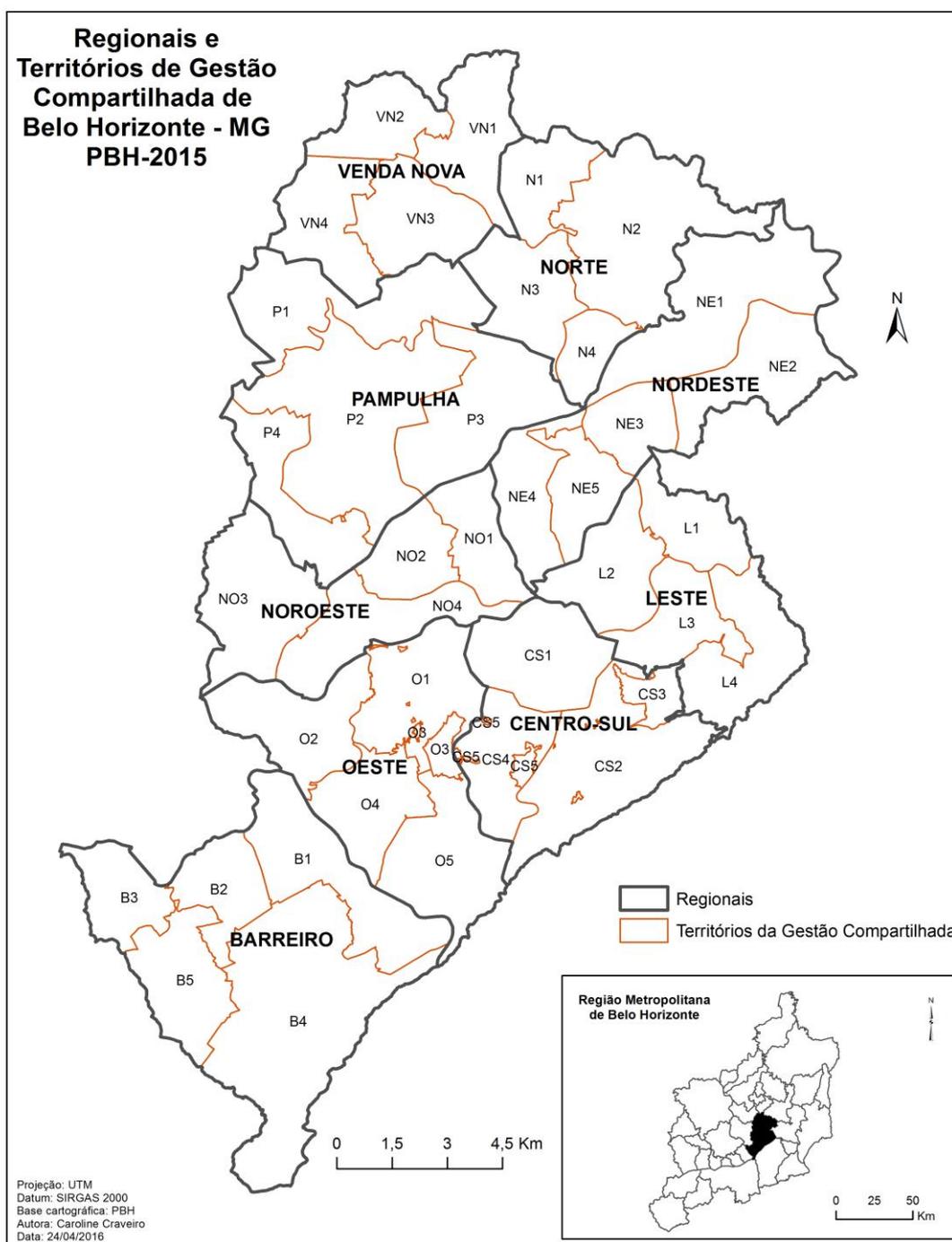
### 2.4.3 – Regionais administrativas e territórios de gestão compartilhada

A pesquisa adotou a divisão do município de Belo Horizonte em regionais administrativas e em territórios de gestão compartilhada, regionalizações definidas pela PBH (Figuras 4 e 5). Cabe esclarecer que nos anos de 1970, a prefeitura estabeleceu a subdivisão do município em 09 (nove) áreas denominadas de regiões administrativas que são conhecidas por *regionais* (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova). Com o crescimento e intensificação dos processos urbanos, houve a necessidade de se adotar outras regionalizações, tais como as *unidades de planejamento*, elaboradas nas décadas de 1990 e 2000, as sub-regiões do Orçamento Participativo e a mais recente regionalização, proposta em 2011, dos *territórios de gestão compartilhada*.

Os territórios de gestão compartilhada foram definidos pelo decreto nº 14.724/2011. Nesta regionalização, o município foi subdividido em 40 territórios que têm como referência interna os bairros da capital e, com algumas exceções, consistem em agrupamentos destes bairros em cada uma das regionais. A proposta dos territórios da gestão compartilhada está vinculada ao planejamento de médio e longo prazo das diversas políticas da cidade. Segundo informações da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada (2015), os recortes territoriais basearam-se em estudos sobre a existência de áreas homogêneas internas em cada Regional, com referência de critérios socioeconômicos, de infraestrutura e de características do espaço urbano (Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), Índice de Salubridade (ISA) e valor do metro quadrado construído).

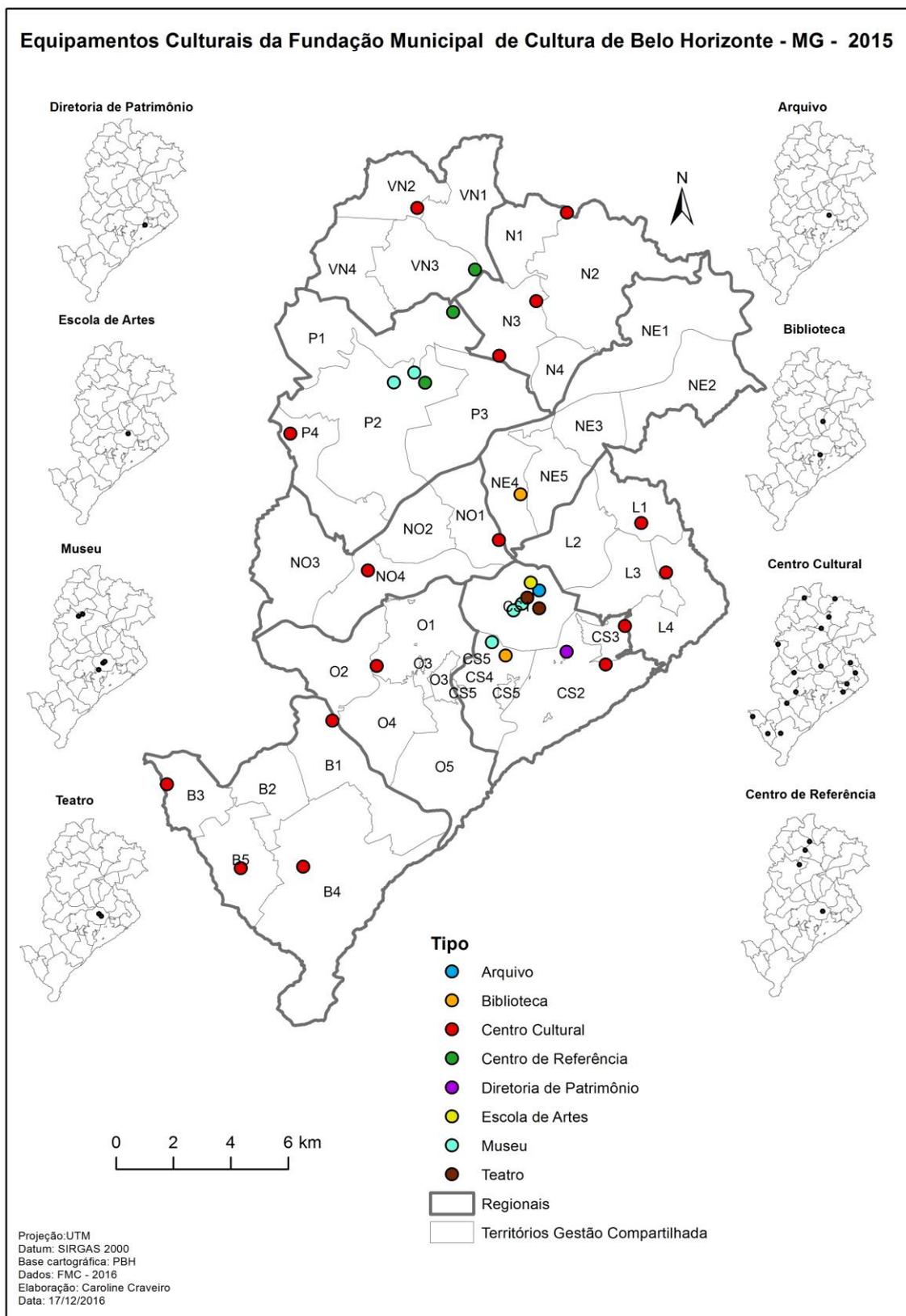
Os mapas temáticos produzidos foram feitos considerando-se as duas regionalizações – por regional administrativa e por territórios de gestão compartilhada, para que as informações sobre a execução da política cultural pudessem ser apreendidas considerando-se a generalização das regionais e também as especificidades dos territórios de gestão compartilhada delas integrantes.

Figura 4 - Regionais e Territórios de Gestão Compartilhada - PBH, 2015



Fonte: Elaborado pela autora com dados de PBH, 2015

Figura 5 - Equipamentos culturais da Fundação Municipal de Cultura - 2015



Fonte: elaborado pela autora com dados extraídos da FMC/PBH, 2015

### 3 – A POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA DE BELO HORIZONTE: contextualização

A pesquisa buscou contextualizar a política cultural de Belo Horizonte e a inclusão do tema do mapeamento no escopo das ações do poder público. Constatou-se na implantação do *Mapa Cultural BH* o uso de mapeamento colaborativo como indução do MINC, órgão definidor da política nacional, bem como a demanda pela elaboração de mapeamento temático para análise da execução da política por parte do Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC) e por quadros técnicos da FMC.

Este tópico apresenta aspectos da política cultural de Belo Horizonte bem como da estrutura de gestão em torno do mapeamento cultural colaborativo e a apresentação de conteúdos levantados junto a servidores e gestores da FMC, por meio das entrevistas.

#### 3.1 - A estrutura administrativa da política pública de cultura em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, a trajetória da política pública de cultura, na estrutura da administração pública acompanhou os processos de configuração organizacional dos serviços destinados à população, já nas primeiras décadas do século XX (Quadro 3).

**Quadro 3 - Trajetória da cultura na estrutura administrativa de Belo Horizonte**

TRAJETÓRIA DA CULTURA NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE BELO HORIZONTE	
ANO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
1914 a 1930	Biblioteca Municipal e Arquivo Geral.
1930 a 1943	Biblioteca Municipal de Belo Horizonte com setores de empréstimos domiciliares, conservação e correspondência, redação e propaganda.
1943 a 1947	Instituída Secretaria onde havia o Setor de Serviço de Cultura, com subdivisões em Escolas Municipais, Bibliotecas, Música, Sinfônica de Belo Horizonte, Teatros e Diversões- Teatro Municipal, Belas Artes e Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte. Estes setores eram subordinados à Inspetoria de Educação e Saúde.
1948 a 1953	Criado Departamento de Educação e Cultura, com duas seções: uma de Educação e outra de Cultura e Turismo formada pelos setores da Biblioteca Pública e Museu de Belo Horizonte.
1967 a 1968	Criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que além dos setores que já integravam o Departamento de Educação e Cultura, passa a incorporar o Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis.
1968 a 1973	Alterações na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a inclusão no Departamento de atividades artísticas de seções de Cinema Educativo e do Museu de arte sacra
1973 a 1977	Criação da Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esporte com um departamento de Cultura integrada por assessoria, Museu Histórico Abílio Barreto, Teatro Francisco Nunes e Museu de Arte Moderna.

<b>1977 a 1981</b>	Passa a integrar o departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esporte, o Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães
<b>1983 a 1985</b>	Criação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com dois departamentos voltados para a cultura. Um deles formado por seções de Planejamento de Promoção e Difusão Cultural, de Patrimônio Cultural, de Organização de Calendários. O outro constituído por seções de coordenação de exposições e feiras e voltado para promoção das culturas populares.
<b>1989</b>	Criação da Secretaria Municipal de Cultura, com estrutura mais ampliada, integrando os equipamentos Teatro Francisco Nunes, Museu Histórico Abílio Barreto, de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães, de Arte, além de departamentos de Planejamento e Coordenação Cultural, com setores voltados para elaboração de projetos, captação de recursos, interação com a comunidade, interação institucional, pesquisa documental, além dos departamento de finanças e de ação cultural, este com seções de eventos, atividades permanentes, bens culturais, fomento à produção cultural e recursos humanos para área cultural. No mesmo ano, há alteração da Secretaria Municipal de Cultura com a incorporação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.
<b>1993</b>	Alteração na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura, com a incorporação do Centro Cultural Interegional Lagoa do Nado, de Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil e mudanças estruturais.
<b>2005</b>	Extinção da Secretaria Municipal de Cultura e criação da Fundação Municipal de Cultura
<b>2017</b>	Recriação da Secretaria Municipal de Cultura e manutenção da Fundação Municipal de Cultura

**Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da PBH/SIOM – Sistema de Informações Organizacionais do Município, 2017**

Neste primeiro momento, os serviços da cultura estavam vinculados aos serviços de educação e pode-se destacar a atuação da biblioteca municipal como primeiro equipamento com destaque na estrutura organizacional de 1914. Ao longo do tempo, os setores administrativos municipais voltados para a cultura tornaram-se mais específicos, com a incorporação de outros equipamentos como o Museu Histórico Abílio Barreto, o Museu de Arte, o Teatro Francisco Nunes e com o passar do tempo, outros equipamentos e funções também foram definidas para o setor. É importante destacar que a cultura enquanto política pública, após desvincular-se da educação, foi, por muito tempo, alojada na mesma estrutura administrativa do turismo e do esporte. A estrutura administrativa da política cultural em Belo Horizonte, adensou-se e ampliou-se muito, constituindo-se cada vez mais de setores especializados. Nesta trajetória institucional da política pública de cultura, houve a incorporação de diretrizes nacionais, elementos e conceitos que fundaram o processo de redemocratização, além da busca por um alinhamento entre as instâncias federal, estadual e municipal (CUNHA, 2005).

A partir dos anos 1960, destaca-se, no cenário da política de cultura em Belo Horizonte, a atuação de movimentos sociais e políticos com a pauta do

reconhecimento da cultura como direito. A promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidou esta prerrogativa de cultura como direito e delineou novos caminhos para uma política cultural pautada nos princípios da democracia. Nesta perspectiva, foram criadas políticas culturais, no âmbito do poder público federal, estadual e municipal, respectivamente, no Ministério da Cultura (MINC), nas Secretarias Estaduais de Cultura e nas Secretarias Municipais de Cultura ou departamentos específicos. A criação destes órgãos foi fundamental para formalizar e legitimar o campo cultural como conteúdo de política pública e como responsabilidade do Estado.

O contexto de redemocratização marcado pela expressiva atuação de movimentos sociais e políticos teve importante influência na conformação destas instâncias e na definição de suas atribuições. Diretrizes como a participação social, a descentralização e a transparência foram pautadas à política e à gestão pública e são fundamentais para novos processos e dinâmicas definidas para o território pelo poder público.

Atualmente, a política municipal de cultura insere-se na estrutura do Sistema Nacional de Cultura que foi estabelecido pela emenda constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012 que o acrescentou ao artigo 216 da Constituição Federal. O Sistema Nacional de Cultura define elementos constituintes para a política pública de cultura que devem ser formulados e consolidados no âmbito do município. Desta forma, o órgão gestor municipal deve se estruturar e pautar sua política com base nas diretrizes e prerrogativas de uma política nacional.

O artigo 216 A da Constituição Federal dispõe que o Sistema Nacional de Cultura (SNC) deva ser organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, instituir um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes federados e a sociedade, tendo por objetivo o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012).

Em seus parágrafos subsequentes, o artigo estabelece diretrizes, elementos constitutivos e outras providências:

- § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:
- I - diversidade das expressões culturais;
  - II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
  - IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
  - V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
  - VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
  - VII - transversalidade das políticas culturais;
  - VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
  - IX - transparência e compartilhamento das informações;
  - X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
  - XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
  - XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:
- I - órgãos gestores da cultura;
  - II - conselhos de política cultural;
  - III - conferências de cultura;
  - IV - comissões intergestores;
  - V - planos de cultura;
  - VI - sistemas de financiamento à cultura;
  - VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
  - VIII - programas de formação na área da cultura; e
  - IX - sistemas setoriais de cultura.
- § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.
- § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

A partir destas disposições e da adesão de Belo Horizonte ao Sistema Municipal de Cultura em 2011, o município constituiu o Sistema Municipal de Cultura estabelecido pela Lei nº 10.901 de 11 de janeiro de 2016 e do elaborou o Plano Municipal de Cultura estabelecido pela Lei nº 10.854 de 16 de outubro de 2015.

### **3.2 – Instrumentos de informação do órgão gestor de cultura**

A Fundação Municipal de Cultura foi criada em 2005 com a finalidade de planejar e executar a política cultural do município por meio da execução de programas, projetos e atividades que visem o desenvolvimento cultural (PBH, 2015). Como órgão da administração indireta, possui autonomia administrativa e financeira que pode ser assegurada por dotações orçamentárias, patrimônio próprio, aplicação de suas receitas e assinatura de contratos e convênios com outras instituições, conforme legislações em vigor.

Para a Fundação Municipal de Cultura foram definidas atribuições, pelo artigo 132 da Lei 9.011/2005:

- I - planejar e coordenar programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural;
- II - dirigir a execução de projetos, programas e atividades de ação cultural do Município;
- III - planejar e coordenar as atividades de casas de espetáculos, museus, bibliotecas, arquivos, centros O artigo 132, a lei 9.011 posta que para cumprir sua finalidade, compete à Fundação Municipal de Cultura: culturais e outras atividades culturais promovidas ou patrocinadas pelo Município;
- IV - gerenciar as unidades de cultura citadas no inciso III deste artigo.
- V - promover, conjuntamente com as Administrações Regionais, manifestações culturais organizadas pela população dos bairros ou de interesse desta;
- VI - implantar a política municipal de arquivos, mediante o recolhimento e catalogação de documentos produzidos e recebidos pela Administração Pública no âmbito do Poder Executivo, bem como estabelecer normas, gerir, conservar e organizar os arquivos públicos municipais, de modo a facultar o seu acesso ao público interessado;
- VII - promover atividades e eventos voltados para as atividades de lazer e recreação;
- VIII - articular-se com entidades públicas ou privadas visando aprimorar os recursos técnicos e operacionais;
- IX - gerir os Fundos Municipais de Incentivo à Cultura e de Projetos Culturais.

Tais atribuições, no entanto, atualmente, devem se articular e estar em consonância com os instrumentos de gestão estabelecidos pelo Sistema Municipal de Cultura. Sua estrutura organizacional, definida por decreto e passível de constantes alterações conforme definição do executivo passou, desde 2005, por várias alterações que buscaram conformar seus setores e respectivas competências a partir de interesses institucionais - de gestão e políticos. Estas alterações na estrutura organizacional da instituição demandam uma análise pormenorizada e podem ser desenvolvidas por estudos específicos para este fim.

Em 2015 e 2016, período desta pesquisa, a estrutura organizacional estava constituída por diretorias de planejamento, funções administrativas e financeiras, ação cultural regionalizada, artes, arquivo público, patrimônio cultural e do Conjunto Moderno da Pampulha, museus e centros de referência (ANEXO 1). A partir das competências definidas para tais diretorias, a administração pública busca formular as políticas para as linhas distintas do campo cultural e artístico no âmbito da política cultural.

As ações das políticas municipais, dentre as quais, situam-se as culturais, são estruturadas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). O PPAG é um instrumento legal de planejamento público, de médio prazo, que estabelece diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas pelo poder

público, definindo, quantitativamente, recursos necessários para sua implementação. (PBH, 2016) A política cultural integra o PPAG municipal com o planejamento de programas estruturados em ações, subações e executados por meio de projetos constituídos por atividades, serviços e produtos.

As atividades e serviços que constituem os projetos do órgão gestor de cultura são categorizados em *atividades meio* ou *atividades finalísticas* e *serviços*. As atividades meio são aquelas de caráter administrativo enquanto as atividades finalísticas correspondem àquelas de natureza artístico-cultural destinadas aos cidadãos, definidas pelas tipologias: abertura, apresentação artística, concurso, curso, exibição, exposição, feira, lançamento, oficina, palestra, visita orientada, visita técnica. Os serviços são identificados como ações permanentes e contínuas aos cidadãos, tais como cessão de espaço, emissão de carta grau, empréstimos.

Os programas da política cultural estabelecidos para o município contemplam a cultura em suas dimensões artísticas, de manifestações tradicionais e populares, memória e patrimônio, de fomento às cadeias produtivas, além de conteúdos transversais pautados em políticas transversais e ações intersetoriais (Quadro 4). A política municipal de Arquivos, por exemplo, extrapola a Fundação Municipal de Cultura, envolvendo todas as demais áreas da Prefeitura a fim de se estabelecer processos e dinâmicas relativas à memória da cidade. Da mesma forma, a Diretoria de Patrimônio articula-se com as políticas urbanas e ambientais a fim de estabelecer ordenamentos e deliberações. Com a aprovação, em 2015, do Plano Municipal de Cultura, formulado a partir das demandas levantadas junto à sociedade civil através das conferências municipais de cultura realizadas em 2005, 2009, 2013 e 2015, os programas e políticas passaram também a se articular às proposições dispostas no Plano Municipal de Cultura que deverá ser avaliado a cada nova conferência municipal.

**Quadro 4 - Programas e políticas da FMC - 2015**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>POLÍTICAS</b>
<b>1. Fomento, Incentivo e Desenvolvimento Cultural</b>	1. Fomento à produção e difusão cultural
	2. Formação Artística Cultural
<b>2. Gestão da Política Cultural</b>	3. Comunicação e divulgação institucional
	4. Gestão compartilhada e participação social
	5. Gestão de informações culturais
	6. Internacionalização
	7. Intersetorialidade e parcerias
	8. Requalificação e implantação de equipamentos culturais
<b>3. História, Memória e Patrimônio Cultural de Belo Horizonte</b>	9. Política Municipal de Arquivos
	10. Preservação, proteção e divulgação do patrimônio cultural
<b>4. Rede Cultural BH</b>	11. Fomento e estímulo à Cultura
	12. Identificação e valorização do patrimônio e das identidades culturais

Fonte: Portal PBH – [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) – consulta – 16/04/2016

Os equipamentos culturais que integram a estrutura do órgão gestor de cultura municipal apresentam características, definições e finalidades distintas, buscando contemplar e alcançar a diversidade de atividades e serviços dispostos pela política pública de cultura (ANEXO 2).

### **3.2.1 - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP)**

Os projetos realizados pela Fundação Municipal de Cultura resultam num amplo conjunto de atividades e serviços que são cadastrados no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP), uma ferramenta de gestão, criada em 2002, para o registro de informações relativas à execução destes projetos. A partir do SMAPP, é possível levantar dados para a análise e avaliação da execução dos projetos propostos. A instituição também possui um Banco de Informações Culturais (BIC) que dispõe informações sobre espaços culturais da cidade e outros bancos de dados relativos a informações institucionais e sobre a execução de projetos financiados pela lei municipal de incentivo à cultura. Os dados do PPAG e da execução orçamentária também estão dispostos, o que permitia que as informações fossem acessadas pelos servidores (TAVARES, 2008).

A partir do SMAPP, pretende-se desenvolver as bases para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), disposto pelo Sistema

Municipal de Cultura definido pela lei nº 10.901 de 11 de janeiro de 2016. Segundo o artigo 48 desta lei, cabe ao órgão gestor municipal desenvolver o SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastro e indicadores culturais construídos a partir de dados do município. O SMIIC será constituído de bancos de dados que contemplem bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, dentre outras variáveis que integrem os sistemas estadual e nacional de informações e indicadores. Dentro do disposto pela lei, no artigo 50, ressalta-se a realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Atualmente, a política de cultura tem como referência a lei nº 10.854 de 16 de outubro de 2015 que instituiu o Plano Municipal de Cultura (PMC). O PMC é um instrumento de gestão, de médio a longo prazo, por meio do qual o poder público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que se configurem uma política de Estado e não de governo. É constituído por metas, ações e prazos que deverão ter revisões sistemáticas, com ampla participação da sociedade civil, através de conferências e reuniões públicas. O processo de monitoramento e avaliação do PMC deve se dar com a participação do Conselho Municipal de Política Cultural.

O PMC dispõe sobre a implantação do SMIIC com a definição das seguintes ações e estratégias:

- a) elaborar mapeamento cultural do Município até 2016;
- b) criar o setor Observatório Municipal de Cultura, inserido na estrutura administrativa do órgão gestor, com o objetivo de produzir informação e conhecimento por meio do mapeamento, cadastro e diagnóstico cultural do Município, a fim de fornecer informações estratégicas para o órgão gestor da Cultura, para outras instituições e para toda a sociedade;
- c) criar, desenvolver e implantar soluções tecnológicas para a instituição do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e para coleta e disponibilização de dados sobre a cultura no Município;
- d) elaborar os indicadores culturais para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;
- e) mapear, reconhecer e promover os territórios criativos existentes para o desenvolvimento cultural em rede;
- f) criar cadastro cultural de Belo Horizonte, contemplando os diversos segmentos da cadeia produtiva e criativa e os produtores culturais do Município;
- g) elaborar mapeamento de todas as linguagens e expressões culturais do Município;
- h) elaborar calendário cultural com os locais de realização de eventos, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural;
- i) criar instrumentos de mapeamento, avaliação e monitoramento das políticas públicas e disponibilizar as informações sobre os setores artístico-

culturais, manifestações das culturas populares e tradicionais, patrimoniais, indígenas e afro-brasileiras, por meio do Observatório Municipal de Cultura;  
j) elaborar projeto de pesquisas de opinião (quantitativa e qualitativa) sobre o fluxo, perfil e as demandas do público usuário/consumidor de cultura e a avaliação da política desenvolvida pelo órgão gestor da Cultura, disponibilizando as informações no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;  
k) aprimorar o sistema de lançamento e avaliação de público dos equipamentos da Fundação Municipal de Cultura;  
l) implantar o Cadastro Único dos Usuários da Cultura - Cadcult - e integrar as informações ao banco de dados do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIIC;  
(Belo Horizonte, 2015 – Lei Municipal nº10.854 de 16/10/2015)

A partir das disposições legais, a Fundação Municipal de Cultura instituiu processos administrativos para seu cumprimento. No entanto, muitos desafios se colocam para a efetivação de algumas destas ações no prazo definido e com os recursos disponíveis. Dentre os desafios identificados para o cumprimento da meta de implantação do SMIIIC estão: a definição do conjunto de indicadores para avaliação da política cultural, a implantação dos instrumentos e suportes tecnológicos, a capacitação de servidores, a superação do distanciamento existente entre os outros órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Há na prefeitura, órgãos que já possuem suporte tecnológico e expertise na conformação de dados e informações, mapeamento, georreferenciamento e formulação de indicadores e que, no entanto, não se articulam efetivamente entre si.

A prefeitura possui setores voltados para a sistematização de dados, formulação e cálculo de indicadores para planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais, como é o caso do setor responsável pelo cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e outros indicadores de referência para as políticas do município. Também possui setores que desenvolvem sistemas de monitoramento e avaliação territorial das políticas, como a Secretaria Adjunta de Gestão Compartilhada que já dispõe de um instrumento que integra dados de diferentes políticas através do mapeamento de equipamentos e serviços no município. Estes setores, ainda que possuam atribuições e competências específicas, poderiam ser consultados e se articular às demandas do órgão gestor da política de cultura. No entanto, há imprecisões e lacunas administrativas e de gestão, além de deficiências de articulação que fragilizam os vínculos entre os órgãos das várias políticas e reduzem a capacidade de otimizar recursos e tempo para finalidades que dialogam e atendem à cidade. Como exemplo, apresenta-se o

mapa disposto no site da Secretaria Adjunta de Gestão Compartilhada que dispõe de informações relativas a várias políticas públicas do município e que é pouco utilizado pelo órgão gestor da política de Cultura (ANEXO 3). O mapa limita-se à localização dos equipamentos culturais municipais, não ampliando as possibilidades de análise espacial da política cultural. Este exemplo, no entanto, revela as possibilidades que a gestão pública possui para informar ao cidadão a execução de ações e serviços de suas políticas públicas, conformando-se uma leitura territorial destas políticas. Porém, constatou-se que a ferramenta é pouco explorada pela própria prefeitura e não possui grande abrangência de acessos da sociedade civil, sendo pouco divulgada e correspondendo pouco às expectativas de informação e transparência que poderia cumprir.

A Fundação Municipal de Cultura, desde 2012, buscou, a partir da elaboração do PMC, pautar o mapeamento cultural como uma ferramenta de monitoramento e avaliação para a gestão, tendo como referência as propostas das conferências municipais de cultura realizadas em 2005, 2009 e 2013 e 2015. A principal referência para este processo foram os dispositivos do Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC) criado pela lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Segundo artigo 9 da referida lei, o SNIIC possui os seguintes objetivos, no âmbito nacional:

- I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PNC e sua revisão nos prazos previstos;
- II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados;
- III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNC.

A lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010 também dispõe, no artigo 10, as características do SNIIC:

- I - obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que vierem a aderir ao Plano;

- II - caráter declaratório;
  - III - processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados;
  - IV - ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponíveis na rede mundial de computadores.
- § 1o O declarante será responsável pela inserção de dados no programa de declaração e pela veracidade das informações inseridas na base de dados.
- § 2o As informações coletadas serão processadas de forma sistêmica e objetiva e deverão integrar o processo de monitoramento e avaliação do PNC.
- § 3o O Ministério da Cultura poderá promover parcerias e convênios com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas para a constituição do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Todo o arcabouço legal instituído em torno do SNIIC é a referência para o SMIIC, considerando-se, no entanto, as especificidades do território e da gestão municipal.

Para a implantação do SNIIC, o MINC criou uma plataforma na internet que corresponde a um banco de dados de bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, etc. que possui como conceito orientador a participação direta dos usuários. Desta forma, a plataforma é pautada num sistema colaborativo, que segundo o MINC, resultará numa interface dinâmica e viva que contribuirá para a produção, gestão e difusão da produção e da diversidade cultural e artística brasileira. Um dos propósitos expostos na plataforma,

(...) é unir o arcabouço técnico da websemântica e dos arranjos de transparência fundamentados no modelo 'open data' (dados abertos) com as potencialidades da participação direta da sociedade civil através de interfaces típicas das mídias sociais. Trata-se de qualificar o uso dos dados públicos pelos cidadãos interessados e implementar ambientes e padrões que incentivem o desenvolvimento distribuído de publicações e serviços, criados a partir de demandas locais. (...) É o governo como plataforma. (MINC,2016 - <http://sniic.cultura.gov.br/sobre/> - consulta 15/04/2016)

Tais conceitos de governo como plataforma e 'open data' partem do princípio de que a gestão pública deve disponibilizar de forma inteligível os dados públicos, em formatos adequados, com elementos facilitadores para a apropriação do potencial das informações pela sociedade.

No âmbito municipal, a Lei nº 10.901, de 11 de janeiro de 2016 que instituiu o Sistema Municipal de Cultura (SMC) de Belo Horizonte, dispõe sobre o SMIIC cuja

finalidade é a de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais a partir de dados coletados pelo município. O SMIIC, pelo disposto no SMC, tem os mesmos objetivos do SNIIC no âmbito municipal. A lei dispõe, em seu artigo 50, que o SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural. Também são previstas parcerias com os sistemas nacional e estadual de informações e indicadores culturais, com instituições especializadas na área de economia de cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa para desenvolvimento de base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural.

### **3.2.2 - O uso de mapas na atual gestão da política de cultura de Belo Horizonte**

A gestão da política cultural produz uma gama de informações relativas às atividades e serviços realizados pela Fundação Municipal de Cultura. Estas informações são lançadas, periodicamente, pelas equipes dos equipamentos no SMAPP que corresponde a um sistema de banco de dados organizado conforme a estrutura do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), em programas, ações, subações, projetos, atividades, serviços e produtos.

Na Fundação Municipal de Cultura, a Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) destaca-se como um setor que realiza coleta, sistematização e tratamentos de dados e seu tratamento espacial. Esta diretoria possui dentre suas atribuições, dispostas pelo artigo 88, do decreto nº 16.049, de 11 de agosto de 2015, identificar os bens culturais de interesse de proteção por meio de realização de pesquisa histórico-documental e de campo, desenvolver estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento sobre o patrimônio cultural do município, elaborar e atualizar o mapeamento dos bens culturais de interesse de proteção, propiciar o acesso às informações técnicas relativas aos bens culturais e produzir mapas temáticos georreferenciados sobre bens culturais e áreas de interesse da preservação.

A partir de entrevista realizada, em janeiro de 2016, com técnica que atua nesta diretoria, constatou-se que os conteúdos e temas mapeados são os bens culturais protegidos, abrangendo várias classificações, tais como bem cultural urbanístico, bem cultural móvel, bem cultural integrado, bem cultural natural, bem cultural imóvel e os diversos graus de proteção (tombamento, processo aberto de

tombamento, registro documental concluído e registro documental solicitado), além de áreas de proteção cultural - áreas de interesse, conjuntos urbanos em estudo, conjuntos urbanos protegidos, áreas envoltórias de bens protegidos pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e áreas envoltórias de bens protegidos pelo Instituto do Patrimônio História e Artístico Nacional (IPHAN), áreas de amortecimento da UNESCO, diretrizes de proteção referentes a limites altimétricos, parâmetros urbanísticos diferenciados deliberados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM/BH) e diretrizes especiais de projeto.

Os trabalhos de gestão das informações espaciais, no período desta pesquisa, eram realizados por uma técnica efetiva da FMC, formado em arquitetura e urbanismo, especialista em revitalização urbana e arquitetônica e mestre em ambiente construído e patrimônio sustentável. São feitas atualizações nas bases cartográficas e de dados a partir das deliberações do CDPCM/BH bem como consultas pelos demais membros da equipe técnica para visualização das áreas e bens protegidos e suas respectivas diretrizes. São utilizados um computador, com licença do software *MapInfo* para alimentação da base de dados e os demais técnicos utilizam o *MapInfo ProView* para visualização do mapeamento. As fontes de dados utilizadas são as cartas de grau de proteção e deliberações do CDPCM/BH, além de dados e bases digitais da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel) e da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU). O banco de dados da DIPC é vinculado ao SIURBE que é um sistema georreferenciado que permite a consulta, emissão de documentos e informações urbanísticas e de endereços pela internet aos cidadãos<sup>1</sup>. As áreas e bens protegidos no município (Quadro 5) estão disponibilizadas, à população em plataforma online do GeoSIURBE. No entanto, não há a interlocução da DIPC com a equipe da FMC que coordena o *Mapa Cultural BH*.

---

<sup>1</sup> disponível no sítio [http://siurbe.pbh.gov.br/docsiurbe\\_internet](http://siurbe.pbh.gov.br/docsiurbe_internet)

**Quadro 5 - Áreas e bens protegidos em Belo Horizonte - FMC/PBH - 2015**

<b>ÁREAS E BENS PROTEGIDOS EM BELO HORIZONTE - 2015</b>
Conjunto Urbano Rua dos Caetés
Conjunto Urbano Praça da Liberdade - Av. João Pinheiro
Conjunto Urbano Praça da Boa Viagem
Conjunto Urbano Praça da Estação (Rui Barbosa)
Conjunto Urbano Av. Afonso Pena
Conjunto Urbano Avs. Carandaí - Alfredo Balena
Conjunto Urbano Av. Álvares Cabral
Conjunto Urbano Praça Floriano Peixoto
Conjunto Urbano Rua da Bahia
Conjunto Urbano Praça Hugo Werneck
Conjunto Urbano Bairro Floresta
Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha (ADE)
Conjunto Urbano Praça Raul Soares/Av. Olegário Maciel
Conjunto Paisagístico da Serra do Curral
ADE Cidade Jardim
ADE Santa Tereza
ADE Venda Nova
ADE Lagoinha
Conjunto Arquitetônico das Casas-tipo da Comissão Construtora da Nova Capital
Conjunto Arquitetônico Sílvio de Vasconcelos
Tombamentos isolados: edificações situadas fora dos perímetros dos conjuntos, mas com tombamentos específicos
<b>PROCESSOS DE INVENTÁRIO PARA REGISTRO IMATERIAL:</b> Ofício de fotógrafo lambe-lambe , Mercado Central , Teatro de Bonecos – Grupo Giramundo,

**Fonte: extraído do portal PBH – [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) - consulta 18/02/2016**

Segundo a técnica da DIPC, os principais desafios para melhoria das atividades relativas ao geoprocessamento, mapeamento e cartografia no setor, são a realização de cursos de aperfeiçoamento, a mudança de *software* do *MapInfo* para o *QGIS*, além do aprimoramento do sistema, possibilitando a inserção de imagens e/ou microfimes dos bens culturais protegidos. Em relação à existência de indicadores utilizados para análise das políticas de patrimônio, foi apontado que estes existem e pelo mapeamento cultural é possível fazer análises quantitativas e qualitativas dos bens culturais protegidos por regional, bairros e áreas específicas. Sobre a disponibilização de dados e produtos cartográficos para a população, pesquisadores e empreendedores, a DIPC disponibiliza cópias de mapas em PDF,

sem custos e apenas solicita ao requerente DVD ou pen-drive para a gravação dos arquivos. Os interessados são orientados a consultar o GeoSIURBE. Em relação ao patrimônio imaterial, a DIPC solicitou à Empresa de Informação e Informática de Belo Horizonte (Prodabel), em abril de 2016, criação de nova tabela para bens culturais imateriais, demanda ainda pendente. Segundo a técnica, não são utilizados instrumentos alternativos para mapeamento do patrimônio culturais, tais como mapas mentais, mapas etnográficos, cartografia social ou SIGs comunitários e colaborativos e não há interlocução da DIPC com instituições de ensino e pesquisa.

### **3.2.3 – Setor de monitoramento e avaliação da política cultural segundo gestores e técnicos**

Os processos de monitoramento e avaliação da FMC são desempenhados pela Divisão de Monitoramento e Avaliação (DVMAV) do Departamento de Articulação e Informação (DPAI) que integra a Diretoria de Planejamento e Projetos Culturais (DIPPC). As competências dispostas para o setor incluem a coordenação e desenvolvimento de estudos, pesquisas, diagnósticos, mapeamentos e outros instrumentos de planejamento, elaboração de relatórios quantitativos e qualitativos para subsidiar a gestão.

Nesta pesquisa, foram entrevistadas, a chefia e três técnicas da DVMAV. A então chefia, com 28 anos de atuação no setor público de cultura em Belo Horizonte, apontou o que mudou do início de seu trabalho para as atuais demandas da política cultural relativa à implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC). Ressaltou as mudanças nos suportes tecnológicos, no isolamento da informação e na relação da informação com o exercício da cidadania.

Quando entrei na Secretaria Municipal de Cultura - SMC os tempos eram outros. A informação era concentrada nos setores, não havia internet, sistema informatizado e nem tampouco havia orientação do nível nacional para constituição de um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Trabalhávamos em “ilhas de informação”. Ao longo do tempo, a equipe da SMC foi percebendo, em nível municipal, a necessidade e importância de organizar e se criar ferramentas para sistematizar as informações que pudessem subsidiar o planejamento e a tomada de decisões visando uma melhor gestão cultural para a cidade e seus cidadãos. Além disso, por meio do acesso à informação e da sua divulgação seria possível garantir o acesso aos bens e serviços culturais, e, dessa forma, o exercício da cidadania. O próprio “movimento tecnológico” força as instituições a agirem de forma a buscar formas de desenvolver sistemas, porém a carência de recursos e a falta de investimento em TI é um dos maiores entraves, neste caso. Isso gera retrocessos e danos muitas vezes

irreparáveis, uma vez que nesta área tudo evolui muito rapidamente, e o descompasso do processo, aliado à carência de recursos financeiros, de mão-de-obra especializada e da descontinuidade no desenvolvimento dos projetos dificulta a evolução dos projetos que acabam prejudicados e/ou paralisados. Muitas ações já foram desenvolvidas ao longo destes anos na instituição (SMC e FMC), mas ainda há muito que se avançar. Porém, para que o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais se concretize é necessário que haja uma priorização na destinação de recursos financeiros para que possa garantir um investimento em tecnologia para sanar gargalos que vão desde a infraestrutura básica até o desenvolvimento de sistemas e aplicativos que atendam às demandas específicas da instituição. O setor público, no nosso caso, a FMC, precisa se inserir de uma forma mais incisiva no mundo da tecnologia, principalmente na comunidade do software livre onde há maior possibilidade de colaboração e parcerias. Mas, mesmo assim, é essencial a disponibilização de recursos para investimento em TI. Sem isso, o SMIIC ficará sem garantia de viabilidade. (Chefe da DVMAV, 2015)

A informação, segundo ela, é considerada *ferramenta essencial, tanto para o gestor desenvolver um planejamento com maior eficiência quanto para o produtor e* cita como conteúdos que devem estar contidos para que a informação cultural seja relevante à gestão: cadeia produtiva, equipamentos e entidades, projetos e ações, público (quantitativo e qualitativo), bens tombados e registrados, acervos da instituição, programação, legislações. Para ela:

A gama de conteúdos informacionais nos permite gerar conhecimento através da análise e uso destas informações através da produção de relatórios, estatísticas, mapas, georreferenciamento de dados, entre outras. Esse conhecimento fornecerá subsídios à instituição e aos seus gestores para um melhor planejamento, acompanhamento e avaliação da ação cultural em Belo Horizonte.  
(Chefe da DVMAV, 2015)

Sobre como define um indicador no contexto da política cultural, a resposta considerou a necessidade de discussão e construção coletiva bem como elencou temáticas pertinentes.

Indicadores no contexto de qualquer política são essenciais para avaliação e monitoramento da gestão. A definição dos indicadores e dos conteúdos que irão compor tais indicadores depende de um processo complexo de discussões e de construção coletiva, sendo que este deverá transcorrer de forma a constituir elementos que possibilitem a avaliação da eficiência e eficácia da gestão pública, no nosso caso, da cultura. Esse processo de discussão deverá ser contínuo e, para “início de conversa” deverá pautar os seguintes temas:

- investimento X gasto público;
- oferta X consumo;
- geração de emprego e renda X tipo de oferta de serviço;
- participação X mobilização x acesso x acessibilidade;
- ... Dentre outros

Ressalte-se que tudo isso dependerá da consistência e da fidelidade dos dados a serem levantados e da possibilidade de gerar uma série histórica que possibilite análise e comparação de dados.  
(Chefe da DVMAV, 2015)

Segundo ela, atualmente a FMC possui um arcabouço informacional que possibilita acesso a informações sobre normativas institucionais, equipamentos culturais, estrutura do PPAG (programas, ações, subações, projetos e atividades), planejamento e execução orçamentária, patrimônio cultural material e imaterial, projetos aprovados na lei municipal de incentivo à cultura, acervo bibliográfico, textual, audiovisual, iconográfico, etc., agenda cultural e mapeamento cultural. Com estas informações são produzidos relatórios.

As quatro técnicas entrevistadas atuam, em média, há 5 anos na instituição e afirmaram que a coleta dos dados pelo setor de monitoramento e avaliação se dá por meio do SMAPP, mensalmente, e que já foram identificadas deficiências neste processo de coleta e sistematização dos dados, tais como: falta de normatização institucional com vistas à padronização da inserção dos dados, pouco comprometimento das equipes dos equipamentos culturais e setores da FMC em relação aos prazos para alimentação do sistema e qualidade da informação, incompreensão da importância da memória institucional e pouco conhecimento sobre a estrutura do PPAG e sua execução. Segundo a equipe, não existe investimento direto para a área de monitoramento e avaliação, além das despesas com o custeio (salários dos técnicos, materiais de consumo, computadores, estrutura de sala). O sistema de informações utilizado para a análise dos dados, segundo respostas, atende parcialmente às necessidades para o monitoramento e avaliação, pois o SMAPP é ineficiente quanto a ferramentas de tratamento de dados para a avaliação.

A pergunta “quais são os dados e informações que consideram relevantes e pertinentes para a análise da política de cultura?” foi considerada, pelas técnicas, como *bastante complexa para um questionário*, e afirmaram que o essencial é que a gestão tenha *dados quantitativos e qualitativos relativos à natureza das atividades desenvolvidas, bem como características do público atendido e elementos que possibilitem avaliar os resultados sob a ótica da gestão e do controle social*.

Sobre se os dados coletados são dispostos espacialmente ou territorialmente, a resposta foi de que o redesenho feito no SMAPP nos últimos dois anos, incluiu a *territorialização da PBH, para que se possa avaliar a cobertura da oferta de serviços e acesso aos bens culturais*. Esta mudança incluiu a identificação de regionais e de territórios da gestão compartilhada. Apesar da inclusão da identificação regional e de territórios no lançamento de dados sobre as atividades e serviços, não são realizadas análises territoriais.

A implantação da coleta de dados territoriais aconteceu em 2016, sendo que durante algum tempo teve problemas operacionais, logo ainda não existem análises dessa natureza, somente alguns exercícios informais nessa direção. Atualmente, há a divulgação da execução física e orçamentária por regionais administrativas da PBH, após aprovação quadrimestral e anual na Câmara de Vereadores. Porém, esse processo é pouco divulgado.  
(Chefe da DVMAV, 2015)

O setor possui interlocução com setores da PBH que demandam, mensalmente, dados sobre a execução de atividades e serviços para verificar o cumprimento de metas acordadas em programas governamentais, bem como também com órgãos da PBH ou conselhos de políticas públicas que requerem informações sobre atendimento a crianças e adolescentes, jovens, idosos, etc.

As técnicas definiram a informação no contexto da política cultural como a *organização e tratamento dos dados para produção de diagnósticos e análises, com vistas à avaliação das políticas públicas* e destacaram como informações relevantes e pertinentes à gestão:

(...) o nível de satisfação da população, a cobertura territorial da oferta de serviços e acesso aos bens culturais, a distribuição territorial de recursos por área artístico-cultural, alcance das ações a diferentes tipos de público (criança, adolescente, idoso, etc.) (Técnicas da DVMAV, 2015)

Em relação à definição de indicador no contexto da política cultural, as técnicas apontaram:

Os indicadores são elementos que apontam se os caminhos escolhidos estão contribuindo para o alcance das metas e alcance dos objetivos das políticas públicas estão adequados. Como trabalhamos com a política cultural municipal, os indicadores são diversos, tendo em vista a complexidade da área, mas citemos alguns: público/unidade, público/atividade, público unidade/público atividade, atividades realizadas/território, recurso orçamentário/território, recurso/áreas artístico-culturais, %atividades artístico-culturais/%atividades de outra natureza, %público/tipo de atividade por área artístico-cultural; público/conferências municipais; público por área artístico-cultural/conferências municipais,

público/ plenárias Conselhos, público por área artístico-cultural/plenárias Conselhos. (Técnicas da DVMAV, 2015)

Segundo as técnicas, não há interlocuções entre a FMC e o MINC e segundo a chefia da DVMAV, há um servidor que faz esta interlocução, mas que não há repasse de informações sobre esta articulação ao setor de planejamento. Percebe-se a partir daí, uma desconexão e falta de interação entre os setores da própria instituição sobre a interlocução existente entre a FMC e o MINC.

Em relação ao que deve ser feito em relação ao tema, as técnicas apontaram que a formulação dos indicadores deveria ser tema da próxima conferência de cultura, tendo em vista a recente aprovação do Plano Municipal da Cultura de Belo Horizonte. As técnicas da DVMAV apontaram a necessidade de ampliar o debate na esfera pública, com participação do conselho municipal de política cultural e da sociedade como um todo. Segundo elas, as discussões sobre avaliação das políticas públicas na FMC são *de gabinete e não se baseiam em diagnósticos. E a análise técnica é pouco requisitada.*

#### **4 - MAPA CULTURAL BH: O USO DA GEOCOLABORAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA**

A partir do Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura, a Fundação Municipal de Cultura empreendeu projeto de mapeamento cultural e, em junho de 2016, lançou, em parceria com o Instituto TIM, o *Mapa Cultural BH* que corresponde a uma plataforma online, livre e colaborativa para inserção de dados por agentes culturais, gestores de espaços culturais, com lançamento de informações sobre atuação, eventos e projetos culturais.

As informações sobre o *Mapa Cultural BH* foram coletadas a partir de entrevistas realizadas com coordenadores do projeto na FMC e com o consultor do Instituto TIM que acompanharam a implantação durante 2015 e 2016. Apesar de, desde 2012, já ter sido instaurado um processo para discutir e definir um projeto de mapeamento cultural, o Instituto TIM entrou em contato com a instituição, em 2015, para propor parceria relativa ao uso de *Mapas Culturais*, um software livre para mapeamento colaborativo e gestão da cultura que busca contribuir para qualificar a gestão pública quanto para promover mais eficiência e atualização frente às novas tecnologias de informação e comunicação.

A cidade de São Paulo implantou, em 2013, a plataforma do Mapa Cultural e o MINC, por meio da equipe de coordenação do SNIIC adotou, em 2015, o *Mapas Culturais* numa parceria que prevê a integração dos sistemas nacional, estadual e municipal. Na parceria, o MINC oferece suporte a estados e municípios que queiram implantar o Mapa Cultural, com infraestrutura tecnológica e material para formação. O mapa colaborativo, em 2015, já havia sido implantado pelos estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Tocantins, Mato Grosso, São Paulo e pelos municípios de São Paulo, Sobral (CE), Blumenau (SC), São José dos Campos (SP), João Pessoa (PB), Santo André (SP) e Belo Horizonte (MG).

Em Belo Horizonte, por meio da portaria FMC nº089/2016, o *Mapa Cultural BH* foi instituído, formalmente, como ferramenta de gestão da política pública municipal. Em seu artigo 1º, a portaria define o mapa como uma plataforma de software livre, gratuita, online e colaborativa, a ser gerenciada pela FMC. Nos artigos seguintes, o mapa é descrito como sendo constituído por um banco de dados georreferenciados de bens, espaços agentes, instituições, projetos e eventos artísticos e culturais, alinhado ao SNIIC.

O *Mapa Cultural BH* permite o cadastro de agentes individuais ou coletivos, espaços culturais, projetos e eventos, e a identificação em várias áreas de atuação (Quadro 6). Possui um amplo e diverso escopo de categorias, tanto de linguagens e setores, quanto de tipologias de espaços, permitindo o registro da diversidade cultural e artística disposta no território. Os eventos e projetos também são identificados a partir destas categorias, o que possibilita o reconhecimento da natureza de ações desenvolvidas (palestras, exposições, exhibições, oficinas, cursos, shows, etc.). Por meio desta ampla categorização, definir o escopo de informações pertinentes à coleta dos dados na área da cultura, identificando-se atores, processos e produtos que permitam a leitura espacial de localização, distribuição, concentração-desconcentração, interação, isolamento, densidade, dentre outros aspectos relativos à ocorrência destes elementos culturais.

**Quadro 6 - Áreas de atuação e tipos de espaços - Mapa Cultural BH 2015**

<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO E TIPOS DE ESPAÇOS – MAPA CULTURAL BH – 2015</b>	
<b>Áreas de atuação</b>	Antropologia, Arqueologia, Arquitetura-Urbanismo, Arquivo, Arte Digital, Arte de Rua, Artes Visuais, Artesanato, Audiovisual, Cinema, Circo, Comunicação, Cultura Cigana, Cultura Digital, Cultura Estrangeira (imigrantes), Cultura Indígena, Cultura LGBT, Cultura Negra, Cultura Popular, Dança, Design, Direito Autoral, Economia Criativa, Educação, Esporte, Filosofia, Fotografia, Gastronomia, Gestão Cultural, História, Jogos Eletrônicos, Jornalismo, Leitura, Literatura, Livro, Meio Ambiente, Moda, Museu, Mídias Sociais, Música, Novas Mídias, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material, Pesquisa, Produção Cultural, Rádio, Saúde, Sociologia, Teatro, Televisão, Turismo.
<b>Tipos de espaços</b>	cine itinerante, cineclube, drive-in, espaço público para projeção de filmes, sala de cinema, biblioteca pública, biblioteca privada, biblioteca comunitária (inclui pontos de leitura), biblioteca escolar, biblioteca nacional, biblioteca universitária, biblioteca especializada, teatro público, teatro privado, circo itinerante, circo fixo, terreno para circo, circo tradicional, circo moderno, centro cultural público, centro cultural privado, arquivo público, arquivo privado, museu público, museu privado, galeria de arte, livraria, sebo, videolocadora, lan-house, antiquário, ateliê, centro de artesanato, casa de espetáculo, danceteria, estúdio, concha acústica, banca de jornal, espaço para eventos, creative bureau, ponto de leitura, afrocentro comunitário, casa do patrimônio, ponto de cultura, usina cultural, praça dos esportes e da cultura, espaço Mais Cultura, sala de dança, gafieira, espaço para apresentação de dança, centro cultural itinerante, trio elétrico, clube social, centro de tradições, sala multiuso, rádio comunitária, audioteca, centro de artes e esportes unificados (CEUS), coreto, ginásio poliesportivo, sala de leitura, centro de documentação público, centro de documentação privado, templo, terreiro, mesquitas, sinagogas, igreja, centro espírita, instituições públicas de ensino regular federal, estadual, municipal ou distrital, instituições privadas, comunitárias, confessionais, filantrópicas, federais, estaduais municipais e distritais exclusivamente voltada para formação artística e cultural, escolas livres de artes, escolas livres de patrimônio, design, bens culturais de natureza material, bem imóvel, bem arqueológico, bem paisagístico, bem móvel ou integrado, sítio histórico, documentação, coleções, palco de rua.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados Mapa Cultural BH – [mapaculturalbh.gov.br](http://mapaculturalbh.gov.br) – consulta-

18/06/16

O consultor do projeto Mapas Culturais da Secretaria de Cultura de São Paulo e do MINC e que, em 2016, realizou curso de formação para gestores e servidores da FMC, definiu o projeto Mapas Culturais como uma *iniciativa para organizar as informações sobre cultura de instituições com uma interface de contribuição cidadã*. Para ele, os Mapas Culturais correspondem a uma plataforma de gestão da informação. Ele explicou que o processo de formulação do projeto Mapas Culturais envolveu técnicos, desenvolvedores de *software* e gestores da cultura que contribuíram para sua modelagem. Segundo o consultor,

(...) o mapa abstrai alguns fluxos da produção da informação cultural. Ao comunicar atividades culturais e algumas de suas políticas, gera-se dados sobre este contexto. O mapa pode contribuir nas análises e debate sobre a mesma. Nasce de uma demanda da gestão pública e por se envolver com o público também encerra práticas de código aberto.

(Consultor do projeto Mapas Culturais, 2015)

Para ele, o projeto atende às demandas do poder público, pois atende à necessidade de uso de tecnologias de registro e manutenção de bases de dados para complementar o desenvolvimento de políticas públicas e *parte de uma demanda e de uma percepção da existência de uma debilidade das instituições em ter em mãos o próprio histórico de suas ações*. As condições necessárias apontadas para a implantação do Mapa Cultural por um município, estado ou país, segundo Salvatore, são *interesse e equipe disponível*. O principal desafio para a implantação é assegurar o uso do instrumento pela gestão que, para ele, possui fragilidades de pessoal e de manter projetos de longo prazo. Atualmente, em âmbito nacional, o projeto está na fase de coleta de dados, incentivo ao uso e reconhecimento da potência de gerir informações. Salvatore também apontou como desafio motivar gestores e sociedade para analisar e debater sobre os dados disponíveis nos mapas. O uso do mapa até o momento é mais significativo no campo institucional e afirmou que, de alguma maneira, aqueles agentes culturais que estão mais atentos ou que possuem mais vínculos com as políticas públicas locais (por leis de incentivo, oficinas públicas) também passaram a utilizar o instrumento. Em São Paulo, por exemplo, segundo ele, o principal vetor para entrada de dados na plataforma, são as inscrições online para editais, oficinas, cursos, etc. Esta indução de coleta de dados por meio das inscrições em editais específicos também já ocorreu no *Mapa Cultural BH*.

Sobre a parceria com o Instituto TIM, o consultor afirma que não poderia responder pelo instituto pois não integra o quadro da instituição, apenas foi um prestador de serviços. Contudo, ele relata que na primeira fase do projeto foi coordenador e agora é consultor e ministra atividades de formação. Sobre o papel do Instituto TIM, ele afirmou:

(...) Parcialmente posso dizer que o instituto não atua lado a lado aos gestores. Existe um formulário que foi criado que sinaliza a atuação da instituição. É um formulário de diagnóstico para entender as demandas e avaliar o quão a instituição está preparada para receber a metodologia de gestão de informação dos mapas. Existem canais de dúvidas, de pesquisa, grupos de estudo etc... Estes grupos virtuais reúnem gestores, técnicos e pesquisadores em cultura. O instituto TIM poderia ser descrito como, no atual estágio, como uma facilitadora do processo. Claro, sem esquecer que foi a responsável pela realização e fomento da mesma. (Consultor do projeto Mapas Culturais, 2017)

Sobre quem e como as informações são armazenadas, Salvatore afirma que as informações coletadas são armazenadas em servidores das próprias instituições ou em servidores do Ministério da Cultura.

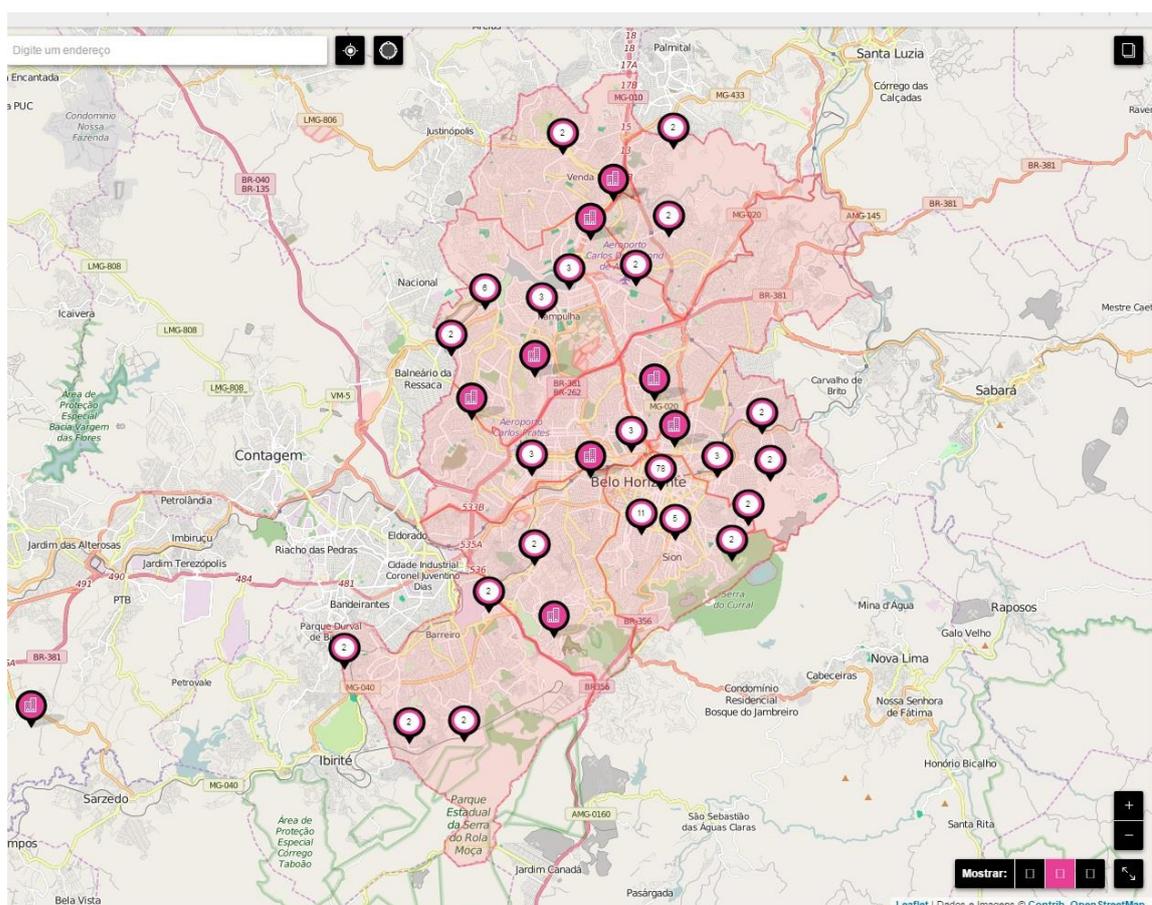
(...) Depende da instalação. Na fase de implantação pode ficar hospedado num servidor particular até a realização da migração da plataforma. Nessa fase o mapa não possui dados dos cidadãos. Vale lembrar que hoje em dia existe a opção de solicitar ao MINC uma instância do mapas. Ele libera uma interface para o estado ou município e os dados ficam armazenados na infra do MINC. Mas também a instituição que faz uso do mapas possui meios e recurso de realizar backups e extração dos dados. (Consultor do projeto Mapas Culturais 2017)

Sobre quais são os mecanismos de segurança ou validação dos dados inseridos na plataforma dos Mapas Culturais, ele diz que

As infos subidas pelos gestores e que são oficiais levam um selo de certificação da informação o que garante que a informação é fidedigna. Já os dados que são subidos pelo cidadão não possuem por hora qualquer tipo de validação ou check. Mas as instituições soltam editais pela plataforma onde o cidadão pode cadastrar suas propostas e projetos on-line. Geralmente esse dado (que obriga ter um perfil de pessoa física e/ou jurídica no mapa) é confiável pois diz respeito a dados para realização de contratos com a prefeitura. Esses contratos checam informações, ainda que sejam manualmente após o término do edital. (Consultor do projeto Mapas Culturais, 2017)

Em Belo Horizonte, o monitoramento das informações lançadas no mapa colaborativo é feito pela Fundação Municipal de Cultura e o mapa (Figura 6) é utilizado para cadastro de informações pelos agentes e espaços culturais da cidade, de forma espontânea e também para a realização de mecanismos de fomento ou incentivo, como nos casos de inscrições para editais e eventos.

**Figura 6 - Mapa Cultural BH**



**Fonte: [mapaculturalbh.gov.br](http://mapaculturalbh.gov.br) – consulta em 12/05/16**

Segundo os técnicos da FMC – da DVMAV e da DVDTI (setor de Tecnologia da Informação) que acompanham o *Mapa Cultural BH*, a parceria com o Instituto TIM foi feita por meio de um termo cujo conteúdo estabelece a vigência e um cronograma de ações que envolve as seguintes etapas: diagnóstico, formalização jurídica, definição de equipe gestora e condições para instalação, desenvolvimento da plataforma com customização (etapas sistema disponível sem e com autenticação), capacitação das equipes, publicação de dados na plataforma, evento de lançamento, internalização, acompanhamento e monitoramento, suporte técnico (suporte direcionado e suporte compartilhado com outras instalações). Após a realização destas etapas, o Instituto TIM passa a ser uma interlocutora junto aos parceiros na condução do processo de integração e melhoria da base de dados, visando a constituição de uma rede de colaboração. Segundo eles, são realizados encontros e reuniões virtuais e presenciais para consolidar a rede e também

*estabelecer o suporte aos usuários da plataforma para garantia da estabilidade do sistema e a troca de experiências entre estados e municípios que integram a rede.*

Quanto aos dados coletados pelo Mapa Cultural BH, estes estão armazenados pelo MINC e a FMC realiza *backups* de rotina para garantir que os dados não se percam, segundo os técnicos. A parceria com o MINC foi realizada para resolver, em 2016, a demanda da Virada Cultural BH que utilizou a plataforma.

Os coordenadores e técnicos dos mapas culturais criaram, sob coordenação da equipe do SNIIC do MINC, uma rede de desenvolvedores e gestores dos *Mapas culturais* e, para os técnicos da FMC, esta rede busca garantir a continuidade das ações de mapeamento por meio da plataforma colaborativa, *independente do que possa acontecer no nível do governo, nas esferas federal, estadual ou municipal*. Segundo eles, os desafios para a implantação dos mapas culturais são de ordem técnica e política. Os de ordem técnica são a necessidade de ampliar a equipe de Tecnologia da Informação da FMC para atender às demandas do projeto, o ajuste da base de dados para garantir qualidade e confiabilidade dos dados registrados, a criação de novos sites e subsites para acesso público com interface mais amigável que possibilite maior interação. Segundo eles, *há que se entender que a plataforma Mapas culturais é um banco de dados e não um site interativo*. Os desafios políticos, segundo eles, são: a gestão compreender que o projeto é estratégico e demanda investimentos em recursos humanos e financeiros, a superação da instabilidade política nas esferas federal, estadual e municipal, pois há impactos diretos no desenvolvimento do projeto, a falta de equipe da FMC com dedicação exclusiva ao projeto e a necessidade de maior envolvimento da gestão com o instrumento.

A percepção com gestores e servidores da FMC sobre mapeamento cultural e a implantação do *Mapa Cultural BH* foi realizada por meio do questionário online específico nos meses de outubro e novembro de 2016. Foram obtidas 43 respostas com 1 resposta em duplicata, logo foram 42 respondentes.

Do total dos que responderam ao questionário, 9,8% exerciam, no período da pesquisa, cargo de assistente administrativo de nível médio, 61% exerciam cargo de técnico de nível superior e 29,3% exerciam cargos comissionados de chefias. Não houve resposta por técnicos de nível médio (contabilidade, informática) nem de terceirizados. Sobre o tempo de atuação na instituição, 4,7% declarou que atua a menos de 1 ano, 23,3% tem atuação de 2 a 4 anos, 60,5% declarou que atua na

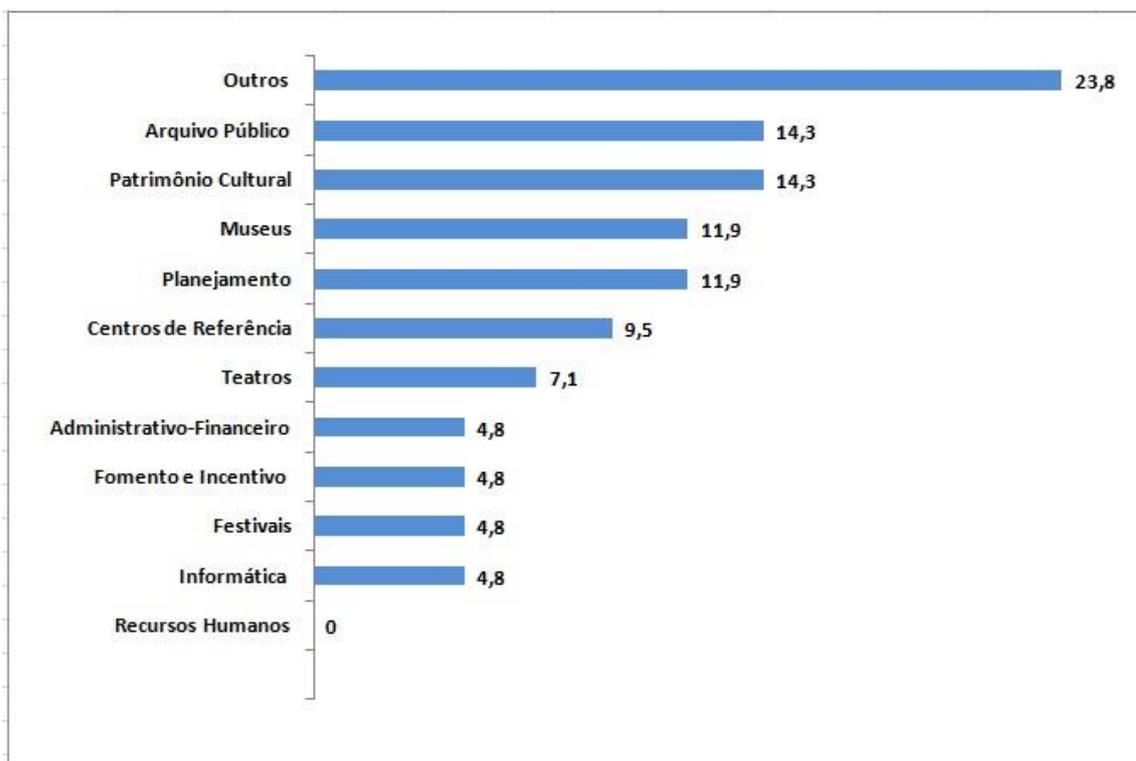
instituição de 5 a 9 anos e a atuação de mais de 10 anos foi declarada por 11,6% dos respondentes.

Sobre a área de atuação dos respondentes (Figura 7), destacou-se a participação de respondentes dos centros culturais.

A questão *o que você entende por mapeamento cultural* foi respondida por 37 dos respondentes (Quadro 7). Grande parte das respostas refere-se ao mapeamento cultural como identificação espacial dos elementos da cultura, levantamento de agentes, espaços e manifestações culturais, faz menção à localização, georreferenciamento

Constatou-se que a maioria faz referência ao *Mapa Cultural BH*, identificando-o como a ação de mapeamento. Outras definições são mais abrangentes e reconhecem os processos de levantamento de dados, sistematização e georreferenciamento. Os conteúdos citados como escopo do mapeamento cultural são as linguagens artísticas, manifestações, ocorrência de espaços e equipamentos, atuação de agentes públicos e privados. Algumas definições apontam para a disponibilização destas informações para a sociedade, Também é apontado como ferramenta para levantamento de demandas e capaz de facilitar a construção da política cultural.

**Figura 7 - Área de atuação na FMC dos respondentes do questionário**



Fonte: resultados da pesquisa, 2016

**Quadro 7 - Respostas à questão: O que você entende por mapeamento cultural?**

O QUE VOCÊ ENTENDE POR MAPEAMENTO CULTURAL?
Identificação espacial da "Cultura" em uma determinada área. Cultura num sentido mais amplo: indicação de referências, equipamentos, centros, monumentos, bens, serviços, festivais, feiras, eventos ou qualquer manifestação que possa estar à disposição do público em algum ponto do município a serem indicados em um mapa de ampla consulta.
Mapeamento cultural é o levantamento de agentes, espaços e manifestações culturais.
Identificação de agentes culturais, artistas, etc que através deste mapa podem ser mais facilmente localizados e identificados tanto pela localização quanto pela atividade que exercem.
Aplicativo que indica informações geo-referenciadas de todos os espaços destinados a fruição cultural, sejam oficiais, ou não .
A localização geográfica, qualitativa e quantitativa de eventos, expressões, atividades artísticas, projetos, equipamentos públicos e privados relacionados à cultura.
Prática de construir um sistema referencial sobre as práticas, agentes e espaços culturais em uma determinada região.
Não tenho um conceito sobre o tema
Inventário de artistas, equipamentos culturais e manifestações artístico-culturais, localizados num mapa.
Instrumento que busca identificar todos os artistas e grupos culturais de uma determinada região para disponibilizar esses dados a sociedade em geral.
Um programa ou ferramenta ou aplicativo que facilite o encontro de eventos culturais conforme a necessidade ou interesse do usuário, do público, do pesquisador, do artista, do promotor de eventos, etc
Delimitação do espaço físico atingido pela cultura de determinado local.
Mapeamento cultural é uma maneira de georreferenciar e espacializar em um plano ou plataforma física ou virtual as diversas nuances de práticas culturais e/ou de gestão da cultura em um determinado local. Nesse mapeamento, diversos dados deverão ser inseridos, para além das manifestações culturais em si.
Fomentar a produção cultural independente e promover a difusão de espetáculos de diversas linguagens artísticas da Cidade e identificar sua localização na Cidade.

<p>Seria um instrumento capaz de identificar nas diversas regiões da cidade as demandas, acontecimentos, grupos e manifestações culturais, permitindo o acesso a esses dados e facilitando a construção de uma política cultural que atenda a diversidade local.</p>
<p>O Mapa Cultural é uma plataforma para registrar as informações sobre os espaços culturais, programações, projetos, editais, cadastro dos agentes culturais, artistas individuais e empresas, que podem divulgar sua própria programação. A consulta a este cadastro permite conhecer as opções culturais oferecidas: shows, musicais, espetáculos de teatro e dança, cinema, festas, saraus e manifestações tradicionais e populares, entre outras.</p>
<p>Mapeamentos culturais relacionam práticas materiais e simbólicas ligadas à diversidade, articulando práticas, espaços, eventos, manifestações de interessados, agentes e grupos, bem como a atuação de artistas e atuantes das regiões pesquisadas. Têm papel importantíssimo, dessa forma, na elaboração de políticas públicas, considerando-se, em especial, a carência de dados culturais, situação organizacional e PPP - Políticas Públicas Privada.</p>
<p>Acredito que seja uma ferramenta de gestão que contém diversos indicadores, destinada a fazer um diagnóstico da eficácia e efetividade da política cultural em um determinado território, a partir das diretrizes, objetivos e metas constantes de um planejamento consensual.</p>
<p>Num sentido amplo, é a associação de informações acerca do campo cultural referenciadas no espaço. O mundo físico e sua representação virtual são uma forma essencial e natural de se fazer com que o conhecimento acerca da cultura (de qualquer recurso, na verdade) se torne visível. Na FMC, uma das mais recentes, é o Mapa Cultural, que vem se somar a inúmeras outras que falharam e, ou foram encerradas, ou nelas se insiste, com prejuízos a toda a política cultural para o Município.</p>
<p>Levantamento e análise de dados geolocalizados sobre a cultura, que subsidiam o planejamento, execução e avaliação de políticas sobre o setor (públicas e privadas)</p>
<p>É a utilização de instrumentos que possam dar uma visibilidade mais ampla e localizada sobre os acontecimentos e movimentos culturais de uma determinada região.</p>
<p>Espaço web para mapear, inscrever, registra e compartilhar informações sobre o universo cultura da cidade.</p>
<p>É um mapeamento, uma indicação da localização de onde acontece, festas, shows, feiras, manifestações culturais no geral, assim como os grupos, locais de promoção artística, produtores, artistas no geral se localizam.</p>
<p>Uma espécie de banco de dados que visa reunir informações sobre programações culturais, espaços, editais, projetos, agentes culturais, enfim, tudo aquilo que se relaciona à cena cultural.</p>
<p>Disponibilizar as informações referentes aos artistas, instituições, eventos relacionados à Cultura, visando proporcionar informações da localização e tipificação dos agentes culturais que permita a inclusão social, e difusão das informações culturais de forma integrada e georeferenciada.</p>
<p>Mapeamento cultural é uma metodologia na qual dados sobre agentes, manifestações e ações relacionadas à cultura de uma determinado povo, território ou região são levantados, enumerados e catalogadas. Assim é também uma ferramenta que pode de maneira pública, disponibilizar dados para a sociedade, para vários usos. Dentre esses usos, está por exemplo o fornecimento de informações para orientar a gestão de políticas públicas para a área,</p>
<p>A identificação dos programas, projetos, ações, agentes, locais e/ou bens culturais que ocorrem e caracterizam certo espaço geográfico devidamente referenciados em representações espaciais - físicas ou virtuais - dos referidos espaços geográficos.</p>
<p>Levantamento de dados relativos à produção cultural de uma cidade, dos agentes e produtos e serviços.</p>
<p>Mapeamento Cultural servirá para termos conhecimento dos locais que atuam na cena cultural da capital e as instituições da mesma seara.</p>
<p>Mapeamento cultural consiste em alocar geograficamente ações, indivíduos e espaços de natureza cultural na forma de mapas</p>
<p>Organização através de mapa de toda oferta de equipamentos e bens culturais que a localidade oferece.</p>
<p>Entendo por mapeamento cultural uma estratégia para localizar e identificar os agentes culturais, produtores culturais, artistas, grupos culturais e manifestações culturais presentes na cidade ou regiões específicas.</p>
<p>É um levantamento de todos os atores e produção cultural que existem em um determinado espaço físico.</p>
<p>Levantamento de dados acerca de diferentes aspectos da cultura, a fim de potencializar a gestão institucional de acordo com a demanda e necessidades de artistas, produtores e cidadãos.</p>
<p>Cadastro cultural da cidade.</p>
<p>Pesquisa, organização e sistematização de informação / dados (incluindo acesso) que dizem respeito às questões da cultura, incluindo o imaterial, bem como aspectos da prática em artes e estéticas.</p>
<p>O mapeamento cultural consiste no levantamento e identificação tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil, da diversidade cultural existente em uma localidade. Geralmente se dá de forma colaborativa, por meio de plataformas livres e gratuitas. É um importante instrumento de difusão e valorização da cultura.</p>

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

A maior parte dos respondentes (95,3%) considerou o mapeamento cultural uma ferramenta de gestão importante (Figura 8)

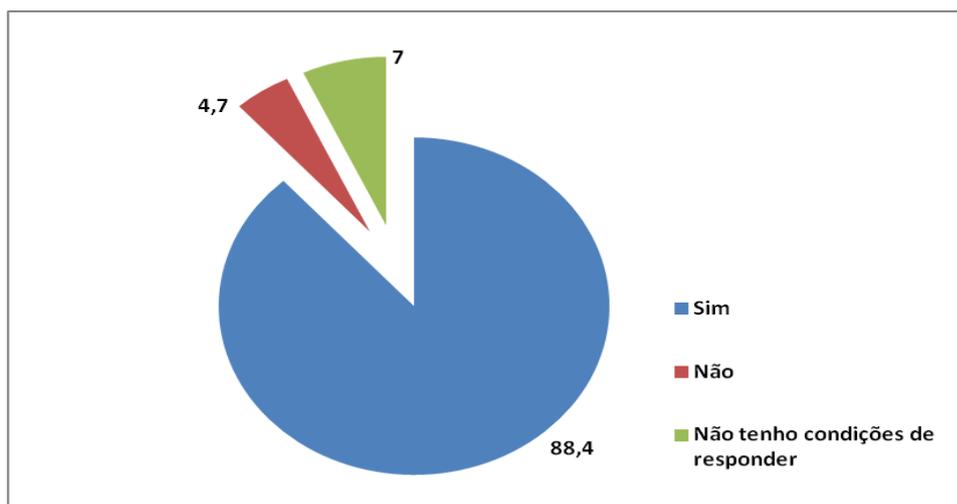
**Figura 8 - Consideração do mapeamento cultural como ferramenta de gestão - %**



Fonte: resultados da pesquisa, 2016

Em relação ao uso do mapeamento cultural como instrumento de gestão no setor no qual atuam na FMC, 88,4% consideraram que sim, 4,7% que não e 7% declararam que não têm condições para responder, sem justificativa (Figura 9).

**Figura 9 - Consideração sobre o uso do mapeamento cultural no setor que atua na FMC -%**



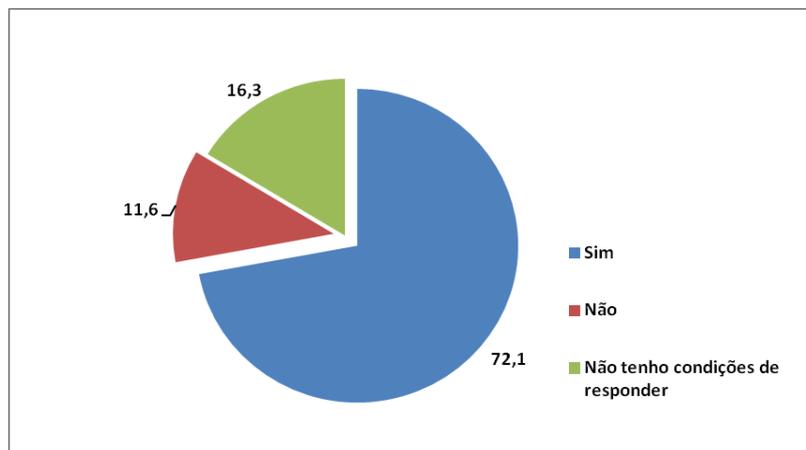
Fonte: resultados da pesquisa, 2016

Em relação a dados produzidos nos setores que podem ser dispostos em mapas, georreferenciados ou tratados espacialmente, 72,1% reconheceram sua

ocorrência, seguido de 11,6% de resposta negativa e 16,3%, uma parcela representativa que declarou não ter condições de responder a esta questão. Em relação a esta pergunta, algumas pessoas que declararam não ter condições de responder, justificaram alegando a falta de informações sobre o tema (Figura 10).

Os respondentes que declararam que existem dados em seus setores que podem ser mapeados, georreferenciados ou tratados espacialmente, citaram dados relativos a diferentes linhas da política cultural (Quadro 8).

**Figura 10 - Consideração sobre existência de dados no setor em que atua que podem ser dispostos em mapas - %**



Fonte: resultados da pesquisa, 2016

**Quadro 8 - Respostas à questão: Caso você considere que no setor no qual atua na FMC tenha dados que possam ser cartografados, georreferenciados, cite quais dados são estes.**

<b>CASO VOCÊ CONSIDERE QUE NO SETOR NO QUAL ATUA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, TENHA DADOS QUE POSSAM SER CARTOGRAFADOS, GEORREFERENCIADOS OU TRATADOS ESPACIALMENTE, CITE QUAIS DADOS SÃO ESTES.</b>
Mapeamento cultural com indicação dos bens protegidos pelo CDPCM-BH ou por outras esferas do Patrimônio.
Dados sobre atuação dos conselheiros do Conselho Municipal de Política Cultural e do Conselho Consultivo Zona Cultural Praça da Estação, bem como as atividades dos próprios conselhos e atividades ligadas às representações da FMC em outros colegiados
Representantes da sociedade civil em comissões, grupos de trabalho, etc e artistas.
Além das unidades da FMC, há também os eventos de rua como FITBH, FAN, FLI, FIQ, etc
Espaços culturais como bibliotecas, cafés, pontos de leitura, livrarias; eventos como saraus, lançamentos e encontros literários periódicos; agentes culturais como narradores de histórias, escritores, bibliotecários, agentes literários, livreiros.
Equipamentos culturais da FMC e da regional, cursos e oficinas oferecidos (públicos e privados) e informações de artistas e grupos da regional.
Grupos artísticos locais.
Pode-se levantar dados a respeito do acervo cartográfico da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana para acesso às informações contidas nas plantas

Bem imóveis protegidos, manifestações culturais a serem salvaguardadas.
A Lei Municipal de Incentivo a Cultura recebe anualmente propostas em forma de projetos de todas as áreas culturais de BH.
Localização e acervos audiovisuais; Distribuição de pessoas e grupos que trabalham com cinema e audiovisual; Localização de espaços, grupos e aspectos do patrimônio material e imaterial importante para o registro audiovisual; Demandas sociais para a produção audiovisual etc.
* mudança na estrutura organizacional da região; *mapeamento do crescimento populacional da região; * impacto do aumento de visitantes no Parque, em relação a fauna e flora; *mapeamento das nascentes e sua situação; * atuação dos grupos que atuam no local; *atividades que são fixas e as ocasionais que acontecem no local.
Endereços dos equipamentos; Área de atendimento prioritária (alcance); Entidades e pessoas (“agentes”) que se utilizam desses equipamentos; Recursos oferecidos (aulas, oficinas, bibliotecas, telecentros, Academias da Cidade, local e horário para ensaios, empréstimos de equipamentos); Programação; Pontos de inscrição/votação/participação nas políticas públicas municipais e de agentes privados associados (editais, concursos, festivais, Orçamento Participativo etc.)
Endereços dos equipamentos; Área de atendimento prioritária (alcance); Entidades e pessoas (“agentes”) que se utilizam desses equipamentos; Recursos oferecidos (aulas, oficinas, bibliotecas, telecentros, Academias da Cidade, local e horário para ensaios, empréstimos de equipamentos); Programação; Pontos de inscrição/votação/participação nas políticas públicas municipais e de agentes privados associados (editais, concursos, festivais, Orçamento Participativo etc.)
Investimentos em programas e projetos distribuídos pela cidade
Tipos de linguagem trabalhada por grupos artísticos, locais que costuma ser ponto de encontro cultural, apropriações culturais locais....
Por exemplo nosso cadastro de grupos e agentes culturais existente na nossa unidade. Ou as próprias lista de presença de oficinas e cessões de espaço existentes nas demais unidades.
No APCBH podem ser referenciados dados relativos às demandas dos consulentes (locais e regiões mais pesquisados) e dos documentos recolhidos e tratados (por exemplo: projetos arquitetônicos privilegiados para arranjo e descrição). O Programa Novos Registros pode contar com levantamento georreferenciado de regiões e locais da cidade que são tema das palestras e pesquisas acadêmicas.
Dados relativos ao perfil do público visitante, das atividades culturais oferecidas e dos profissionais envolvidos nas ações culturais.
- Endereços de espaços culturais; - Endereços de Agentes culturais
atividades culturais público
Dados que estão cadastrados no SMAPP.
Mapeamento de grupos e profissionais nas áreas artísticas / acessibilidade e abrangência dos projetos e programação do teatro / relação entre aspectos culturais e socioeconômicos / etc
projetos, atividades e serviços executados pela FMC, quantidade de público atendido, informações sobre espaços culturais de BH (Cadastro BIC).
Informações constantes no SMAPP como, por exemplo, atividades realizadas para público específico (idoso, criança, etc)
Podem ser tratadas as exposições, eventos em geral realizados pela instituição, seus agentes culturais, projetos, assim como alguns itens significativos de seu acervo, que contam a história da cidade de Belo Horizonte.
Os bens culturais protegidos.

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

Em relação ao acesso do setor a dados dispostos em mapas, cartas, plantas ou em plataformas digitais de georreferenciamento (*googlemaps*, por exemplo), 51,2% dos respondentes indicaram que realizam acesso enquanto 41,9% declararam que o setor não acessa e 6,9% declararam não ter condições de responder.

Para 95,2% dos respondentes, a gestão pública de cultura tem necessidade de informações mapeadas e georreferenciadas. 4,8% declararam não ter condições para responder esta questão.

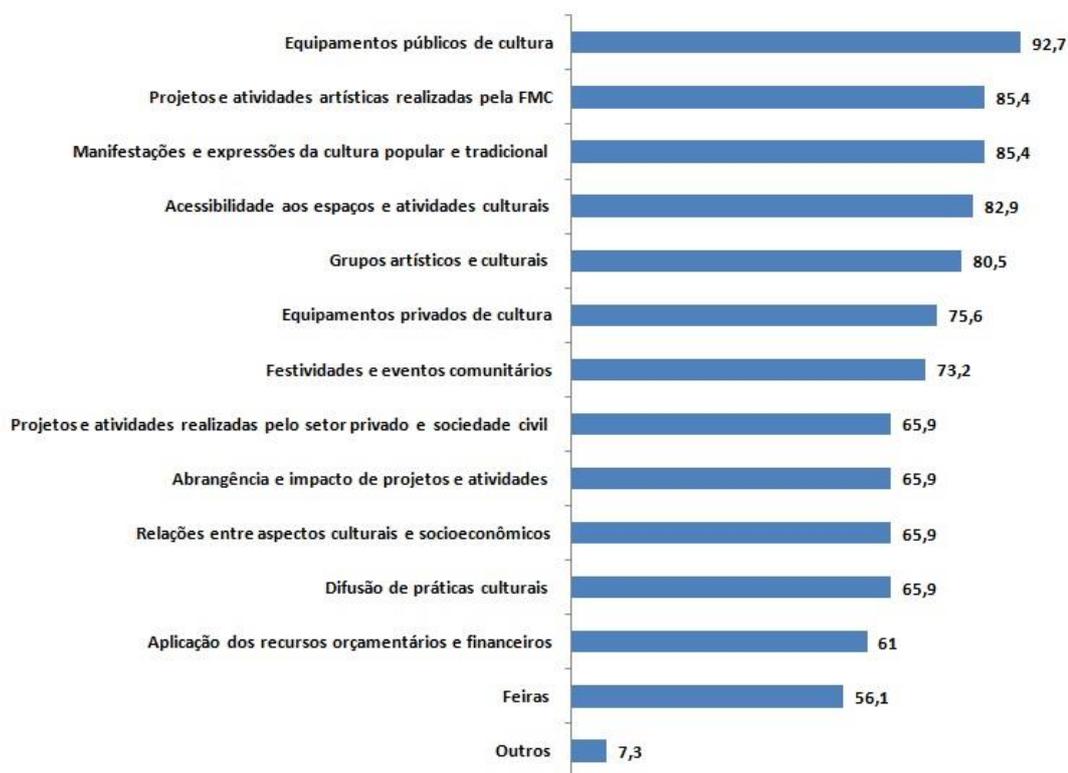
Em relação a conteúdos que podem subsidiar a gestão pública, os conteúdos mais citados foram o mapeamento de equipamentos públicos de cultura, com 92,7%, seguido do mapeamento de projetos e atividades artísticas realizadas pela FMC, de manifestações e expressões da cultura popular e tradicional, com 85,4%. Também foi significativo a citação por 82,9% dos respondentes sobre o mapeamento de acessibilidade aos espaços e atividades culturais e por 80,5% dos respondentes sobre a necessidade de mapeamento de grupos artísticos e culturais. Apesar de 7,3% dos respondentes declararem outros conteúdos, estes não foram indicados (Figura 11).

O *Mapa Cultural BH* é conhecido por 72,1% dos respondentes enquanto 25,6% declararam não conhecer e 2,3% declararam não saber responder. Sobre como tiveram conhecimento sobre ele, 66,7% declararam que tiveram conhecimento do *Mapa Cultural BH* por meio de comunicados internos (email, flyer) feitos diretamente pela FMC, 18,2% declararam que tomaram conhecimento por meio de comunicado oficial do Diário Oficial do Município, 9,1% ficaram sabendo pela comunicação interna do equipamento no qual trabalha e 6,1% por meio digital em redes sociais ou sites.

Quanto à realização de cadastro no *Mapa Cultural BH* por gestores e servidores 37,2% responderam que realizaram o cadastro enquanto 62,8% não realizaram. No caso dos que se cadastraram na plataforma digital colaborativa, 30,4% consideraram o processo de cadastramento fácil e 13% difícil.

O *Mapa Cultural BH* foi considerado por 88,4% dos respondentes como um instrumento importante para a gestão da política pública de cultura, 2,3% consideraram que não é um instrumento importante e 9,3% declararam não saber responder à questão.

**Figura 11 - Conteúdos que gostariam de visualizar em mapas - %**



**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

Sobre se o *Mapa Cultural BH* viabiliza o registro da diversidade cultural do município, 76,7% responderam que sim enquanto 7% consideram que não viabiliza e 16,3% responderam que não têm como responder à questão.

Na avaliação se falta algum tipo de área ou setor artístico e/ou cultural nas categorias de agente cultural ou espaço cultural dispostas no *Mapa Cultural BH*, 11,9% responderam que falta enquanto 31% responderam que não falta e 57,1% responderam que não têm condições para responder à questão.

Alguns respondentes indicaram as áreas e setores que consideram ausentes do *Mapa Cultural BH* (Quadro 9).

**Quadro 9 - Respostas à questão: Caso você considere que falta algum tipo de área/setor artístico ou cultural nas categorias de agente cultural ou espaço cultural dispostos pelo Mapa Cultural BH, indique-os.**

<b>CASO VOCÊ CONSIDERE QUE FALTA ALGUM TIPO DE ÁREA/SETOR ARTÍSTICO OU CULTURAL NAS CATEGORIAS DE AGENTE CULTURAL OU ESPAÇO CULTURAL DISPOSTOS PELO MAPA CULTURAL BH, INDIQUE-OS.</b>
Esse espaço deve estar sempre aberto a novas áreas/setores na minha opinião.
Terceiro setor; Iniciativa Privada;
Moda!
Durante o trabalho que realizamos no "Mapa Cultural BH" conforme nossa necessidade e realidade identificamos que a tabela de área não contempla todas as áreas artísticas, mas o campo "Tag" pode suprir essa deficiência. No caso da tabela de categoria de espaço Cultural, identificamos a ausência do tipo "Centro de Referência" e de uma categoria que identificasse o órgão gestor como espaço cultural, considerando que possuímos um auditório que recebe alguns eventos.

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

Sobre as dificuldades e/ou limitações para o uso do *Mapa Cultural BH* por agentes culturais da sociedade civil, constatou-se que grande parte dos respondentes citou dificuldades relativas à divulgação da plataforma, à falta de acesso à internet por muitos grupos e agentes culturais, problemas técnicos, articulação da ferramenta a outros processos do contexto cultural e artístico (Quadro 10).

**Quadro 10 - Respostas à questão: Dificuldades e limitações que você identifica para o uso do Mapa Cultural BH por agentes culturais da sociedade civil.**

<b>QUAIS SÃO AS DIFICULDADES E/OU LIMITAÇÕES QUE VOCÊ IDENTIFICA PARA O USO DO MAPA CULTURAL BH POR AGENTES CULTURAIS DA SOCIEDADE CIVIL?</b>
Para que haja interesse dos agentes culturais da sociedade civil em cadastrar-se no Mapa Cultural BH, o mesmo precisa se tornar uma ferramenta atrativa, com presença de um número significativo de agentes cadastrados
Primeiro acesso a informação que há o aplicativo, depois acesso a internet.
Grande parte dos artistas e grupos não tem acesso e/ou domínio da ferramenta e não acessarão com frequência para atualizar seus dados.
Falta de conhecimento por parte da população sobre o registro no mapa e suas implicações.
bem... confesso que não o conheço, mas penso que um mapa assim deve ser bem simples e fácil de usar por qualquer pessoa que queira ou necessite ou precise das informações nele contidas
A pouca divulgação do instrumento
Falta divulgação e interesse da população.
Falta de divulgação.
Conhecimento sobre o mapa cultural
Qualquer ferramenta, para sua adoção, tem que oferecer mais valor do que as alternativas (e, não fazer nada é, sim, uma alternativa). Uma possível vantagem que o Mapa Cultural pode vir a ter é a dupla correção e atualidade de suas informações, proporcionadas por pessoas responsáveis por isso, coisa que os sistemas informatizados automáticos não oferecem. Ou seja, o Mapa tem que ter, principalmente, informações corretas e atuais. Frente a alternativas como Facebook, Google Maps, Yelp, etc., o Mapa Cultural tem que oferecer algo que as alternativas não oferecem. Sem isso, ele não tem chance, é apenas um desperdício de recursos.
Aplicabilidade na sua atividade

É preciso que o mapa cultural seja uma ferramenta que traga retornos para os artistas e grupos não só para quem quer mapear
A dificuldade de acesso à internet, o desconhecimento do sistema, o desconhecimento da importância do instrumento
O modo como é feita a inscrição é muito demorada e burocrática. Ao realizar a inscrição no Mapeamento, é necessário fazer uma outra inscrição na plataforma id cultura do governo federal, são solicitados muitos dados e não se sabe ao certo o motivo e a intenção disso.
A disposição das informações no site dificultam uma melhor visualização.
Creio que uma dificuldade que vejo no uso do Mapa é o próprio cadastramento dos agentes, espaços e eventos no sitio. Considero que ainda desconheço se há alguma metodologia e alguma organização da FMC no sentido de viabilizar a inserção dos dados. Penso que há o trabalho de convencimento, mobilização e divulgação da área cultural para a importância de se cadastrarem e a importância estratégica que a ferramenta pode ter para o setor. Creio que há outras questões ainda a serem discutidas acerca do instrumento e sua viabilidade.
O mapa cultural é uma ferramenta nova. A princípio ele não apresenta nenhum atrativo para que o cidadão efetue o uso da ferramenta com regularidade. ex: É necessário que exista uma articulação para que a ferramenta tenha novos serviços. Ex: Interação entre órgãos determinando que o acesso inicial ocorra pelo Maps. Pontuação extra em editais para os que atualizem seus dados entre outros.
problemas na adesão
Tive problemas ao preenchê-lo e ainda não consegui terminar meu cadastro. Não tenho como avaliar as últimas questões.
Dificuldades e/ou limitações poderão advir. caso não seja feito um trabalho para reconhecimento da utilização dessa ferramenta, com a participação direta dos servidores.
O site não é muito amigável, talvez se apresente um pouco confuso para o cidadão em um primeiro momento.
Penso que é um instrumento ou ferramenta ainda pouco divulgado. Outro dificultador está no fato de que muitos desses agentes ou usuários tem acesso restrito ou não tem acesso à internet.
Acredito que seja difícil para alguns agentes culturais da sociedade civil fazerem uso da tecnologia para o acesso, ou cadastramento no Mapa Cultural. Daí a importância dos servidores ou agentes culturais da FMC auxiliarem nesta tarefa.

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

Quanto às dificuldades e/ou limitações identificadas pelos respondentes para o uso do *Mapa Cultural BH* por servidores e gestores da FMC, a falta de interesse foi bastante citada, assim como a baixa qualidade da internet disponível nas unidades da FMC e necessidade de incorporação da ferramenta nas práticas cotidianas (Quadro 11).

**Quadro 11 - Respostas à questão: Dificuldades e limitações que você identifica para o uso do Mapa Cultural BH por servidores e gestores da FMC.**

<b>QUAIS SÃO AS DIFICULDADES E/OU LIMITAÇÕES QUE VOCÊ IDENTIFICA PARA O USO DO MAPA CULTURAL BH POR SERVIDORES E GESTORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA?</b>
Pode haver uma certa resistência de alguns servidores e gestores à adaptação à nova ferramenta
Internet de baixa qualidade
Falta ao servidor incorporar essa ferramenta ao seu dia-a-dia. Acredito que essa falta aconteça por conta das dificuldades com a tecnologia e também por conta de uma carência na integração da FMC como um todo.
Aplicação dos dados contidos no Mapa Cultural BH.
primeiramente, a difusão e orientações quanto a seu uso e aplicação
a pouca familiaridade com a plataforma
Falta real de interesse dos mesmos.

Falta de divulgação do Mapa Cultural BH
Falta de interesse.
internet lenta
Priorização e dedicação de recursos; entendimento que só vale investir nele se for para que ele seja muito melhor que quaisquer alternativas. Sem isso, não haverá treinamento, equipamentos/serviços de informática, horas e outros recursos. Priorização significa relamente abrir mão de outras atividades, se isso for necessários; não apenas dizer “isso é prioridade” e aí adicioná-lo a uma lista interminável de “prioridades”, sem ranqueamento e entendimento da capacidade total de trabalho da instituição, seus órgãos e seus agentes.
Desinteresse
Falta apenas tempo para que o mapa se torne necessário e uma atitude de rotina para questões culturais, assim como o googlesmaps é para quem quer ir e vir.
Idem. A dificuldade de acesso à internet, o desconhecimento do sistema, o desconhecimento da importância do instrumento.
O fato que você, por trabalhar na fundação, tem tudo que é postado como se fosse postado pela fundação, o que dificulta a divulgação de trabalhos de servidores que também são artistas ou produtores por fora.
Acredito que todos da equipe poderiam ser treinados para o uso.
Para mim a principal questão, será a própria FMC (gestores e técnicos) entender as possibilidades de uso do Mapa e como usá-la propriamente dito de forma eficiente eficaz, no sentido de buscar a aplicação dos recursos públicos de cultura as áreas, manifestações e agentes culturais que mais necessitam.
Sem sombra de dúvidas o tamanho da banda de internet e a qualidade dos computadores.
Objeto muito amplo
Abrangência do tema
Instabilidade da rede e internet pode ser uma dificuldade para o uso da ferramenta na FMC.
Penso que a principal limitação está no fato de que o sistema, suas informações e seus agentes , são aqueles que, em sua maioria, já tem proximidade com as ações de política pública de belo Horizonte, sobretudo da FMC. Desta forma, há uma rede de informações e agentes imensa que ainda não está contemplada.
Como o Mapa Cultural de Belo Horizonte está sendo apresentado e divulgado neste mês de outubro de 2016, nem todos os servidores e gestores ainda o conhecem. Portanto, essa questão só poderá ser respondida quando for efetivamente utilizado.

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

Para 87,5% dos respondentes, os instrumentos de divulgação e mobilização junto aos agentes culturais e cidadãos deveriam ser incrementados para promover a divulgação e uso do *Mapa Cultural BH*, enquanto 67% dos respondentes também concordam que o suporte de informática da FMC deveria ser revisto e aprimorado e 75% concordam que deve ser realizada formação sobre o tema para servidores e gestores da instituição.

As indicações de ações para que o *Mapa Cultural BH* seja um instrumento de gestão reúnem informação, treinamento e atualização de servidores, instituição de rotinas de trabalho que incluam o mapa, internet de qualidade, relação do instrumento com planejamento, inserção de todos os dados da instituição para ampliar a visibilidade, ter um uso comparado ao de redes sociais, alimentação sistemática e contínua, maior mobilização, dentre outras (Quadro12).

**Quadro 12 - Respostas à questão: No âmbito institucional, indique o que pode ser feito para que o Mapa Cultural BH seja um instrumento de gestão utilizado pela FMC.**

<b>NO ÂMBITO INSTITUCIONAL, INDIQUE O QUE PODE SER FEITO PARA QUE O MAPA CULTURAL SEJA UM INSTRUMENTO DE GESTÃO UTILIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.</b>
Informação, treinamento e atualização dos servidores.
Treinamentos com foco nas potencialidades da ferramenta e instituição de rotinas de trabalho que incluam o Mapa Cultural no cotidiano dos servidores
<b>INFORMAÇÃO TREINAMENTO ACESSIBILIDADE TÉCNICA - INTERNET DE QUALIDADE</b>
Formação sobre o tema para servidores e gestores da FMC a partir de metas estabelecidas.
Suporte para planejamento de programas, projetos e ações culturais.
As sugestões acima, com ênfase em formação das equipes dos equipamentos e setores da FMC sobre o uso do mapa, para que cada um deles possa entender onde o mapa pode embasar seus projetos e atividades.
Inserção de todos os dados da Fundação Municipal de Cultura, para que sejam visualizados por todos.
Fazer treinamento com todos os funcionários e não apenas com os gestores dos equipamentos.
as mesmas respostas do item anterior
ser realmente reconhecido como um instrumento de gestão pública, valorizado como tal.
Conseguir que ele seja comparado a um facebook, todos se apropriem do mesmo. Ai sim ele será útil a cidade como um todo.
Melhor divulgação e treinamento para o seu uso.
Somente com a formação de profissionais com capacidades de reflexão sobre a sua área é que o campo cultural poderá ter em vista a sua crescente profissionalização e crescimento.
A Advocacia Pública por ser considerada atividade meio na Política Cultural não teve seu papel definido no Mapa Cultural. Entretanto, não podemos olvidar que o papel da Advocacia Pública é proteger o interesse público primário e secundário, fazendo o controle interno de juridicidade e representação judicial e extrajudicial dos entes federados e entidades administrativas, constituindo-se atividade fim do Estado.
Treinamento, treinamento e treinamento. Especialmente dos gestores que, por natureza, serão os multiplicadores nos aspectos técnico, da política cultural do município e, principalmente, das diretrizes internas para alimentação e manutenção. Treinamento técnico, em quantidade e escopo suficiente para nivelamento de todos os envolvidos na manipulação do site. Mínimo 8h, com avaliação e horas adicionais, caso necessário. Treinamento na política de cultura do município, para que os envolvidos possam julgar como melhor utilizar a ferramenta para atingi-las. Mínimo 8h, com avaliação e treinamentos adicionais em caso de aproveitamento insuficiente. Treinamentos nas diretrizes internas da FMC – pode-se entender este tema como a práxis para que se alcance os objetivos da política pública do município. Mínimo 4h, com avaliação e horas adicionais, caso necessário. Definição explícita das pessoas e dos tempos necessários de dedicação à ferramenta. Exemplo: SMAPP, que tem prazos para entregas, pessoas responsáveis e tempos determinados, com conferência de execução.
Complementação das informações do banco de dados com análises periódicas que possibilitem a elaboração de séries históricas, de modo a subsidiar o trabalho de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas do setor no município
Que ele seja alimentado sistematicamente por todos os equipamentos públicos das mais diversas abrangências culturais e que realmente tenha um banco de dados confiável e significativo ao longo dos anos.
Mobilização interna para inserir essa plataforma no dia a dia da gestão.
*Maior divulgação *Treinamento contínuo e para todos os servidores, estagiários, terceirizado de como usar a plataforma. *Simplificação da plataforma, já que a população no geral não terá acesso à esses treinamentos e para que o mapeamento alcance seu objetivo, é necessário que o público tenha acesso periódico e facilitado à plataforma.
Acredito que mais servidores deveriam ter ciência e de fato compreenderem como utilizar essa ferramenta de crucial importância. Os servidores poderiam ir, (a equipe como um todo) se inteirando e participando, todos juntos, dos processos de cadastro e disponibilização das informações até se tornar uma consulta fácil e corriqueira.
Como todo sistema de gestão informatizado sempre passa por aprimoramentos, manter os gestores e servidores que utilizem o sistema sempre atualizados quanto às mudanças no sistema, capacitando-os a utilizar as novas implementações.
O Mapa pode ser por exemplo uma plataforma de georreferenciamento para o planejamento de ações e festivais da FMC, de forma que o investimento de recursos dos festivais atendam uma maior diversidade de usuários do município.

1- Estabelecer que todos os projetos do SMAPP tenham o requisito de utilizar o mapas em seus processos. 2- Estabelecer que além das ações e atividades lançadas no SMAAP elas também sejam lançadas no MAPAS. 3- Promover a participação da sociedade civil no mapas, determinando que aqueles que recebam recursos da LMIC utilizem a ferramenta. Att
Aumentar divulgação ao público em geral usando redes sociais e internet com mais eficiência e efetividade.
Pode ser usado na elaboração de políticas públicas para desenvolvimento de ações culturais de forma a atender as necessidades de cada região de BH e também para promover a desconcentração das atividades, tentando equilibrar a distribuição das mesmas de forma a atingir um maior número de pessoas.
Para que o Mapa Cultural se torne um instrumento de gestão é necessário que ele contenha dados, que nos possam gerar informações. É muito importante que a FMC consiga alcançar e convencer o agente cultural a se cadastrar com seus espaços e eventos. Mas a FMC tem que também investir na frente de trabalho e pesquisa. Se o banco de dados não nos fornecer informações mais próximas de nossa realidade, não será um bom instrumento de gestão.
Maior investimento em pesquisa, com grupo de profissionais dedicados ao tema e à imersão nos territórios culturais e criativos da cidade, acelerando e qualificando assim o processo, também diminuindo as distâncias causadas pela dificuldade de acesso à informação ou tecnologias.
Poderão ser levantados os locais da cidade onde as ações em torno da Cultura são mais presentes e locais nos quais há carência. Assim a FMC poderá ter um panorama mais concreto e saber onde investir e atuar.

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

Alguns respondentes fizeram considerações gerais sobre o assunto, com apontamentos relativos às demandas laborais e à escassez de orçamento público (Quadro 13).

**Quadro 13 - Respostas à questão: outras considerações sobre o tema.**

<b>DEIXE AQUI OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSUNTO.</b>
Lamentavelmente, as demandas laborais nos consomem e pouco ou nada sobra para consumirmos de Cultura além do próprio trabalho. Temos o privilégio de frequentemente sofrer de "estava cultural"!
Lamentavelmente, as demandas laborais nos consomem e pouco ou nada sobra para consumirmos de Cultura além do próprio trabalho. Temos o privilégio de frequentemente sofrer de "estava cultural"!
Diante de um orçamento público escasso e que demanda maior austeridade, o mapeamento cultural em conjunto com a gestão de custos contribuirá com maior eficiência e efetividade na gestão da política pública.
a meu ver esse mapa esta sendo utilizado apenas por servidores e equipamentos da FMC. Falta uma divulgação mais eficiente.
Para tratar da existência de um sistema cultural complexo e contemporâneo, entender sua existência na cidade é necessário refletir sobre diferentes momentos das práticas sociais de um sistema cultural: 1. criação, inovação e invenção (artistas); 2. transmissão, difusão e divulgação (educadores e profissionais da comunicação); 3. preservação e manutenção (bibliotecários, museólogos e arquivistas); 4. administração e gestão (administradores e economistas); 5. organização (produtores e agentes culturais); 6. crítica, reflexão, estudo, pesquisa e investigação (críticos e pesquisadores); e 7. recepção e consumo (público em geral – democratização da cultura). As políticas culturais devem compreender o sistema em sua totalidade articulada.
Qualquer nova ferramenta, política ou modus operandi necessita de um nivelamento mínimo de entendimento e método de trabalho entre os agentes. Além disso, é necessário o comprometimento das instâncias decisórias com seu eficaz uso. De nada adianta decretar o uso de uma ferramenta sem se considerar os ajustes necessários para que ela se efetive, em todos os níveis de recursos: humanos, financeiros e físicos. Há de se entender que uma ferramenta bem utilizada requer conhecimentos e recursos. Sem isso, é apenas para inglês ver. Sobre a pergunta: "Você considera que o Mapa Cultural BH viabiliza o registro da diversidade cultural do município de Belo Horizonte?" a resposta correta é: sem recursos e priorização, com certeza não; com recursos e priorização, é possível.
Qualquer nova ferramenta, política ou modus operandi necessita de um nivelamento mínimo de entendimento e método de trabalho entre os agentes. Além disso, é necessário o comprometimento das instâncias decisórias com seu eficaz uso. De nada adianta decretar o uso de uma ferramenta sem se considerar os ajustes necessários para que ela se efetive, em todos os

níveis de recursos: humanos, financeiros e físicos. Há de se entender que uma ferramenta bem utilizada requer conhecimentos e recursos. Sem isso, é apenas para inglês ver. Sobre a pergunta: "Você considera que o Mapa Cultural BH viabiliza o registro da diversidade cultural do município de Belo Horizonte?" a resposta correta é: sem recursos e priorização, com certeza não; com recursos e priorização, é possível.

Ainda estamos no começo! Há muito trabalho a ser feito@! O Mapa precisa de tempo para ser uma plataforma verdadeiramente bem aproveitada.

Pesquisas como esta são importantes para mobilizar a discussão de assuntos relevantes à gestão da cultura. Historicamente o município de Belo Horizonte concentra os seus recursos da política cultural a uma parcela muito pequena e que não representa toda a diversidade de agentes e manifestações existentes na cidade. Neste momento mais do que nunca é imprescindível discutir e implementar instrumentos e ferramentas capazes de expandir o entendimento dos gestores da cultura de que há ainda uma enorme parcela do município excluída da política pública de cultura.

Esperamos em breve fazer o uso efetivo de mais essa ferramenta de difusão e valorização da Cultura e que seja de fato utilizado, trazendo retorno para toda a cidade.

**Fonte: resultados da pesquisa, 2016**

A partir das respostas de gestores e servidores, foi possível verificar que o *Mapa Cultural BH*, apesar de ser considerado importante como um instrumento de gestão, ainda não foi incorporado às práticas e rotinas da instituição, principalmente, pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre o instrumento e suas possibilidades de uso além da qualificação dos suportes materiais para sua utilização, como por exemplo, melhorias na internet e computadores. Em relação à divulgação do instrumento, foi apontada a necessidade de ampliação da comunicação e mobilização sobre a plataforma junto à sociedade civil e aos grupos específicos do contexto cultural e artístico da cidade.

O *Mapa Cultural BH* demonstrou potencialidade de coleta de dados, integração com bases de dados estaduais e federais, capacidade de incorporar a diversidade cultural do território, bem como ampliar o acesso do gestor, do agente cultural e do cidadão à informação sobre cultura. No entanto, suas limitações decorrem principalmente de fragilidades da própria gestão na indução do uso nas rotinas de trabalho, na qualificação dos suportes tecnológicos e na divulgação do instrumento para a sociedade civil. A parceria dos órgãos públicos junto ao Instituto TIM destaca a emergente demanda de definição das diretrizes na política pública de cultura para a natureza destas parcerias, para delimitar responsabilidades e atribuições, funções de monitoramento e avaliação e das capacidades tecnológicas a serem adotadas e consolidadas. A problematização em relação à atuação do Instituto TIM como o principal indutor e articulador do projeto Mapas Culturais não apareceu nas respostas de gestores e servidores, demonstrando um distanciamento de críticas relativas à natureza da parceria e às implicações do envolvimento de

agentes do mercado, especificamente, do mercado de informações, numa proposta de política pública de reconhecimento de agentes e dinâmicas culturais. Uma das gestoras que acompanhou a implantação do *Mapa Cultural BH* afirmou ser inevitável o estabelecimento de parcerias entre o poder público e as empresas privadas, principalmente, quando o cenário da instituição pública é de tamanha precariedade e falta de recursos.

As entrevistas com os técnicos que acompanham os Mapas Culturais e participam da Rede de Desenvolvedores revelou que os membros do grupo possuem um tipo de engajamento para com os mapas culturais que visa o fortalecimento da rede de compartilhamento de informações culturais e tecnologias de mapeamento, o uso de *software* livre e a cultura digital como mecanismo de congregação e não de segregação.

Mostrou-se importante a ampliação da avaliação do *Mapa Cultural BH* para a percepção de agentes culturais e usuários da sociedade civil. A prerrogativa da geocolaboração é a inclusão e participação de usuários como fonte de dados bem como para a ampliação do acesso à informação. A avaliação do *Mapa Cultural BH* como instrumento de gestão deverá ser pautada como procedimento regular pelo órgão gestor da política cultural para que este possa melhor apropriar-se do instrumento e torná-lo eficiente, eficaz e efetivo – prerrogativas dos instrumentos públicos (CHIAVENATO, 1994; TORRES, 2004).

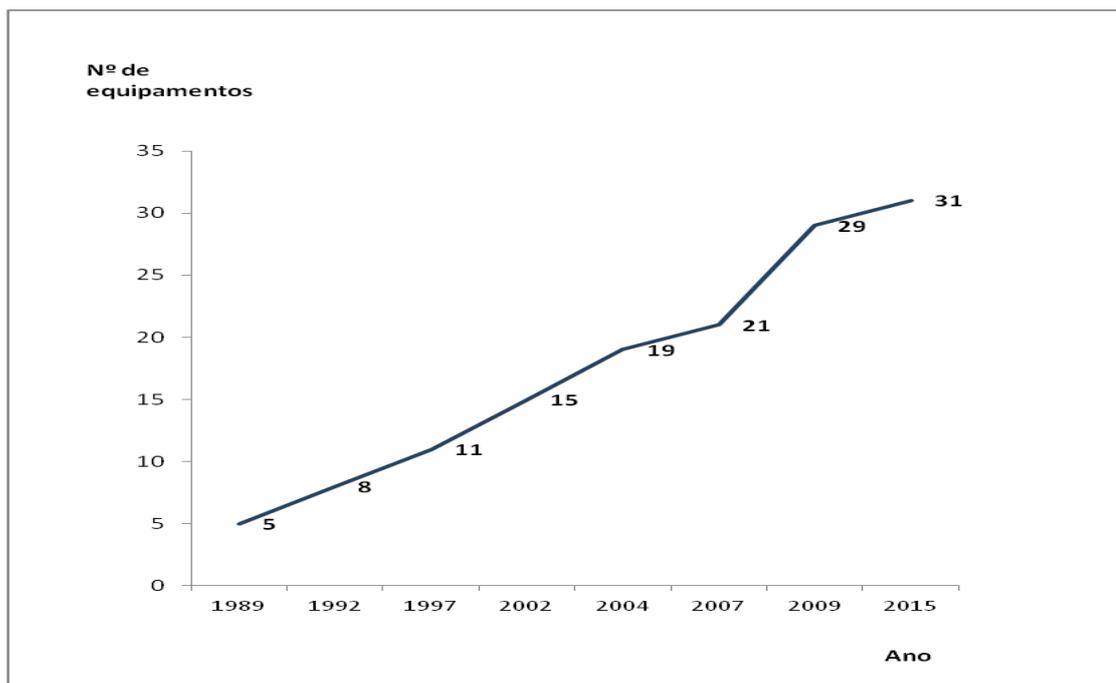
## **5. DADOS GERAIS DA POLÍTICA CULTURAL DE BELO HORIZONTE EM 2015**

O tratamento dos dados, relativo ao nível semântico, descrito por Libault (1971), empreendeu uma abordagem de raciocínio geográfico, identificando as possibilidades de mapeamentos de localização e de análise dos dados. O levantamento e análise dos dados é etapa fundamental para identificar as possibilidades de mapas temáticos. Por meio dos mapas, verificou-se a distribuição de equipamentos culturais da FMC em Belo Horizonte, com limitações que comprometem a capilaridade das atividades e serviços realizados.

A partir dos anos 2000, o número de equipamentos culturais do município aumentou significativamente, principalmente, pelas demandas advindas da população num contexto de ampliação dos debates sobre a política cultural na cidade e a cultura no rol dos direitos sociais. De 1989 a 2015, o número de equipamentos culturais sob gestão municipal passou de 5 para 31, correspondendo

a um aumento de 600%. (Figura 12). No entanto, foi de 1999 a 2009, que são implantados 13 centros culturais (41,9%) e destes 10 (32,3%) foram implantados no período de 3 anos (entre 2007 e 2009). (ANEXO 5)

**Figura 12 - Número de equipamentos culturais municipais públicos em BH - 1989 a 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de FMC, 2016

Os centros culturais foram implantados em áreas periféricas do município, principalmente, por meio do Orçamento Participativo, fundamentando-se nas diretrizes de descentralização e democratização pautadas pela política cultural municipal. A implantação destes equipamentos buscou contemplar as nove regionais administrativas, tendo em vista o que foi preconizado pela Lei Orgânica do Município em 1990 (CRAVEIRO, 2012).

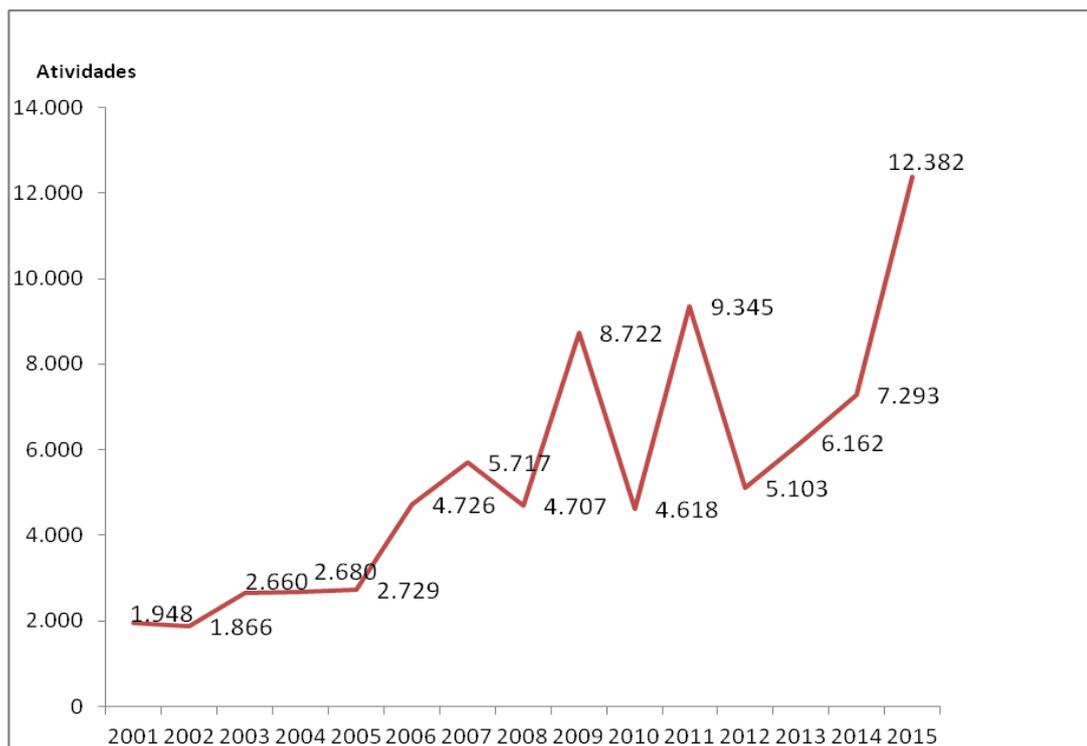
Quanto à execução de atividades finalísticas executadas de no período de 2001 a 2015 (Tabela 3 e Figura 13), houve um aumento de 535% na realização das atividades finalísticas (ANEXO 6).

Tabela 3 - Total de atividades finalísticas realizadas - 2001 a 2015

TOTAL DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS REALIZADAS DE 2001 A 2015 - FMC															
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	1.948	1.866	2.660	2.680	2.729	4.726	5.717	4.707	8.722	4.618	9.345	5.103	6.162	7.293	12.382

Fonte: PBH ,2016

Figura 13 - Atividades finalísticas – 2001 a 2015



Fonte: Dados da PBH, 2016

Importante destacar que além das atividades finalísticas realizadas nos equipamentos culturais, houve a realização do Festival Internacional de Teatro e Rua de Belo Horizonte (FIT – BH), Festival de Arte Negra (FAN), Festival Internacional de Quadrinhos (FIQ), o que contribui para os picos de atividades em anos específicos.

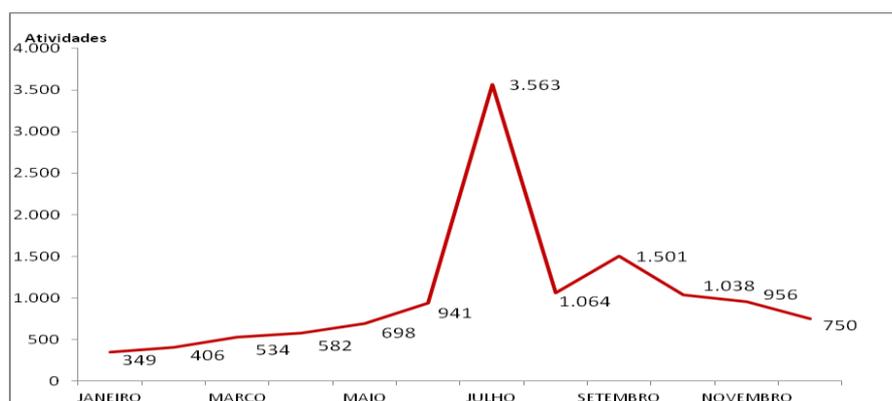
Em 2015, ano de análise da pesquisa, a realização de atividades finalísticas e de serviços, resultou num total de 22.852 atividades finalísticas e serviços e respectivos registros de público (Tabela 4 e Figuras 14, 15, 16 e 17).

Tabela 4 - Atividades finalísticas e serviços - 2015

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS E SERVIÇOS REALIZADOS POR MÊS EM 2015 – FMC						
MÊS	ATIVIDADE FINALÍSTICA	PÚBLICO REGISTRADO	SERVIÇO	PÚBLICO REGISTRADO	TOTAL DE ATIVIDADES E SERVIÇOS	PÚBLICO REGISTRADO
JANEIRO	349	69.739	548	15.840	897	85.579
FEVEREIRO	406	63.224	680	18.824	1.086	82.048
MARÇO	534	96.534	1.036	667.449	1.570	763.983
ABRIL	582	86.490	744	18.051	1.326	104.541
MAIO	698	75.534	970	26.498	1.668	102.032
JUNHO	941	112.355	956	570.928	1.897	683.283
JULHO	3.563	139.555	800	27.624	4.363	167.179
AGOSTO	1.064	121.322	746	25.477	1.810	146.799
SETEMBRO	1.501	578.594	752	28.438	2.253	607.032
OUTUBRO	1.038	70.789	740	24.902	1.778	95.691
NOVEMBRO	956	245.168	1.169	34.538	2.125	279.706
DEZEMBRO	750	66.257	1.329	5.489.556	2.079	5.555.813
<b>TOTAL</b>	<b>12.382</b>	<b>1.725.561</b>	<b>10.470</b>	<b>6.948.125</b>	<b>22.852</b>	<b>8.673.686</b>

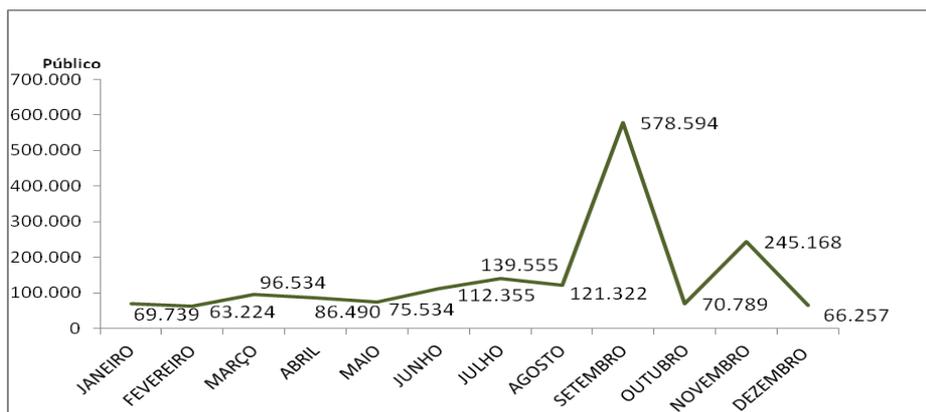
Fonte: FMC, 2016 – Portal PBH

Figura 14 - Atividades finalísticas realizadas por mês em 2015



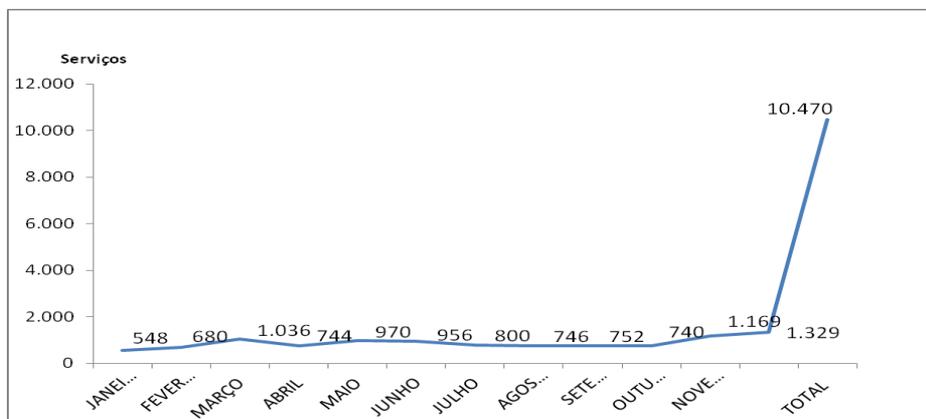
Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no Portal PBH

Figura 15 - Público registrado por mês nas atividades finalísticas de 2015



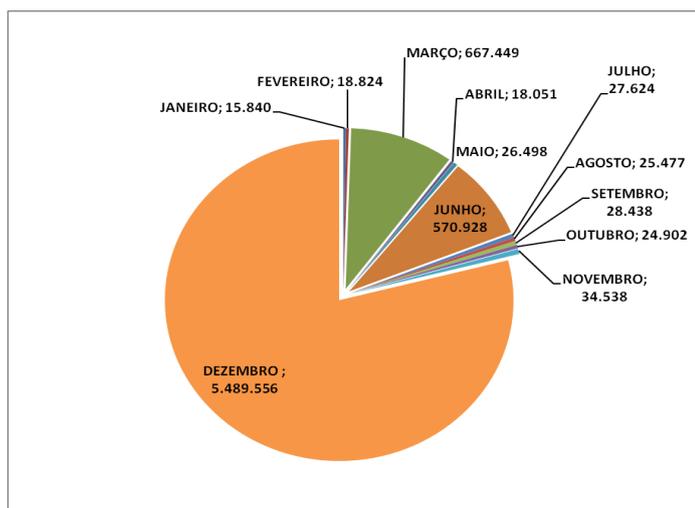
Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no Portal PBH

Figura 16 - Serviços realizados por mês em 2015



Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no Portal PBH

Figura 17 - Público registrado por mês nos serviços de 2015



Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no Portal PBH

A informação de serviços registrada no mês de dezembro (Tabela 5 e Figuras 16 e 17), segundo esclarecimento da equipe da FMC, engloba os dados do serviço

“atendimento WEB” (5.466.295) que, no relatório anual da instituição e no SMAPP não é contabilizado no total de serviços e de público. Nos relatórios anuais da FMC e no SMAPP, este serviço é identificado como “acesso”. Segundo a FMC, em 2015 foram realizados 6.636.678 acessos ao referido serviço que corresponde às mídias sociais Facebook, Twitter, sítios eletrônicos Portal PBH, BHFazCultura, canais do Youtube e recepção dos boletins eletrônicos. Portanto, segundo a chefia da DVMAV, do público informado no Portal PBH, de 8.673.686 deverão ser subtraídos o total referente aos acessos às mídias (6.636.678), resultando no público de 2.037.008.

Esta informação é importante, uma vez que o mapeamento temático utilizou os dados dispostos pela instituição no SMAPP, que não inclui os acessos às mídias sociais e sítios eletrônicos, e corresponde às atividades finalísticas e serviços realizados pelos equipamentos culturais.

A partir dos dados do SMAPP destacam-se as seguintes informações sobre atividades finalísticas e serviços em 2015 (Tabelas 6 e 7 e Figuras 18 a 21)

**Tabela 5 -- Dados de mídias sociais - 2013 a 2015**

<b>Mídias Sociais</b>			
<b>Serviço Disponibilizado</b>	<b>Acessos</b>		
	<b>2013*</b>	<b>2014**</b>	<b>2015***</b>
Facebook	439.625	2.601.118	6.383.029
Twitter	9.310	28.887	26.602
Site Portal da PBH/cultura	51.051	77.658	57.295
Site BH faz Cultura	69.431	97.081	118.631
Youtube	-	3.217	4.841
Boletim eletrônico	14.275	91.131	46.280
<b>Totais</b>	<b>583.692</b>	<b>2.899.092</b>	<b>6.636.678</b>

\*Os dados referentes ao ano de 2013 começaram a ser apurados a partir de julho/2013;

\*\* Os dados referentes ao ano de 2014 foram apurados de janeiro a outubro/2014;

\*\*\* Os dados referentes ao ano de 2015 foram apurados de janeiro a dezembro/2015.

**Fonte:** tabela extraída do Relatório Anual FMC 2015 – bhfazcultura.gov.br – consulta 20/04/17

**Tabela 6 - Total de atividades e serviços por regional - 2015**

TOTAL DE ATIVIDADES E SERVIÇOS POR REGIONAL - 2015			
SIGLA	REGIONAL	TOTAL	%
B	BARREIRO	2.779	13,2
CS	CENTRO-SUL	8.804	41,9
L	LESTE	2.240	10,6
N	NORTE	1.465	7,0
NE	NORDESTE	67	0,3
NO	NOROESTE	1.410	6,7
O	OESTE	675	3,2
P	PAMPULHA	2.616	12,4
VN	VENDA NOVA	981	4,7
TOTAL		21.037	100

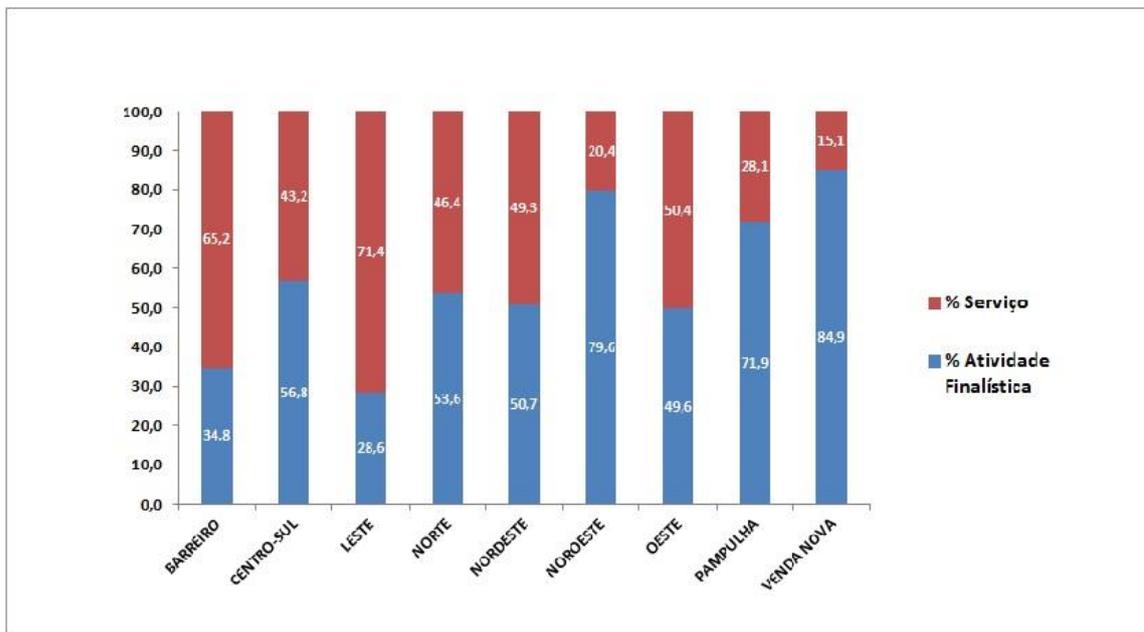
Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no SMAPP

**Tabela 7 - Percentual de atividades finalísticas e serviços por regional no município de Belo Horizonte - 2015**

PERCENTUAL DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS E SERVIÇOS NO TOTAL DE AÇÕES POR REGIONAL - 2015							
SIGLA	REGIONAL	ATIV + SERV.	% NO TOTAL	ATIVIDADE FINALÍSTICA	% NA REGIONAL	SERVIÇO	% NA REGIONAL
B	BARREIRO	2.779	13,2	967	34,8	1.812	65,2
CS	CENTRO-SUL	8.804	41,9	4.997	56,8	3.807	43,2
L	LESTE	2.240	10,6	640	28,6	1.600	71,4
N	NORTE	1.465	7,0	785	53,6	680	46,4
NE	NORDESTE	67	0,3	34	50,7	33	49,3
NO	NOROESTE	1.410	6,7	1.123	79,6	287	20,4
O	OESTE	675	3,2	335	49,6	340	50,4
P	PAMPULHA	2.616	12,4	1.882	71,9	734	28,1
VN	VENDA NOVA	981	4,7	833	84,9	148	15,1
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21.037</b>	<b>100</b>	<b>11.596</b>	<b>55,1</b>	<b>9.441</b>	<b>44,9</b>

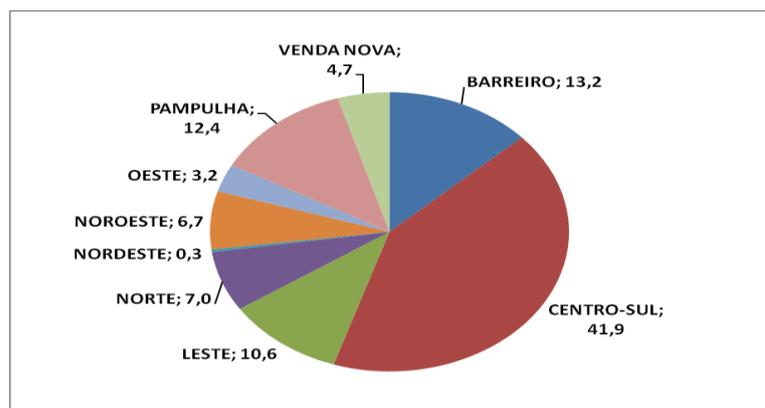
Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no SMAPP

**Figura 18 - Percentual de atividades finalísticas e serviços por regional no município de Belo Horizonte - 2015**



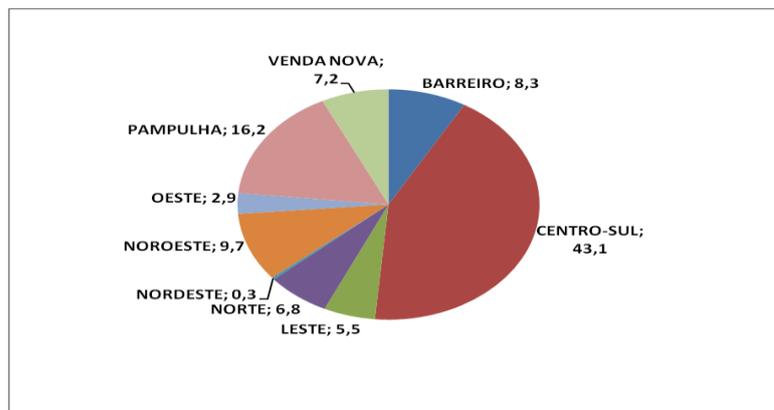
Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no SMAPP

**Figura 19 - Percentual de atividades finalísticas e serviços por regional no município de Belo Horizonte - 2015**



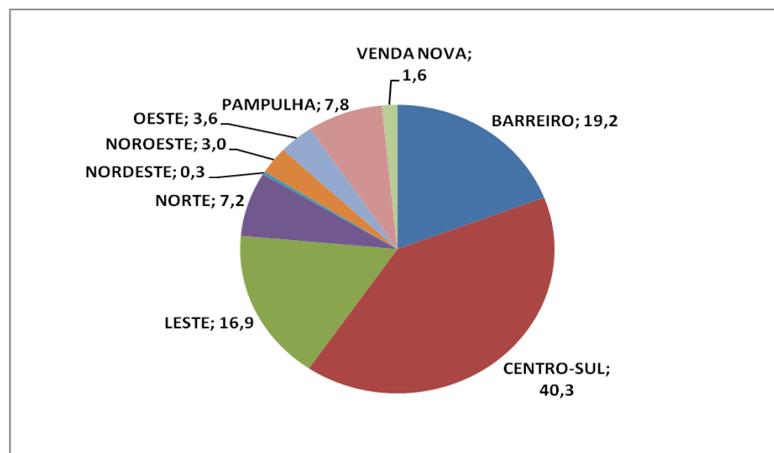
Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no SMAPP

**Figura 20 - Percentual de atividades finalísticas por regional no município de Belo Horizonte - 2015**



Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no SMAPP

**Figura 21 - Percentual de serviços por regional no município de Belo Horizonte - 2015**



Fonte: elaborado pela autora com dados da FMC, 2016 disponíveis no SMAPP

## **6. MAPEAMENTO TEMÁTICO: POSSIBILIDADES DE USO PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA**

Tendo como referência os níveis de pesquisa geográfica descritos por Libault (1971), a primeira etapa do mapeamento temático correspondeu ao nível compilatório no qual foram realizadas a coleta e a compilação de dados. Na coleta e compilação dos dados, buscou-se identificar os equipamentos culturais municipais, as atividades e serviços executados. O levantamento de bases digitais do município foi feito a partir de bases disponibilizadas pela prefeitura, por meio da Secretaria Adjunta de Gestão Compartilhada. Também foram realizadas as entrevistas com servidores e gestores.

Os dados selecionados para a elaboração dos mapas temáticos correspondem às atividades finalísticas e serviços realizados em 2015 (ANEXO 4). Estão sistematizados por regional e por território de gestão compartilhada, a fim de demonstrar a abrangência das atividades da política cultural no município. Foram também elaborados mapas relativos a projetos específicos como edital Descentra e atendimento do projeto da Escola Livre de Artes/Arena da Cultura em CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e de localização dos equipamentos culturais.

No manual do SMAPP (2010) é definida a tipologia de atividades e serviços (Quadro 14), permitindo a organização dos dados por programa da política, unidade cultural, mês e geração de relatórios por território de gestão compartilhada. O registro das atividades e serviços realizados pelos equipamentos permite a inserção de dados relativos ao público, execução por voluntário, servidor ou contratado ou por projeto da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, área e subáreas, bem como observações qualitativas sobre as atividades em campos abertos. Os dados também podem ser visualizados segundo projetos. Em 2014, houve uma reformulação do SMAPP e foram suprimidas as atividades *contação de história* (que já era contemplada pela apresentação artística), o *encontro* pois considerou-se que era um conceito vago e a *feira* pois não era uma atividade dos equipamentos culturais. O *concurso* é um tipo de atividade finalística, mas restrito a projetos específicos como os concursos literários.

**Quadro 14 - Tipologia de atividades finalísticas e serviços - SMAPP (2010)**

TIPOLOGIA DE ATIVIDADES E SERVIÇOS – SMAPP – 2010	
<b>ATIVIDADES FINALÍSTICAS</b>	
Ações realizadas por uma Unidade Cultural que têm o objetivo de atingir público direto e/ou resultam em produto final, vinculadas a um projeto específico, previamente cadastrado no sistema.	
<b>TIPOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS</b>	
<b>Abertura</b>	Solenidade de abertura ou de inauguração de determinado projeto
<b>Apresentação Artística</b>	Apresentação pública de manifestações artísticas, como música, teatro, performance, contação de história etc.;
<b>Concurso</b>	Atividade que possibilita a concorrência, disputa em igualdade de condições, sobre determinado tema e/ou atividade, entre produtores, artistas, escritores etc
<b>Contação de história</b>	Atividade de leitura e narração de histórias que envolvem ações integradas de incentivo à leitura e resgate da memória, com o objetivo de propiciar momentos de lazer e cultura; - (Suprimida em 2014)
<b>Curso</b>	Série de aulas sobre um ou vários temas, conexos ou não
<b>Encontro</b>	Encontro de pessoas para debater temas específicos - (Suprimida em 2014)

<b>Exibição</b>	Exibição de filmes
<b>Exposição</b>	Comunicação da instituição com o público da Unidade sobre seu acervo ou sobre temas variados: trabalhos artísticos, históricos, científicos etc.
<b>Feira</b>	Atividade para a divulgação, exposição e comercialização de produtos – (Suprimida em 2014)
<b>Lançamento</b>	Atividade que visa inserir produtos culturais no mercado, como livros, revistas, CDs etc.
<b>Oficina</b>	Atividade formativa com o objetivo de transmitir conhecimentos e técnicas artísticas e culturais;
<b>Palestra</b>	Conferência ou discussão envolvendo um agrupamento de pessoas com o objetivo de discutir determinado assunto.
<b>Visita orientada</b>	Atividade na qual os visitantes recebem informações gerais sobre a Unidade Cultural e/ou a exposição
<b>Visita técnica</b>	Atividade na qual participantes de projetos da FMC visitam variados espaços culturais com o objetivo de conhecer seus ambientes físicos, propostas e atividades.
<b>TIPOS DE SERVIÇOS</b>	
<b>Cessão de espaço</b>	É a disponibilização do espaço físico ou dependências do equipamento cultural por período definido para realização de atividades que não compõem a programação da FMC; a oferta desse serviço pode ser de natureza artístico-cultural, institucional ou social.
<b>Serviço de referência e informação – Empréstimo</b>	Este serviço abrange a antiga atividade finalística de Consulta ao Acervo, que objetiva atendimento a demandas do público para consultas ao acervo de referência e a periódicos, bem como empréstimos do acervo de circulação, por meio de seu Tipo Físico/Tradicional/Convencional composto por Pesquisa Livre, Empréstimo e Pesquisa Orientada. Além disso, este serviço também engloba o Tipo Virtual, com os subtipos Pesquisa Eletrônica/Digital, Pesquisa Web, Alfabetização Digital, Acesso à Rede e Pesquisa Orientada.
<b>Serviço de referência e informação – Pesquisa livre</b>	
<b>Serviço de referência e informação – Pesquisa orientada</b>	

**Fonte:** quadro elaborado pela autora a partir de dados da FMC, 2016 e FMC, 2010.

Em um segundo momento, correspondente ao nível correlatório, foi avaliada a natureza dos dados, identificando as características de ordenação destas para o tratamento espacial.

### 6.1 – Mapas temáticos de atividades finalísticas e serviços 2015

Os mapas temáticos elaborados demonstram a distribuição absoluta e relativa dos dados de atividades finalísticas e serviços executados pela FMC, em 2015, por territórios de gestão compartilhada e por regionais de Belo Horizonte. Foram utilizadas as variáveis de monitoramento e de avaliação da execução da política cultural, dispostas pela FMC e pela PBH. Foram elaborados também mapas demográficos, de localização de equipamentos em relação a vilas e aglomerados, de

registro de público e outros exercícios de mapeamento que demonstram as possibilidades de uso do mapa como instrumento para gestão para projetos específicos da instituição.

Os mapas das atividades finalísticas e serviços realizados em 2015 correspondem a cartogramas coropléticos cuja elaboração orientou-se pelos níveis da pesquisa geográfica descritos por Libault (1971) – compilação, correlação, semântica e normativa, bem como pela aplicação do método de classificação da informação de uma base de dados e mapeamento. Segundo Castro, Gerardi e Bufalo (1998), nos cartogramas coropléticos ocorre perda de informação na coleta da informação (por omissão, superestimação e subestimação), na agregação dos dados (quando coletados de forma dispersa e agregados em um ponto), na classificação dos dados agregados devido à generalização da informação e na espacialização da informação classificada na forma de área.

No caso desta pesquisa, os dados das atividades finalísticas e serviços realizados ocorreram pontualmente nos equipamentos culturais, foram coletados a partir do SMAPP e foram representados para as áreas de seus respectivos territórios de gestão compartilhada e regionais. Os mapas coropléticos resultantes deste método possibilitaram a visualização das variações de ocorrência e intensidade das ações institucionais da FMC no município de Belo Horizonte.

#### **A) População e densidade demográfica por regional e território da Gestão Compartilhada**

Considera-se a análise demográfica etapa fundamental na atuação das políticas públicas. No âmbito da FMC, verificou-se que não há correspondências entre o planejamento das ações (definição de projetos e prestação de serviços ou realização das atividades finalísticas) com as características ou condições demográficas regionais ou territoriais.

Entretanto, com vistas a exemplificar as correlações que o mapeamento temático pode promover entre dados da gestão da política cultural e dados demográficos, foram elaborados os mapas de população e densidade demográfica (Figura 22) a fim de apontar a necessidade da inclusão da análise demográfica pela gestão pública de cultura, pelo menos para, inicialmente, servir de base para

estudos e planejamento para as áreas de atuação. Os dados populacionais foram extraídos da PBH e são relativos ao Censo do IBGE de 2010 (ANEXO 7).

A análise dos mapas demográficos apontam para valores significativos de população nas regionais Oeste e Nordeste, seguidas, por Centro-Sul e Barreiro, com destaque para territórios de gestão compartilhada VN4, NO3, O1, O2, CS1 e CS2. Destes territórios, três não possuem nenhum equipamento cultural sob gestão municipal (VN4, O2, NO3) e as regionais Oeste, Nordeste possuem apenas um equipamento cultural sob gestão municipal.

O mapeamento revela que a partir dos dados do censo 2010 e da FMC 2015, verifica-se que, no âmbito das regionais que possuem um equipamento cultural, há caso de 1 equipamento cultural público para 308.549 habitantes (regional Oeste), 1 equipamento para 290.353 habitantes (regional Nordeste) enquanto em regionais com mais equipamentos o resultado é de 1 equipamento para cada 70.638 habitantes (Barreiro), 1 equipamento para 45.222 (Pampulha) e 1 equipamento para 25.798 habitantes (Centro-Sul).

Em relação aos territórios, em 2015, enquanto o território B5 possui 1 equipamento cultural (Centro Cultural Vila Santa Rita) para 73.764 habitantes, o CS1 possui 6 equipamentos culturais (2 teatros, 1 escola de artes, 2 museus, 1 arquivo) para 84.941 habitantes, isto é, 1 equipamento cultural para 14.157 habitantes. Ainda que desconsiderando as funções específicas de cada tipo de equipamento, estes números reforçam a desigual distribuição de equipamentos públicos, atividades e serviços públicos no município.

Considera-se que esta relação deve ser tomada como um comparativo numérico com outros equipamentos públicos (escolas, centros de saúde, distritos policiais, etc), resguardando-se as especificidades de vivência e de práticas culturais e artísticas dos habitantes que não se restringem às atividades e serviços ofertados pelos equipamentos públicos municipais. Há, pelo contrário, significativa vivência, hábitos e práticas culturais e artísticas frequentes e intensas em locais privados e outros espaços públicos (dados estes que a FMC pretende levantar com o uso e apropriação pela sociedade do *Mapa Cultural BH*).

Relacionar a ocorrência de equipamentos culturais e os dados demográficos dos territórios e regionais requer também a extensão da análise aos atributos de idade, gênero, raça, escolaridade, renda, fluxos, etc. Ressalta-se também que, diferentemente da demanda pelos serviços públicos de saúde, educação,

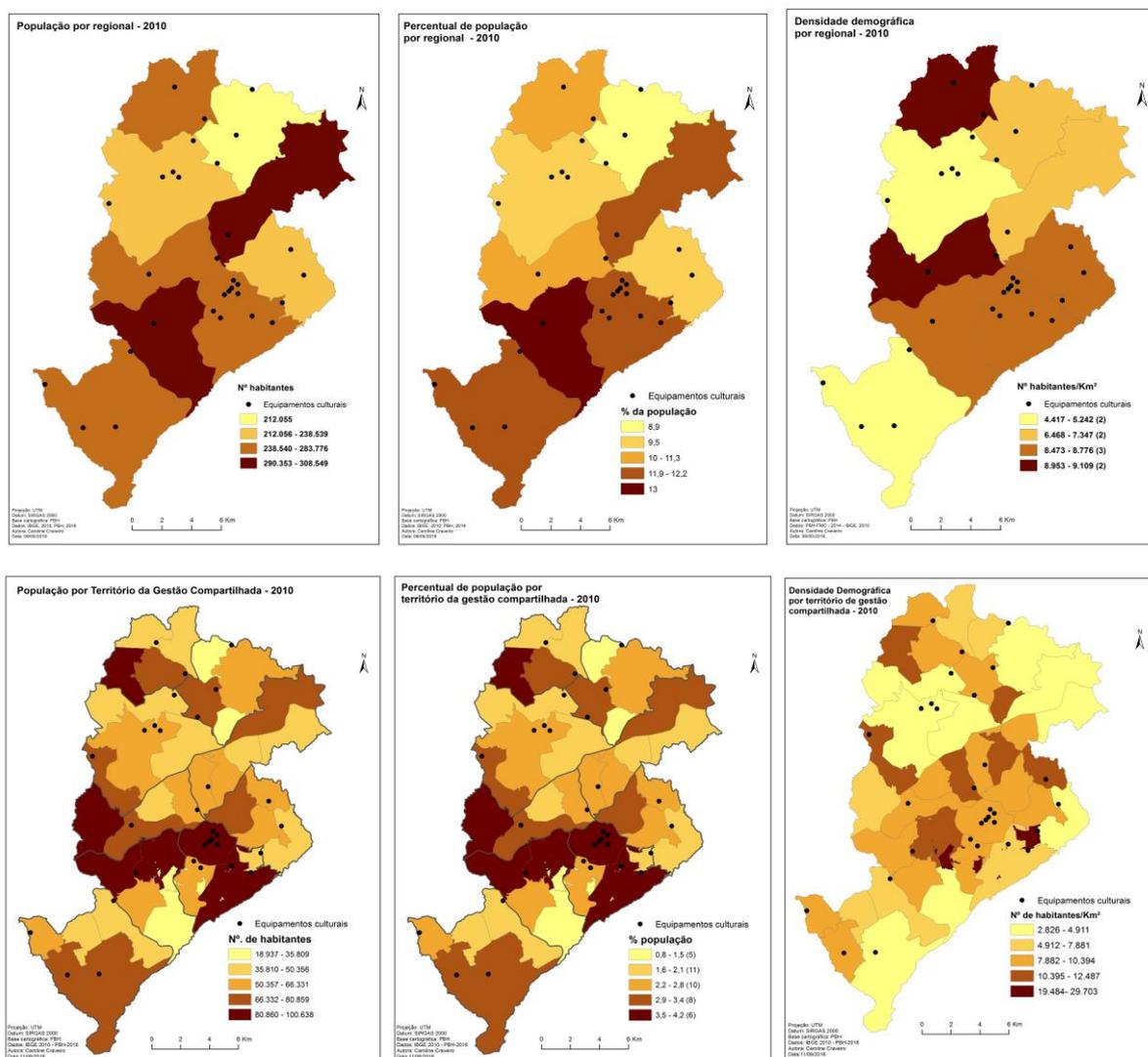
assistência social, etc., as atividades e serviços públicos de cultura estão sujeitos às dimensões subjetivas de identidades locais, costumes, gostos e interesses – motivações estas que extrapolam análises puramente quantitativas de existência ou não dos equipamentos.

A disposição dos equipamentos culturais em relação aos dados populacionais requer da gestão a capacidade de verificar as condições de investimento público para a política cultural no município no território, identificando as áreas de baixo, alto ou nenhum investimento, as áreas nas quais podem ser estabelecidas redes com outros equipamentos públicos, privados ou da sociedade civil, as áreas onde há demandas de equipamentos públicos de cultura (de que tipo, natureza, complexidade, etc.) bem como de avaliar os resultados e impactos dos equipamentos já existentes.

As diretrizes para o gasto público na política cultural, segundo técnicos da FMC, não se pautam na avaliação das características socioeconômicas das populações dos territórios ou regionais. Não há condicionantes para a definição dos projetos a partir da leitura demográfica dos territórios e regionais e de indicadores norteadores para as políticas públicas (IDH, por exemplo).

Cabe destacar também a presença de equipamentos culturais em áreas limítrofes do município de Belo Horizonte com municípios da Região Metropolitana e cujo atendimento inclui áreas de Ibirité, Contagem, Santa Luzia, Ribeirão das Neves (no caso dos centros culturais Lindeia Regina, Zilah Spósito e Venda Nova, respectivamente). A análise metropolitana também deve ser pauta da agenda política de Belo Horizonte.

**Figura 22 - População (absoluta e relativa) e densidade demográfica do município de Belo Horizonte, por regional e por território da gestão compartilhada, em 2010**

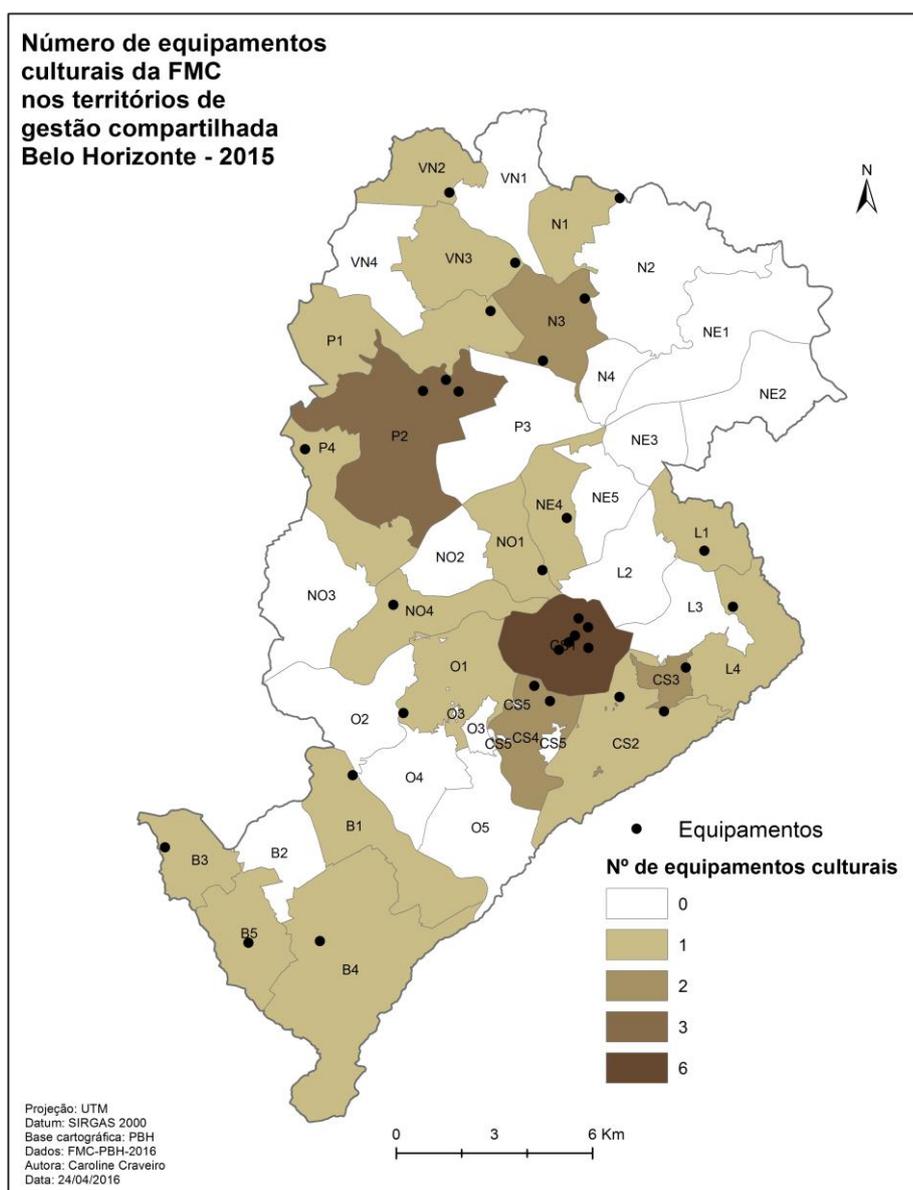


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do IBGE, 2010 disponíveis pela PBH, 2016

## B) Equipamentos culturais da FMC por território de gestão compartilhada

O mapa do número de equipamentos culturais por território de gestão compartilhada revelou que, em 2015, do total de 40 territórios que formam as 09 regionais, 19 deles, isto é, 47,5%, não possuíam equipamento cultural municipal. (Figura 23) Por regional, verificou-se que as regionais Barreiro, Centro-Sul e Pampulha são as regionais com menor número de territórios sem equipamento cultural da FMC, em 2015.

**Figura 23 - Número de equipamentos culturais no município de Belo Horizonte por território de gestão compartilhada, em 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH,2016

A distribuição dos equipamentos culturais da FMC no município de Belo Horizonte, é resultado do processo de implantação que acompanhou a história de constituição do tecido urbano e, principalmente, resultou de demandas da população.

Iniciou-se com os equipamentos culturais da regional Centro-Sul, especificamente no território CS1 e CS2 (teatros, museus, biblioteca) e equipamentos do conjunto moderno da Pampulha no território P2. A partir da década de 1990 e dos anos 2000, a implantação de Centros Culturais em áreas periféricas do município representou a expansão deste conjunto de equipamentos por outras regionais.

A partir da diretriz de descentralização e a definição pela Lei Orgânica de Belo Horizonte, promulgada em 1993, que dispôs no artigo 169 a implantação, com participação e cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do município. O parágrafo único deste artigo indica que junto à instalação de centros culturais serão instaladas bibliotecas e oficinas ou cursos de formação cultural. Foi realizada coleta de dados regionais para definir a localização dos centros culturais e elaborado documento para nortear a implantação destes equipamentos que indicavam o atendimento das condições de posição estratégica em relação ao sistema viário, localização aceita pela população, espaço confortável (se possível de valor histórico ou arquitetônico) e priorização de locais onde existiam grupos culturalmente ativos (MENECALE, 1993). Segundo a autora, a grande dificuldade foi a falta de espaços físicos disponíveis. O processo de implantação destes equipamentos pelo Orçamento Participativo foi baseado na demanda pela sociedade e na disponibilidade orçamentária nos limites estabelecidos para cada política bem como nas diretrizes formuladas pelo órgão gestor de cultura.

A implantação de alguns destes equipamentos enfrentou problemas de identificação de terrenos disponíveis nas localidades para construção bem como resistência de alguns grupos locais na compreensão do conceito destes espaços. O atendimento das condições de localização em relação aos sistemas viários, a convergência dos interesses locais e a apropriação destes equipamentos pelas comunidades ainda são desafios para a gestão. (CRAVEIRO, 2012; BARROS, 2012).

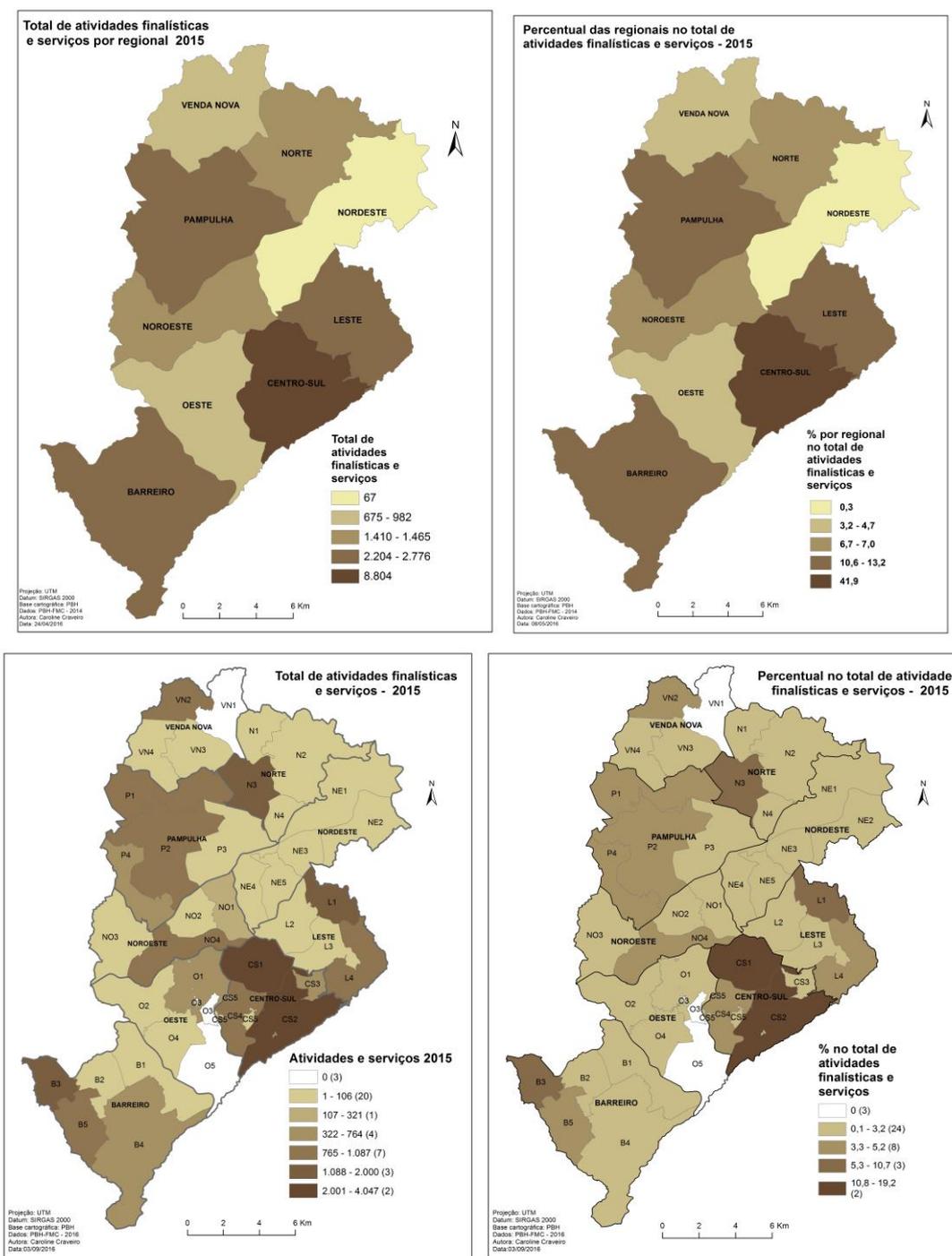
A implantação dos centros culturais não estabeleceu, *a priori*, metas de usuários a serem atendidos ou a área de abrangência, tal como ocorre em outras políticas públicas. Em relação às políticas de educação, saúde e assistência social, os equipamentos culturais ainda atendem a um número reduzido de territórios, além de possuir naturezas distintas de atividades finalísticas e serviços conforme concepção e linha de atuação (centros culturais, museus, teatros, centros de referência).

Em 2016, foram inaugurados três equipamentos culturais – *Centro Cultural da Nordeste Usina de Cultura* na regional Nordeste, no território NE5, o cinema público *Museu da Imagem e do Som Cine Santa Tereza* no território L2, na regional Leste e o *Teatro Raul Machado Belém*, no território P4 – todos estes também demandados pela população via Orçamento Participativo. A *Biblioteca Pública Infantil e Juvenil* foi transferida para a CS1 e a *Biblioteca Regional do bairro Renascença* transferida para o *Centro Cultural da Nordeste Usina de Cultura*, saindo do NE4 para o NE5.

### C) Atividades finalísticas e serviços executados em 2015

As atividades finalísticas e serviços correspondem às ações realizadas para atender a população pelos equipamentos culturais (Figura 24).

**Figura 24 - Total de atividades finalísticas e serviços executados no município de Belo Horizonte, por regional e por território de gestão compartilhada, em 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC, 2016

Em relação ao total de atividades finalísticas e de serviços executados pela FMC em 2015 por regional e território de gestão compartilhada, verificou-se a ausência de atividades e serviços em 03 dos 40 territórios, o que corresponde a 7,5% do total. Os valores mais significativos de atividades e serviços vinculam-se aos territórios nos quais há equipamentos culturais. Os mapas demonstram que a concentração de atividades finalísticas e serviços em dois territórios da Centro-Sul (CS1 e CS2) é muito superior aos dos demais territórios.

Em relação à execução de serviços, observa-se que no CS2, está localizada a Diretoria de Patrimônio que, em 2015, realizou a emissão de 2.305 cartas grau - serviço que corresponde à emissão de um documento para fins de trâmites de empreendimentos imobiliários junto à regulação urbana. Já o território CS1 concentra o maior número de equipamentos da FMC e destacou-se na realização de atividades finalísticas. Os territórios da Centro-Sul respondem por 41,9 % do total de atividades e serviços realizados em 2015 enquanto a regional Nordeste obteve 0,3% deste total. Nos territórios que não possuem equipamento cultural público municipal foi constatada a realização apenas de atividades finalísticas que correspondem a apresentações artísticas e oficinas.

Os territórios VN1, O3 e O5 (Tabela 8), durante 2015, não tiveram nenhuma atividade cultural provida diretamente pela Fundação Municipal de Cultura.

**Tabela 8 - Territórios de gestão compartilhada sem atividades e serviços da FMC - 2015**

TGC	BAIROS	POP. (2010)	IDH-M -2010
O3	Alpes, Barão Homem de Melo I, III e IV, Chácara Leonina, Leonina, Pantanal I, Santa Sofia, São Jorge I, II e III, Vila Antena - 12	21.181	Alpes/Sta Sofia - 0,768 Barão de Homem de Melo I, II e III - 0,654 ; São Jorge/Leonina/Vila Antena - 0,654
O5	Belvedere, Buritis, Estoril, Olhos d'Água e Santa Lúcia - 4	34.642	Belvedere - 0,951 ;Buritis - 0,943 ; Estoril - 0,943 Vila Olhos d'água - 0,653
VN1	Canaã, Cenáculo, Conj. Minas Caixa, Conj. Serra Verde, Europa, Jaqueline, Laranjeiras, Minas Caixa, Parque São Pedro, São Damião, Serra Verde, Vila Clóris, Vila Satélite	47.160	Canaã/Serra Verde - 0,749; Conj. Minas Caixa - 0,650; Laranjeiras - 0,721; Jaqueline/Satélite - 0,774; Serra Verde - 0,685; Europa - 0,765; Vila Clóris - 0,832

**Fonte: elaborada pela autora a partir de dados da PBH, 2015 e Atlas do IDH-M, 2010-**

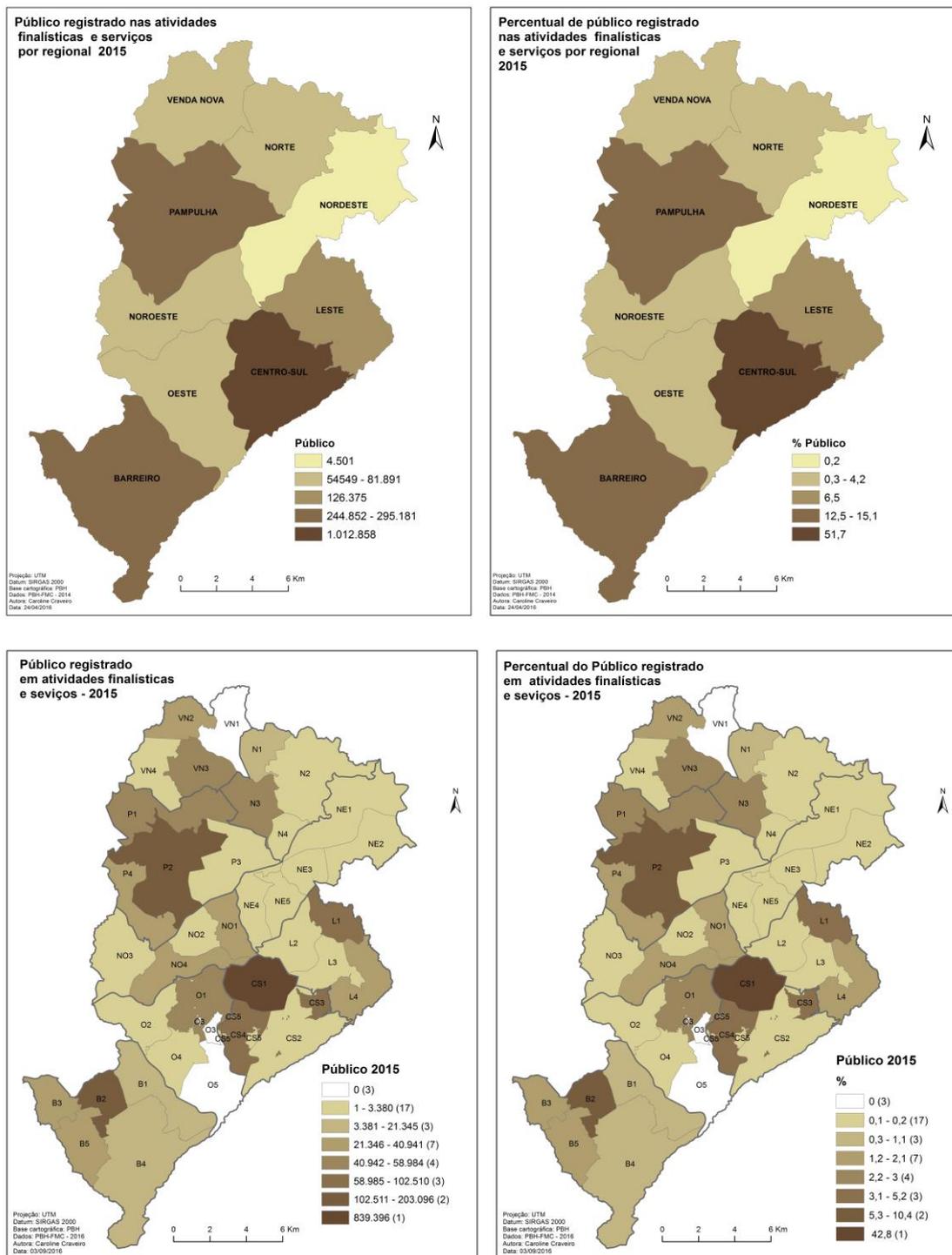
[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/belo-horizonte\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belo-horizonte_mg)

O SMAPP (2010) define como público os beneficiários diretos dos projetos, atividades e serviços. No entanto, na coleta de dados, o valor do público é atribuído ao número de participantes nas atividades finalísticas e nos serviços. Desta forma, o usuário pode ser contabilizado várias vezes ao longo da realização de uma atividade finalística ou de um serviço realizados em vários encontros (oficinas, cursos, cessões de espaço), correspondendo à frequência deste usuário. O número de usuários atendidos, tal como ocorre nas políticas de saúde, educação e assistência social não é estabelecido pelo SMAPP. Desta forma, o público registrado das atividades finalísticas e serviços correspondem aos registros de participantes de cada atividade e serviço.

Os mapas de públicos por tipo de atividade e serviço revelaram as diferenças entre as regionais e territórios de gestão compartilhada na execução da política no município (Figura 24). A regional Centro-Sul atingiu 51,7% do total de público em 2015, sendo que no total de público por território de gestão compartilhada, CS1 alcançou 42,8%. Esta concentração resulta, principalmente, do público registrado em eventos de grande porte, como festivais de Arte Negra (FAN), de Quadrinhos (FIQ), Literário Internacional (FLI-BH), Virada Cultural e Noturno nos Museus. O registro significativo de público no território B2 se deu, principalmente pela realização de exposições no Restaurante Popular IV nas quais foram contabilizadas, mensalmente, o público do restaurante. Os territórios de gestão compartilhada O3, O5 e VN1 não apresentaram público nenhum, dado a não realização de atividades finalísticas ou serviços pela FMC em 2015.

O público corresponde a uma variável importante para o monitoramento e avaliação das atividades finalísticas e serviços ofertados pela gestão pública, no entanto, é importante definir metas específicas de público para os projetos. Segundo as técnicas da DVMAV, todos os equipamentos culturais (centros culturais, teatros, museus, centros de referência) bem como os projetos específicos (festivais, por exemplo) estabelecem metas de público quando cadastram no SMAPP, anualmente, os projetos que serão desenvolvidos no âmbito de cada programa disposto no PPAG. Não há, no entanto, segundo elas, diretrizes ou parâmetros para a definição destas metas de público, assim como não há problemas na mensuração do público.

**Figura 25 - Público registrado nas atividades finalísticas e serviços no município de Belo Horizonte, por regional e por território de gestão compartilhada, em 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH,2016

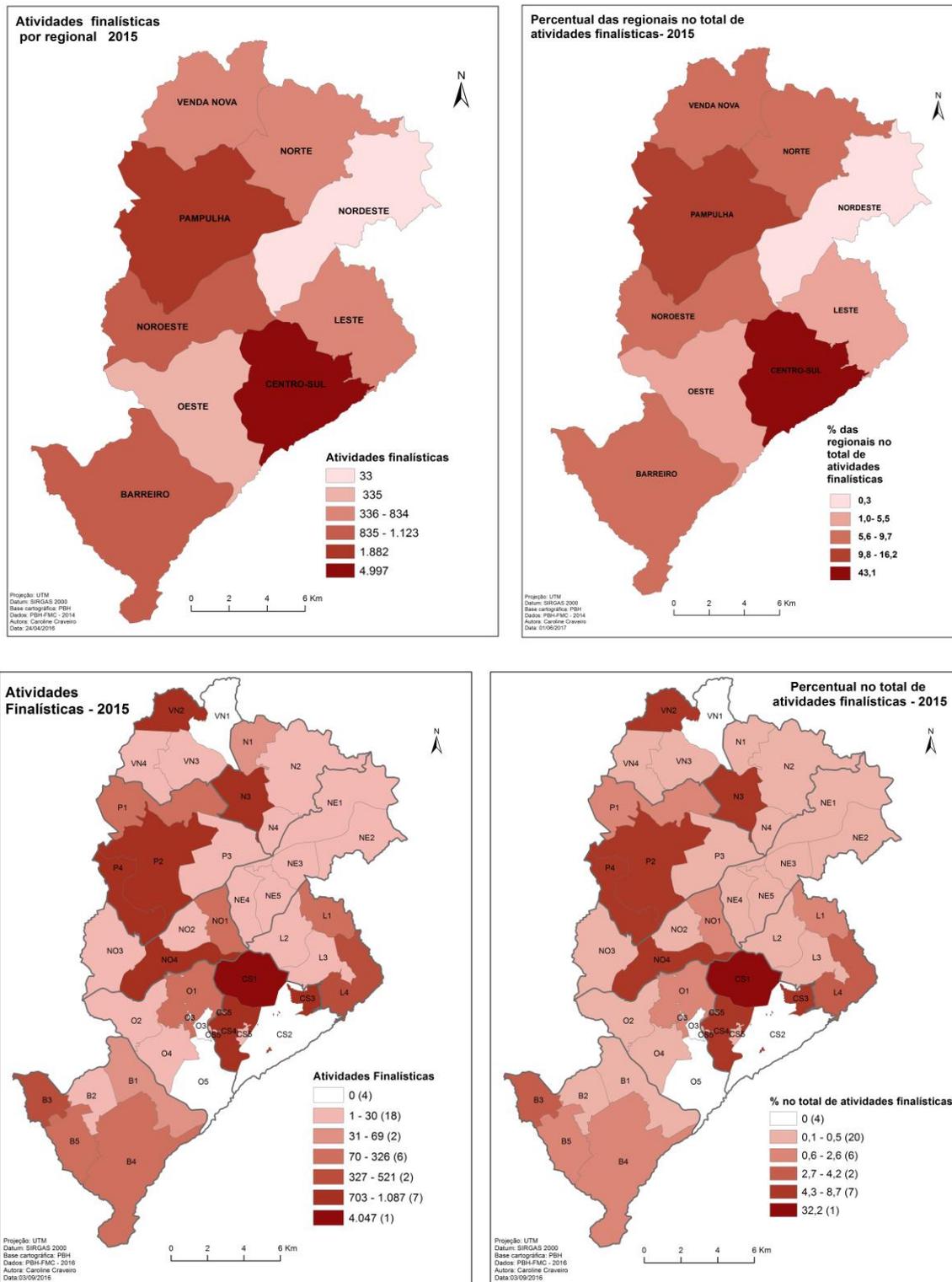
#### **D) Atividades Finalísticas – 2015**

As atividades finalísticas correspondem a 55,1% do total de atividades e serviços registrados em 2015. Foram realizadas, predominantemente nos territórios de gestão compartilhada que possuem equipamentos culturais. No caso dos territórios que não possuem equipamentos culturais, as atividades finalísticas, em 2015, foram registrados valores de 0 a 30. A regional Centro-Sul concentrou 43,1% do total de atividades finalísticas, principalmente pelo significativo número de apresentações artísticas e visitas orientadas. A regional Pampulha seguiu com 16,2%. Dentre os menores valores, a regional Nordeste com 0,3% das atividades finalísticas, que corresponde a apresentações artísticas e oficinas, realizadas em espaços públicos e Centros de Referência à Assistência Social (CRAS).

Os mapas reforçam o padrão espacial de ocorrência e intensidade em função da existência de equipamento cultural. A grande discrepância dos dados de atividades finalísticas revela que a execução das atividades finalísticas está muito condicionada à existência dos equipamentos culturais e em função de projetos específicos de realização concentrada. (Figura 26)

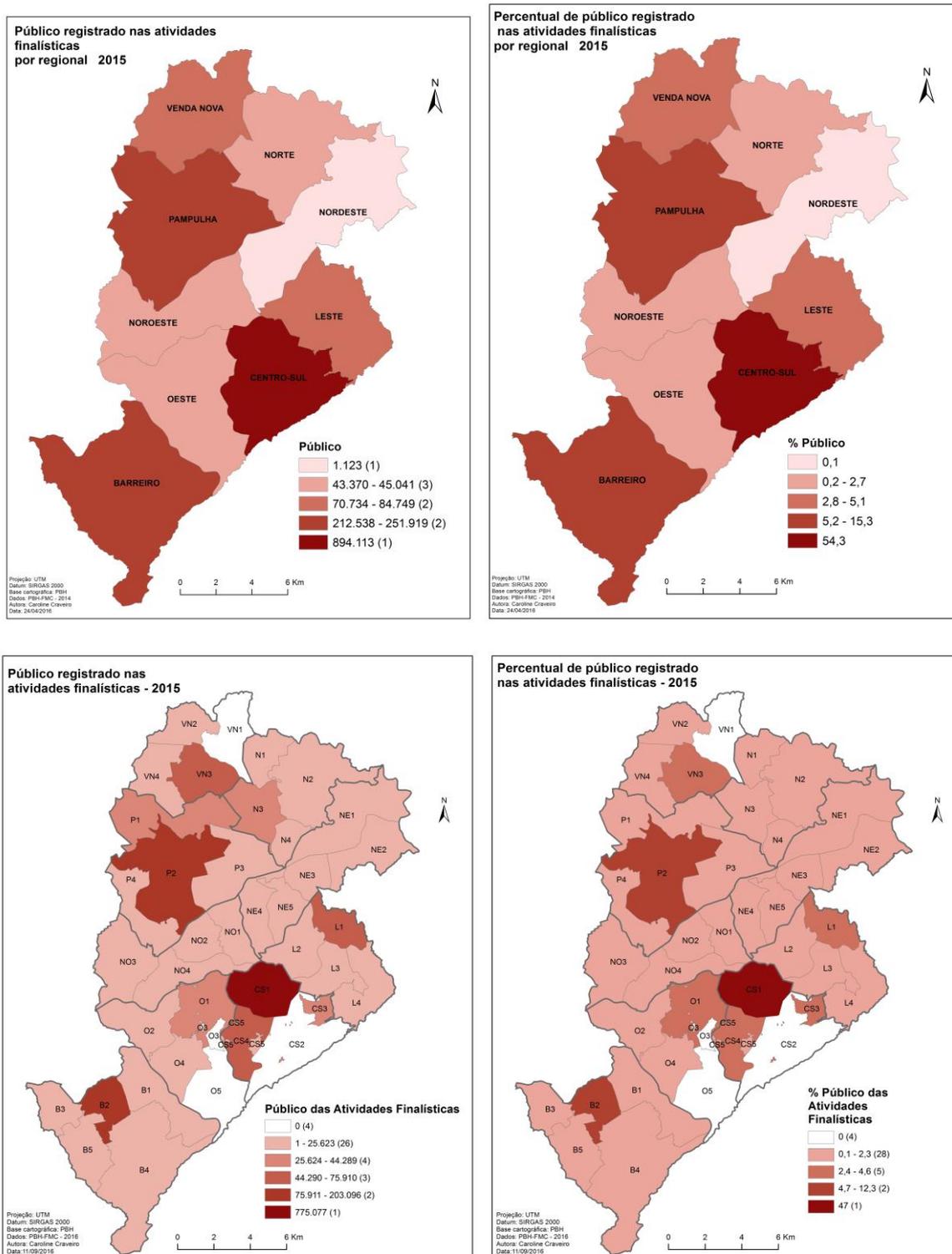
O público das atividades finalísticas entre os territórios apresenta dados muito discrepantes - zero a mais de 700 mil pessoas (Figura 27). Importante ressaltar que o público registrado na Centro-Sul (principalmente, em atividades finalísticas de projetos como Virada Cultura, FAN, FIQ, FLI, Noturno nos Museus, etc.) pode ser formado por usuários que residem em várias regionais da cidade e mesmo em outras cidades. Assim também é no caso das visitas orientadas aos museus da Centro-Sul e da Pampulha. Não há dados no SMAPP que indiquem a residência do público ou a origem e mobilidade do público das atividades e serviços dos equipamentos. Constatou-se a importância de pesquisas específicas sobre o perfil do público dos equipamentos culturais. Alguns equipamentos culturais como os museus e centros culturais possuem cadastros específicos para inserção dos dados destas atividades que não estão articulados ao SMAPP. A definição de metodologia para contagem de público e critérios de identificação dos perfis dos usuários faz-se fundamental para qualificar os dados e promover monitoramento e avaliação dos impactos da política executada.

**Figura 26 - Total de atividades finalísticas realizadas no município de Belo Horizonte, por regional e território de gestão compartilhada - 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016

**Figura 27 - Público registrado nas atividades finalísticas no município de Belo Horizonte, por regional e por território de gestão compartilhada, em 2015**



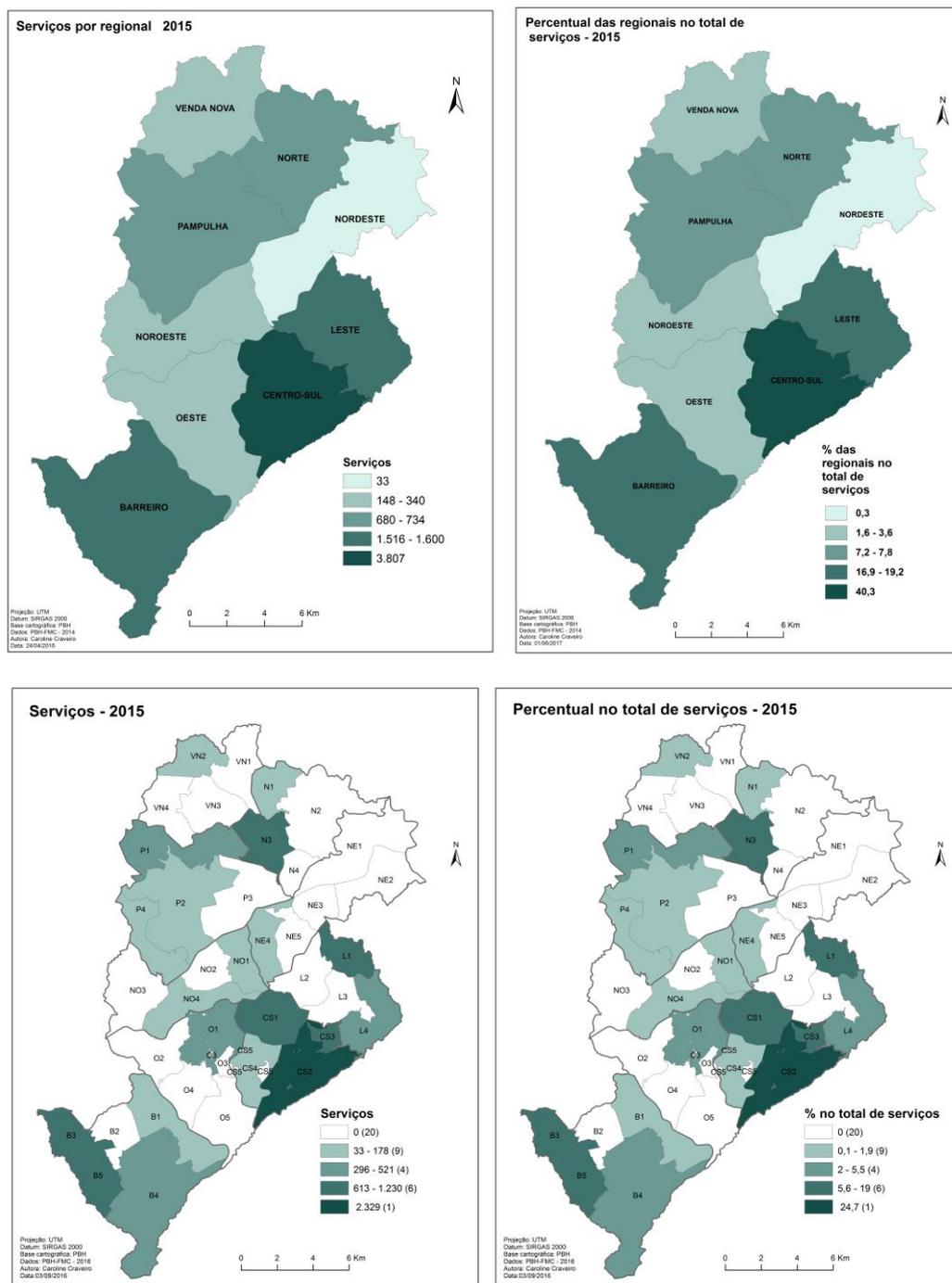
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016

## **E) Serviços - 2015**

Foram mapeados os seguintes tipos de serviço: cessão de espaço, inclusão digital/telecentro e os serviços de referência e informação – empréstimo, pesquisa livre e pesquisa orientada.

No caso da cobertura territorial, são 21 os territórios que, em 2015, não tiveram registro de serviço realizado pela FMC. Dentre estes o VN3 que, apesar de possuir um equipamento cultural (Centro de Memória Venda Nova) não realizou nenhum tipo de serviço, uma vez que não dispõe de equipe técnica fixa no local, sendo realizado o acompanhamento esporádico pela equipe do Centro Cultural Venda Nova de exposição e visitas orientadas no local. É possível verificar que a realização de serviços está, neste contexto, condicionada à existência do equipamento cultural e da atuação de equipe específica, definindo um padrão espacial cuja distribuição e intensidade assim comprovam. Os serviços concentraram-se na Centro-Sul (40,3%), com destaque para o CS2 onde são emitidas cartas-grau que aumentam significativamente o valor desta variável. As regionais Barreiro e Leste seguiram com 19,2% e 16,9%, respectivamente, com destaque para a cessão de espaço (Figura 28).

**Figura 28 - Serviços realizados no município de Belo Horizonte, por regional e território de gestão compartilhada – 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016

## **F) Atividades finalísticas por tipo – 2015**

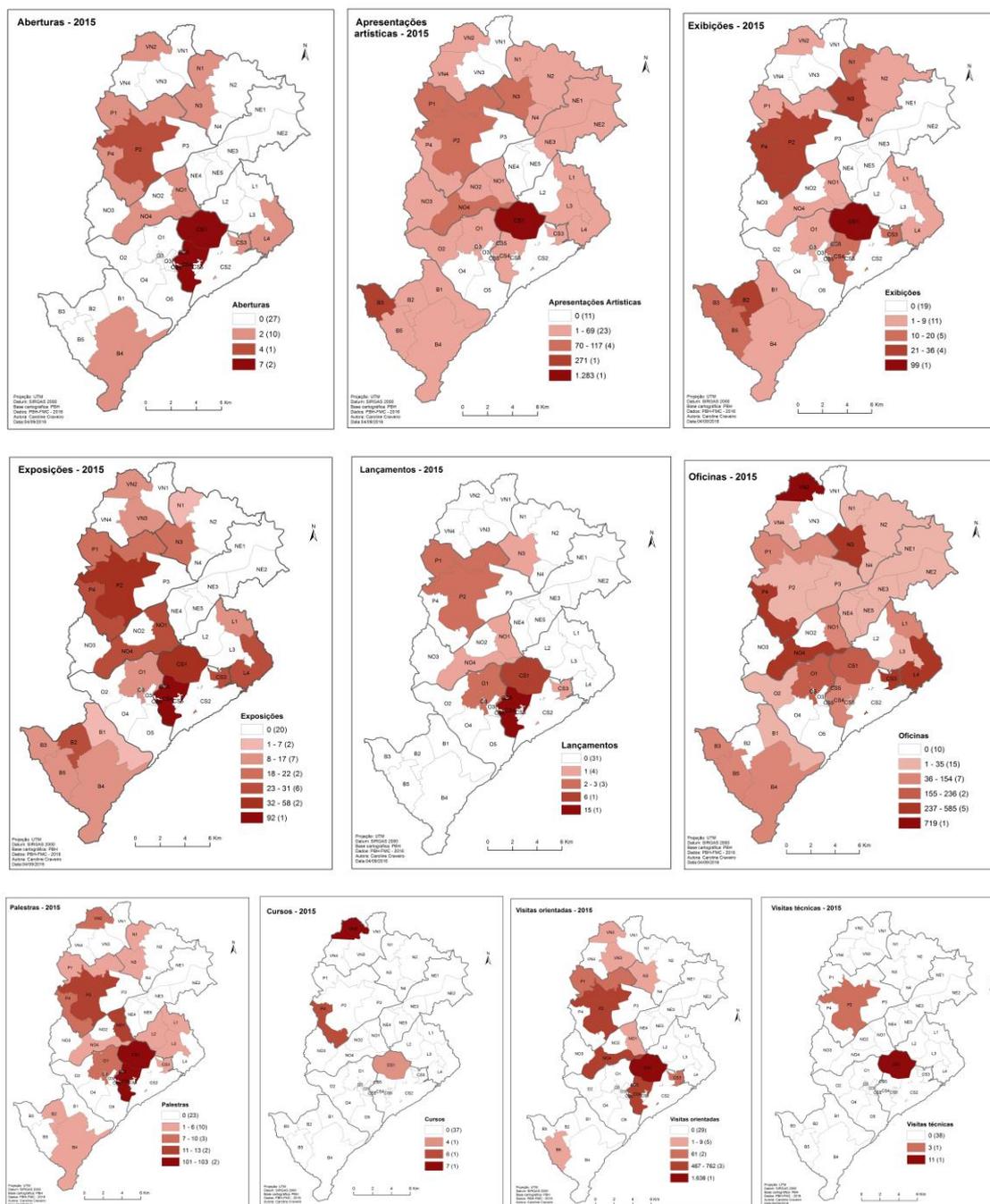
Os mapas das atividades finalísticas possibilitaram perceber a maior ocorrência de apresentações artísticas, oficinas e exposição no conjunto das atividades finalísticas (Figura 29). A baixa ocorrência de cursos, visitas técnicas, lançamentos e aberturas. Verificou-se que a constituição das programações dos equipamentos culturais (centros culturais, museus, teatros, centros de referência) prioriza atividades voltadas para difusão e fruição artístico-cultural e que abrangem diferentes linguagens artísticas (música, teatro, circo, dança, artes visuais, audiovisual) e áreas diversas das manifestações da cultura tradicional e popular (destaque para a capoeira).

Além disso, grande parte das oficinas realizadas nos equipamentos culturais são realizadas por voluntários das comunidades que desenvolvem atividades permanentes de artesanato, artes visuais, dança, música, capoeira, etc. No caso dos dados de exposições, é importante ressaltar que os dados do SMAPP, coletados pela FMC por meio do cadastro mensal dos equipamentos, refere-se à frequência mensal de projeto expográfico.

Desta forma, a concentração na regional Centro-Sul, principalmente no CS4 (onde está o Museu Histórico Abílio Barreto) denota a ocorrência simultânea, ao longo do ano, de vários projetos expográficos, disponíveis mensalmente. As aberturas e lançamentos correspondem a eventos de instauração de exposições ou publicação de livros, CDs, DVDs, etc. e, geralmente, são cadastrados no SMAPP como atividades finalísticas específicas e, por vezes, confundem-se com as apresentações artísticas realizadas no mesmo evento.

Há, na instituição, segundo as técnicas da DVMAV, ausência de definição de indicadores de monitoramento e avaliação pertinentes à execução da política, de metodologia para controle de lançamentos duplicados e problemas de entendimento conceitual dos tipos de atividades finalísticas pelos servidores da área meio e dos equipamentos culturais. Segundo as técnicas, instaurou-se, desde 2015, um processo de discussão acerca da definição conceitual e revisão do manual do SMAPP para melhor orientar a coleta dos dados. Os mapas dos públicos registrados nas atividades finalísticas (Figura 30) reforçam o padrão espacial estabelecido pela ocorrência das atividades finalísticas.

**Figura 29 - Atividades finalísticas realizadas no município de Belo Horizonte, por tipo por território de gestão compartilhada - 2015**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016





técnicas da DVMAV são registradas pelos equipamentos e correspondem à mensuração dos usuários atendidos nas bibliotecas. Sobre o registro de público do serviço Inclusão Digital/Telecentro, cabe destacar que muitos equipamentos culturais ainda não possuem telecentros.

Na avaliação dos mapas temáticos de atividades e serviços foi constatada grande amplitude entre os valores máximos e mínimos dos dados. Foi adotado o método de classificação manual, com objetivo de ressaltar a ausência e a concentração de atividades finalísticas, serviços e respectivo público. Os padrões espaciais revelaram significativa concentração de atividades finalísticas e serviços na regional Centro-Sul, especificamente no território CS1 e também o condicionamento da execução de atividades finalísticas e serviços pela existência de equipamentos públicos específicos da cultura. Faz-se necessário aprofundar a análise para a escala local, a fim de investigar a área de abrangência das atividades e serviços prestados pelos equipamentos, com a repercussão em bairros ou por conexões entre regionais. A execução da política cultural nestes territórios poderia lançar mão da utilização de outros equipamentos públicos existentes, tais como parques, escolas, CRAS.

No processo de coleta e tratamento dos dados da PBH e da FMC foram observadas fragilidades na definição conceitual sobre os tipos de atividades finalísticas e serviços e na definição do tipo de dados pertinentes ao monitoramento e à avaliação da política pública. Também foi constatado que não há uma metodologia de mensuração de público para equipamentos culturais, que dão ênfase à mensuração de frequência e quantidade de participantes por atividade e serviço. Não há metodologia para identificação de número de usuários atendidos por equipamentos, tal como as políticas de educação, assistência social e saúde bem como um acompanhamento das ações ou projetos de percurso destes usuários. Os dados dispostos no SMAPP para traçar o perfil das atividades finalísticas e serviços (por linguagem artística, perfil do proponente, custo, etc.), segundo as técnicas da DVMAV ainda estão em processo de qualificação e os que estão disponíveis atualmente não seguem uma metodologia e procedimento padrão. Assim, os dados coletados a partir do SMAPP geram, no âmbito institucional, questionamentos quanto à metodologia de coleta, validade e credibilidade. A falta de padronização na definição de público e de sua mensuração resulta no uso combinado de estratégias

de mensuração por cálculo de média, outros casos por estimativa de público e ainda pelo registro da presença ou frequência real.

Esta análise pressupõe a adequação da informação para melhor leitura da execução da política. A definição de informações e indicadores para a gestão cultural é fundamental para o estabelecimento de uma metodologia de coleta e análise de dados. O mapeamento da execução da política cultural no município requer mais investimentos por parte do poder público em equipe especializada e tecnologias. Verificou-se também que não há diretrizes de planejamento com base em análise dos territórios de gestão compartilhada e das regionais e nos relatórios anuais da instituição não há o uso de mapas ou de análises de natureza espacial.

A utilização do mapeamento temático como instrumento para a gestão e o aprimoramento das etapas necessárias para realizá-lo é importante para verificar fragilidades e potenciais da implantação da política pública de cultura, sua inserção no contexto regional e intraregional, as relações que podem ser estabelecidas entre os equipamentos públicos de cultura e os demais equipamentos públicos bem como da rede de espaços culturais da sociedade civil. Podem ser realizadas análises mais detalhadas das relações espaciais dos equipamentos culturais com seus entornos, com as vias de mobilidade e os fluxos cotidianos da população bem como com processos e conflitos territoriais, condições de vulnerabilidade social e econômica e atributos demográficos. Em relação ao recorte espacial, poderão ser realizados estudos mais detalhados dos territórios de gestão compartilhada, buscando a compreensão de padrões locais que impactam no uso e apropriação dos equipamentos públicos de cultura.

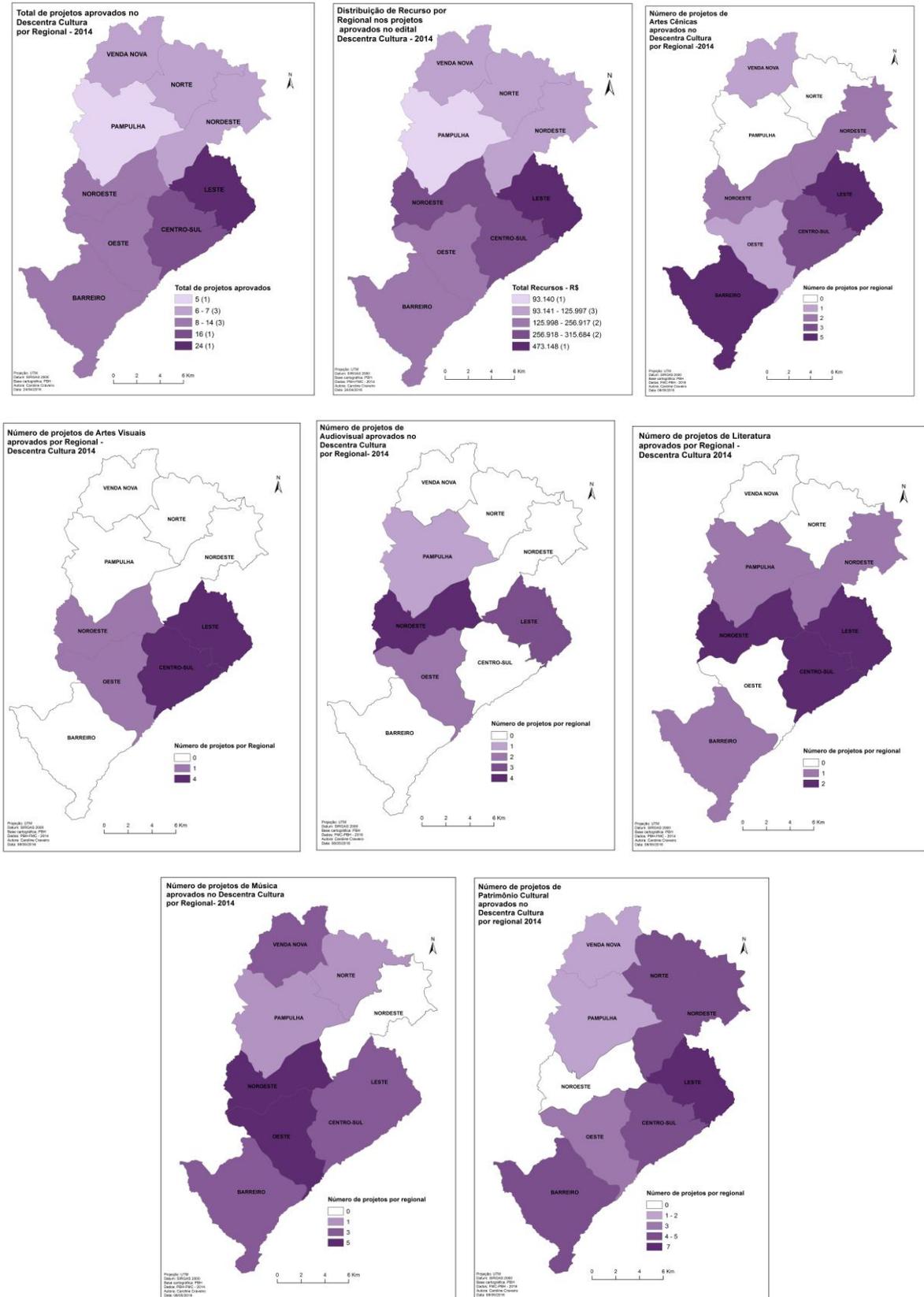
O sistema de informações institucional requer aprimoramento e a definição de metodologias de indicadores e de coleta de dados é imprescindível para qualificar o mapeamento temático. Assim, a gestão pública poderá incorporar novos referenciais conceituais, metodológicos e técnicos para a leitura dos territórios nos quais atua, a fim de identificar dinâmicas, processos, problemas e soluções e avaliar a execução e impacto das ações. Destacam-se o papel e a responsabilidade da gestão como produtora e sistematizadora de informações e dados para formulação e avaliação da política pública e também para a produção de conhecimento.

## H) Outros mapeamentos

Para demonstrar as possibilidades de mapeamento temático no conjunto de projetos realizados pela instituição, foram elaborados mapas relativos aos dados do edital Descentra (lançado em 2014) cuja execução se deu em 2015, mapas com dados da execução de projetos aprovados na Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC) em equipamentos culturais da FMC, um mapa de leitores cadastrados na biblioteca do Centro Cultural Lindeia Regina, mapa das oficinas do Arena da Cultura em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mapa de localização dos equipamentos culturais em relação a vilas e aglomerados.

O edital Descentra foi criado com o objetivo de reverter o quadro de concentração de recursos de fomento a projetos culturais da sociedade civil na regional Centro-Sul e contemplar as demais regionais. Os mapas elaborados a partir dos dados de seleção e execução do edital, dispostos pela instituição apenas por regional (Figura 32) demonstraram que houve, no total de projetos aprovados, representação maior de projetos da regional Leste seguida pela regional Centro-Sul. Verificou-se que, a partir de entrevista com técnicos da FMC que os projetos aprovados na Centro-Sul eram de proponentes dos territórios CS3 e CS5, que correspondem a áreas de aglomerados. A distribuição dos recursos seguiu o destaque da regional Leste, seguida da Centro-Sul e Noroeste. Também foram elaborados os mapas dos projetos aprovados conforme linguagem artístico-cultural – artes cênicas, artes visuais, audiovisual, literatura, música e patrimônio cultural. Verificou-se o destaque que os projetos de Música e Patrimônio Cultural foram realizados na maioria das regionais, com exceção da Nordeste, no caso da música e na Noroeste, no caso do patrimônio cultural. Os projetos de artes visuais e de audiovisual foram as duas categorias com menor expressão dentre as regionais, contemplando apenas 4 regionais cada uma. Este exercício poderá ser realizado para identificar a realização por território de gestão compartilhada bem como estender-se para os demais projetos de fomento e incentivo à cultura.

**Figura 32 - Edital Descentra no município de Belo Horizonte por regional – 2015**



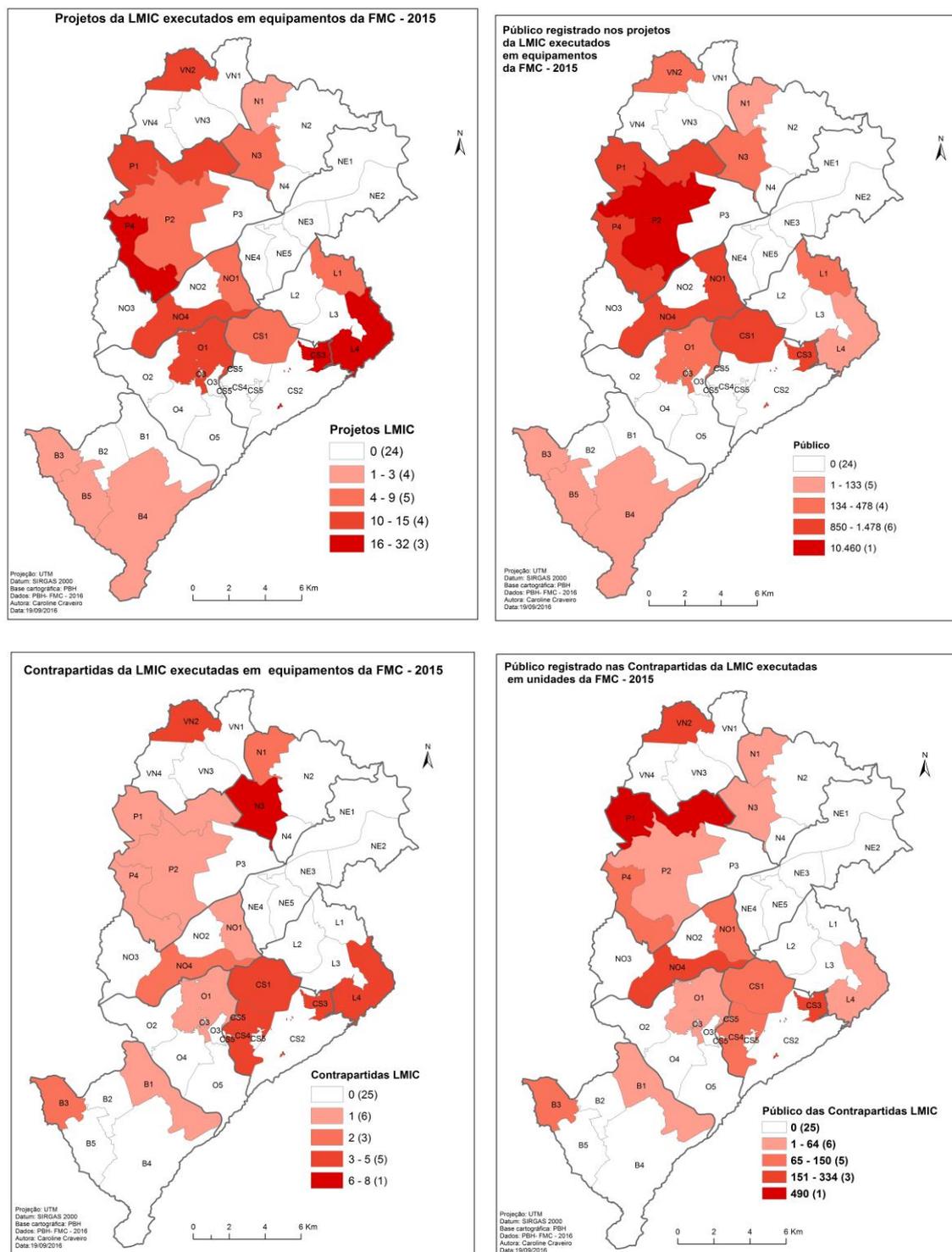
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016

Em relação aos dados de execução de projetos aprovados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC) em equipamentos culturais da FMC, os dados foram coletados no SMAPP, pois estes projetos são registrados pelos equipamentos como parte de suas programações(Figura 33). Logo, estes dados integram o total das atividades finalísticas de 2015 já mapeadas pela pesquisa e demonstram a possibilidade de detalhamento da natureza das atividades finalísticas realizadas pelos equipamentos. Os mapas correspondem ao total de projetos aprovados pela LMIC executados nos equipamentos da FMC e o respectivo público registrado e ao total de contrapartidas de projetos aprovados pela LMIC e o respectivo público registrado.

A LMIC corresponde a um instrumento de fomento e incentivo a projetos culturais e artísticos cujos proponentes são da sociedade civil – pessoa física ou jurídica. Os projetos inscritos no edital da LMIC podem ser contemplados com recursos diretos do município por meio do Fundo de Projetos Culturais ou por meio de captação de recursos do setor privado via incentivo fiscal definido pelo poder público. Alguns projetos aprovados definem sua execução em equipamentos da FMC, principalmente em centros culturais, teatros ou museus. Outros projetos realizam sua contrapartida social em equipamentos culturais da FMC.

Em relação à execução de projetos aprovados na LMIC nos equipamentos da FMC, observam-se os valores mais significados nos centros culturais dos territórios CS3, L4 e P4 e pouca execução nos equipamentos da N1, B3, B4 e B5. Houve territórios que, mesmo com equipamentos culturais, não tiveram execução direta de projeto aprovado na LMIC. No caso do equipamento cultural do B1, houve a realização de contrapartida de projeto aprovado na LMIC. Segundo entrevistas com gestores, a realização de projetos aprovados na LMIC em equipamentos culturais se dá a partir do interesse do proponente e de acordo com anuência da instituição. No caso da execução de contrapartidas em equipamentos culturais da FMC, estas são também são propostas pelos proponentes ou a partir de articulação dos proponentes com o setor de monitoramento de execução dos projetos da LMIC.

**Figura 33 - Projetos da LMIC executados em equipamentos culturais da FMC no município de Belo Horizonte, por território de gestão compartilhada - 2015**



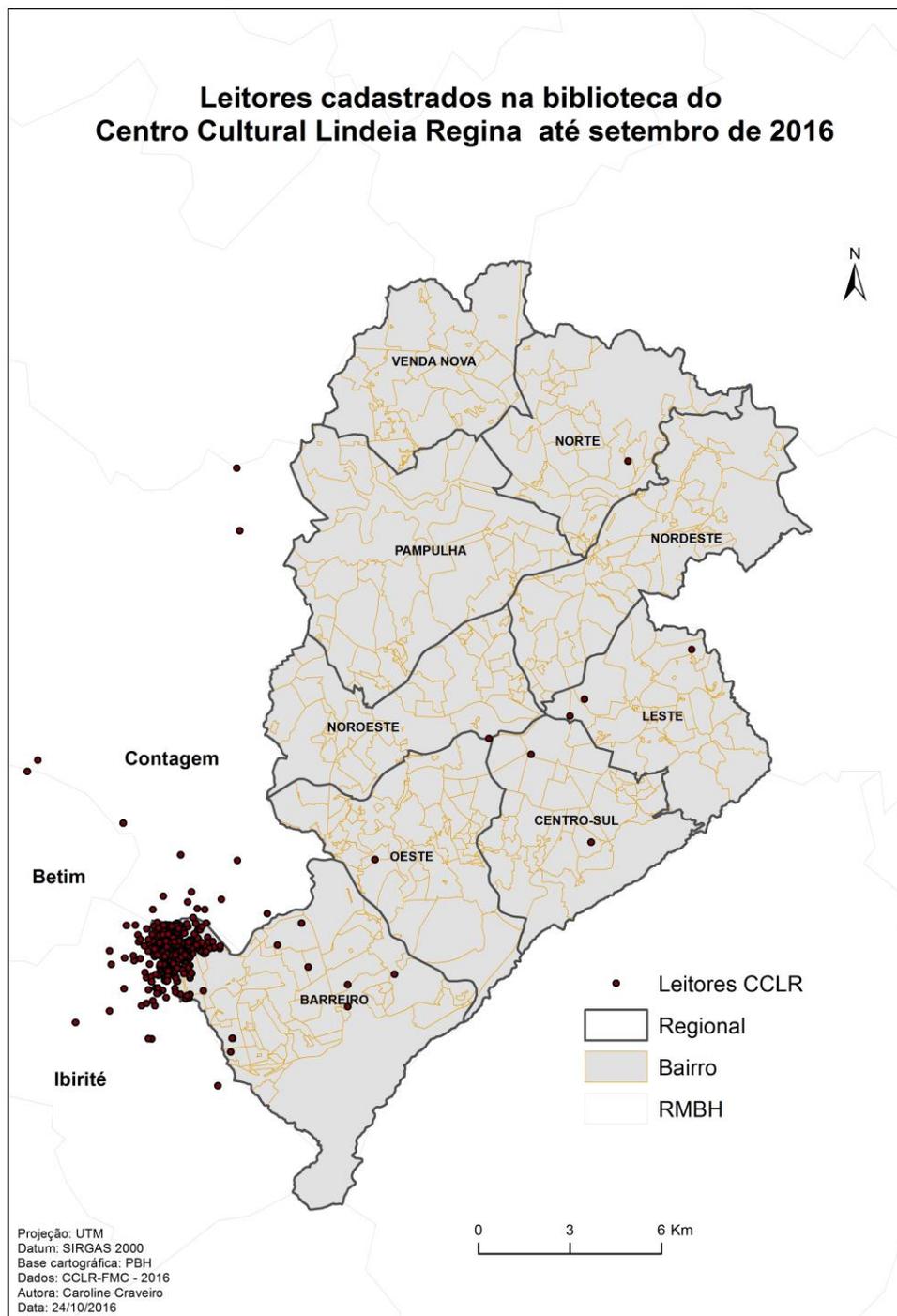
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016

É importante estender este mapeamento para identificar a execução dos projetos aprovados na LMIC, com as respectivas contrapartidas a fim de visualizar a execução do mecanismo não apenas nos equipamentos da FMC mas nos demais equipamentos e espaços públicos e privados do município.

O mapa elaborado a partir do cadastro de leitores da biblioteca do Centro Cultural Lindeia Regina (Figura 34) foi um exercício para demonstrar a possibilidade de utilização da cartografia para monitorar e avaliar as atividades e serviços das bibliotecas da FMC. O mapeamento dos usuários foi elaborado a partir de dos endereços e revelou a concentração dos usuários nos bairros do entorno do centro cultural que por estar em área conurbada com os municípios de Ibitaré e Contagem, atende a residentes destes municípios. Todos os centros culturais possuem bibliotecas e possuem sistema de cadastro dos usuários e dos serviços prestados, assim o uso do mapeamento para monitorar e avaliar as ações das bibliotecas pode ser estendido aos demais e ser complementado com a identificação da área de atendimento, perfil dos empréstimos por área, existência de bibliotecas comunitárias, etc.

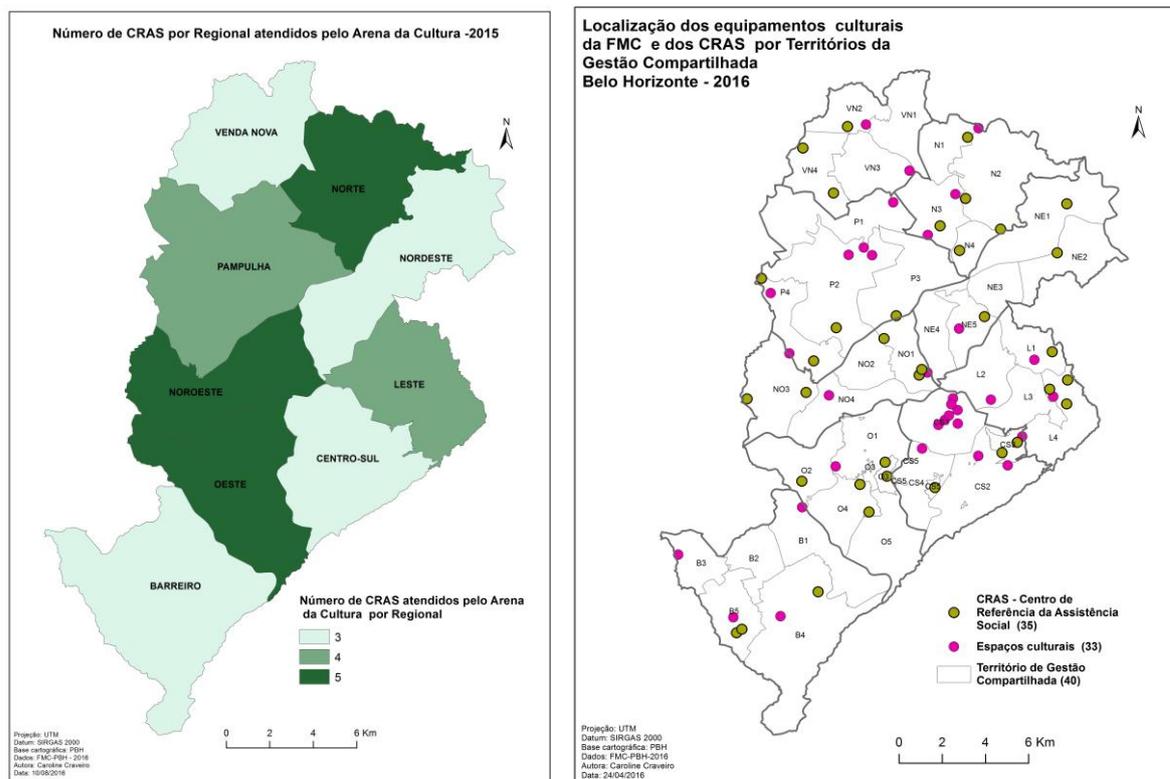
Os mapas relativos à atuação do Arena da Cultura (Figura 35) mostram o atendimento do projeto Arena da Cultura por meio da realização de oficinas de formação artística nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) conforme o número destas unidades dispostas por regional (ANEXO 8) e a localização dos CRAS em relação aos equipamentos culturais da FMC. A parceria da FMC com os CRAS é fundamental para atender principalmente os territórios nos quais não há equipamentos culturais. O mapeamento dos equipamentos públicos dos territórios é fundamental para estabelecer redes de serviços públicos, com compartilhamento de informações e otimização de recursos.

Figura 34 - Leitores cadastrados na biblioteca do Centro Cultural Lindeia Regina – 2015



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CCLR/FMC, 2016

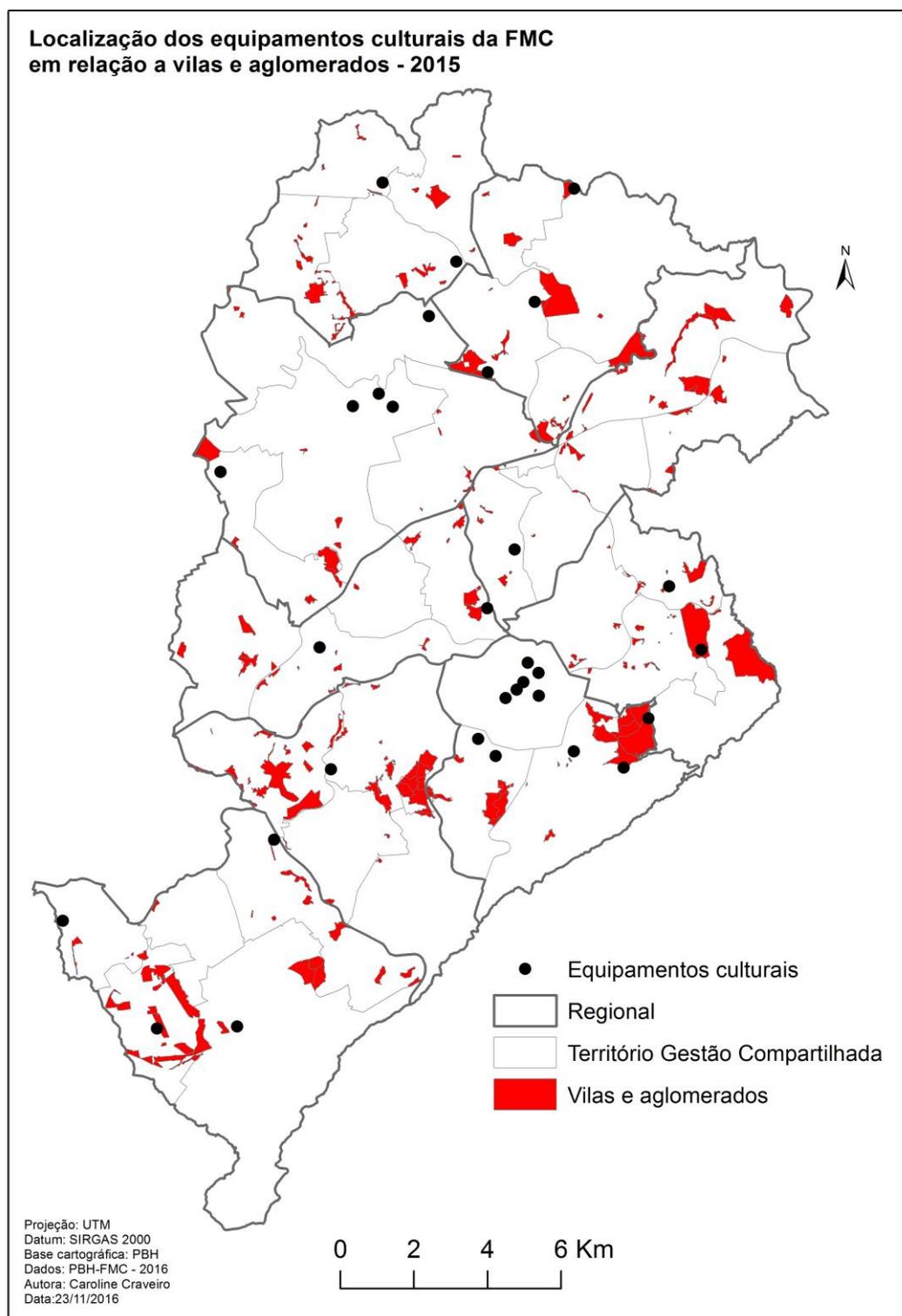
**Figura 35 - Número de CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) atendidos pelo Arena da Cultura em por regional – 2015 e localização dos equipamentos culturais FMC em relação aos CRAS no município de Belo Horizonte – 2016**



**Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do CCLR/FMC, 2016**

O mapa de localização de equipamentos culturais da FMC (Figura 36) em relação a vilas e aglomerados foi elaborado com o propósito de demonstrar o uso do mapeamento para estabelecer correlações entre os equipamentos de cultura e os atributos do espaço urbano do município. A localização em relação a vilas e aglomerados bem como a localização em relação ao sistema viário, áreas comerciais descentralizadas, parques públicos, etc. são informações que podem contribuir para o conhecimento das áreas nas quais a política cultural atua, o que, como e para quem planeja e executa. A formulação da política cultural pressupõe conhecimento dos territórios e das regionais, bem como de suas especificidades e outros possíveis recortes e categorias de análise geográfica (lugar, paisagem).

**Figura 36 - Localização dos equipamentos da FMC em relação a vilas e aglomerados no município de Belo Horizonte, – 2015**



**Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC e PBH, 2016**

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os objetivos propostos de avaliar duas frentes de mapeamento no âmbito da política cultural de Belo Horizonte – o mapa colaborativo implantado pela FMC em parceria com o Instituto TIM e MINC e mapas temáticos de atividades finalísticas e serviços do ano de 2015, a pesquisa constatou potencialidades e problemas para a implantação de ambos nas práticas de gestão. Comparativamente, apresentam natureza, gênese e aplicabilidade distintas, processos de coleta de dados e possibilidades de tratamento também distintas, porém, ambos podem se somar para munir a gestão pública de conteúdos analíticos sobre os contextos culturais do município. O *Mapa Cultural BH* está inserido numa agenda de ações mais abrangente, induzida pela política nacional e integrante de uma rede de outros mapas culturais (municipais e estaduais), utiliza-se da infraestrutura e do suporte do MINC e do Instituto TIM, bem como da atuação da rede de desenvolvedores dos municípios e estados. Corresponde a um banco de dados georreferenciado para a entrada de informações da sociedade civil atuante no campo artístico-cultural. Enquanto o mapeamento temático realizado a partir dos dados do SMAPP mostrou-se uma alternativa de monitoramento e avaliação da execução de atividades e serviços da instituição e que implica no uso de instrumentos já existentes, tais como o próprio SMAPP e software de mapeamento disponível pela prefeitura. No entanto, o mapeamento temático requer a constituição de equipe de trabalho específica e aprimoramento de metodologias necessárias.

No âmbito institucional, o *Mapa Cultural BH* corresponde a um projeto embrionário, que apesar de já instaurado na internet, não dispõe de efetivo acompanhamento e de ações capazes de consolidá-lo como instrumento de gestão. Além da superação das dificuldades de ordem tecnológica e operacional, o *Mapa Cultural BH* requer a superação das dificuldades de ordem política, com a definição de equipe específica de trabalho, investimento na formação, divulgação e interação com os atores dos quais se espera o papel colaborativo de alimentação de dados. Por outro lado, a plataforma apresenta potencialidades se houver o fortalecimento da atuação da FMC em convergência e articulação com os demais municípios e estados que compõem a rede de desenvolvedores e gestores dos mapas culturais, que buscam compartilhar conhecimentos e experiências e superar as descontinuidades do cenário das políticas culturais do país. As mudanças de

gestores de ministério, secretarias e fundações de cultura mostram-se grandes obstáculos para a implantação de projetos de médio e longo prazo, ainda que estes estejam dispostos em leis ou planos decenais, como é o caso do mapeamento cultural. A avaliação do *Mapa Cultural BH*, nesta pesquisa, limitou-se ao conjunto de gestores e servidores da FMC e demonstrou que é fundamental estender esta avaliação para os segmentos do campo cultural e artístico e da sociedade civil. Pretende-se, a partir do disposto aqui, ampliar a pesquisa desta avaliação para estes grupos.

Em relação à possibilidade de uso do mapeamento temático de atividades finalísticas e serviços da instituição, a pesquisa enfrentou problemas relativos à coleta e tratamento dos dados. Ainda que a FMC possua um sistema de informações onde são cadastrados, periodicamente, pelos equipamentos culturais, dados sobre atividades e serviços executados e respectivo público, foi necessário organizar os dados por território de gestão compartilhada e por regional. Verificou-se que não há o conhecimento e uso prático da abordagem territorial na área de monitoramento e avaliação e não são feitas correlações de objetivos ou de resultados da política cultural com objetivos e resultados de outras políticas públicas. As entrevistas realizadas e o contato com os técnicos do setor demonstraram a abertura da instituição para a formação, articulação com outras instituições de pesquisa ou culturais, não havendo resistência na disposição das informações ou na demonstração das fragilidades.

A pesquisa partiu da interrogação da relação entre cultura e espaço, buscando referências em autores da geografia cultural. No entanto, ao longo do trabalho, constatou-se que os mapeamentos pretendidos, no âmbito da gestão pública, ressaltavam, pelo apelo maior de aplicabilidade, o uso de metodologias da cartografia convencional (mapeamento temático) e da cartografia contemporânea (*cybercartografia, geocolaboração*). A pesquisa poderá desdobrar-se por futuras reflexões epistemológicas ou teóricas sobre estudos geoculturais de paisagens, lugares e territórios para o município. Este recorte demonstrou o quão importante é a realização de mapeamentos culturais acadêmicos (geográficos, antropológicos, sociológicos, históricos, etc.) capazes de munir os órgãos gestores públicos de conhecimentos específicos sobre as realidades socioculturais da cidade. Também foi reforçado o propósito de instaurar em novos estudos reflexões sobre a cultura

como prática espacial e ao espaço como prática cultural como questões propulsoras das análises geográficas.

A partir das duas abordagens de mapeamento - o mapa colaborativo *Mapa Cultural BH*, baseado na geocolaboração e o mapeamento temático de atividades finalísticas e serviços realizados pela FMC em 2015, foi possível identificar as potencialidades do uso do mapeamento como instrumento capaz de aprimorar competências e funções da gestão de produzir conhecimento, planejar, monitorar e avaliar, num processo dinâmico e cíclico. Estas formas de mapear possuem diferentes propósitos e especificidades conceituais e metodológicas capazes de identificar, localizar e estabelecer relações espaciais de elementos e processos do contexto cultural da cidade. No entanto, para implantar com eficiência, eficácia e efetividade – prerrogativas da gestão pública, cada um destes mapeamentos, é fundamental que a gestão pública aprimore suas bases teórico-conceituais, metodológicas e tecnológicas e estabeleça diretrizes para atender aos princípios da participação e do controle social, da informação e transparência. O mapeamento cultural disposto pelas diretrizes da política nacional de cultura requer, no âmbito da gestão pública, a implantação de metodologias de pesquisa e de análise que reconheçam e definam elementos e dinâmicas das três dimensões: simbólica, econômica e cidadã e que sejam formulados indicadores para a análise espacial.

O *Mapa Cultural BH* coloca-nos diante de um exemplo de como o mapeamento é um instrumento fundamental para a identificação da diversidade de conteúdos e práticas culturais e artísticas do município. A natureza colaborativa do *Mapa Cultural BH* expande e altera os limites do mapa, tornando-o mutável e dinâmico e inserindo o cidadão no processo do mapear. Para possibilitar a inclusão do artista, produtor ou gestor cultural, empreendedor, grupos e coletivos artísticos, usuários e todos aqueles que se reconhecem e se representam nos contextos diversos da Cultura é necessário viabilizar uma plataforma de diálogo destes com os territórios representados. A plataforma do *Mapa Cultural BH*, disposta na internet, pressupõe também a ampliação do acesso à cultura digital e fortalece a diretriz da participação social na gestão pública. Em contato com os técnicos da DVMAV e DVDTI e membros da Rede de Desenvolvedores e Gestores dos Mapas Culturais é perceptível o engajamento na proposta do uso da plataforma como fortalecimento do uso de softwares livres e da lógica de compartilhamento de tecnologias e

informações, superando-se a segmentação e fragmentação das instituições públicas em relação às informações, políticas e projetos.

Ao órgão gestor, faz-se fundamental ter planejamento e promover ações de divulgação, formação, atualização e avaliação do *Mapa Cultural BH*. A pesquisa mostrou que o *Mapa Cultural BH*, implantado em 2016, ainda não está incorporado nas práticas da instituição e apesar de ser considerado um instrumento importante pelos gestores e servidores, estes demandam formação e aprimoramento de condições para melhor entendimento e uso do instrumento.

Em relação ao mapeamento temático dos dados de execução de atividades finalísticas e serviços de 2015, é necessário ressaltar a importância de sua aplicação no cotidiano do monitoramento e avaliação da política. A gestão de políticas públicas pressupõe a definição de público-alvo ou de áreas de abrangência para suas atividades e serviços, além do conhecimento sobre contextos regionais e territoriais, a fim de implantar a análise espacial em suas práticas. O conjunto de mapas elaborado com os dados de 2015 correspondeu a um exercício que pode ser ampliado com a elaboração de mapas sobre orçamento, linguagens artísticas das atividades e serviços, perfil do público, perfil dos realizadores das atividades e serviços, comparativos temporais, dentre outros temas. O órgão gestor da política de cultura também poderá a partir dos dados do *Mapa Cultural BH* elaborar mapas temáticos sobre a realização de atividades e serviços do setor privado cultural e de organizações da sociedade civil.

Tendo em vista a necessidade de se conhecer a cultura do município, em seu abrangente e complexo universo, considera-se importante que a gestão pública também realize, conforme demandas específicas e em projetos de diálogo com a população, metodologias de mapas mentais, cartografia social, baseados nos pressupostos da geografia cultural e humanística. Ao buscar a implantação do mapeamento cultural como instrumento de gestão, faz-se necessário identificar diversas abordagens geocartográficas para que as representações dos atributos e práticas culturais de um território, de uma paisagem ou de um lugar, ou de outras categorias de análise espacial, sejam reveladas por meio de diversos atores e suportes. As várias possibilidades de mapeamento cultural permitem à gestão lançar mão de vasto referencial teórico-metodológico geocartográfico que atenda aos seus objetivos.

Também é fundamental destacar o papel da geografia enquanto campo de conhecimento científico e acadêmico que sustenta, por conceitos e técnicas, a elaboração de sistemas de informações e análises espaciais e que deve, no âmbito da pesquisa e da extensão, fortalecer as reflexões e ações sobre campos de aplicabilidade, tal como o da gestão pública. É preciso ressaltar que conceitos e categorias que fundam o pensamento geográfico (espaço, território, paisagem, lugar, fronteira, etc.) constituem-se de atributos, conteúdos e dinâmicas de natureza cultural e que as representações nas quais são reconhecidos e significados devem ser inscritas na elaboração de políticas públicas.

Tanto na avaliação do *Mapa Cultural BH* como na elaboração dos mapas temáticos de atividades finalísticas e serviços, o processo de mapeamento evidenciou o papel do mapa como instrumento para o conhecimento e o impacto de sua produção e leitura para o entendimento das ações públicas. Os mapas deverão suscitar questionamentos e instaurar, no âmbito da gestão pública, o lugar da pesquisa e da busca por respostas baseadas em fundamentação teórico-metodológica multidisciplinar e em constante observância às finalidades das políticas públicas.

O mapeamento cultural corresponde ao ato de mapear que, uma vez adjetivado, remonta e assimila as especificidades do contexto cultural que se pretende conhecer e representar. As costuras mais densas da relação espaço e cultura são desdobramentos possíveis e necessários a futuros estudos. É fundamental reforçar o mapeamento cultural como uma potência de leitura das realidades culturais do município.

Contudo, como finalidade e produto, no âmbito da gestão pública, o mapa requer responsabilidade e cuidado em sua leitura e uso, posto que os mapas correspondem a representações sobre relações, conjunturas e processos que não se encerram apenas na natureza dos elementos representados. Ao mesmo tempo, o mapa deve ser entendido como um componente da própria política pública, uma vez que a política sem informação é experimentação e erro. Faz-se fundamental que as instituições que preconizam o mapeamento cultural como instrumento de gestão comprometam-se a desenvolver a estrutura necessária para consolidá-los. A pesquisa constatou que os atores institucionais reconhecem o *Mapa Cultural BH* como uma ferramenta que pode ampliar o conhecimento e contribuir para maior eficiência na política cultural, no entanto, também reconhecem a inoperância e as

incompetências político-administrativas de efetivá-lo como um instrumento de gestão.

Remontando os níveis de pesquisa descritos por Libault (1971), é possível definir junto à instituição um percurso para a constituição de uma metodologia de uso do mapeamento temático para o monitoramento e avaliação da política cultural, desde que sejam aprimorados os níveis de coleta e compilação dos dados para resguardar a qualidade dos níveis correlatório, semântico e normativo. Além disso, torna-se fundamental a ampliação do uso das tecnologias cartográficas e de análise espacial para a conformação das políticas culturais. A abordagem territorial mostrou-se necessária para a definição de políticas não apenas focadas nos setores artístico-culturais mas em políticas que dialoguem com os territórios do município.

À geografia, o mapa cultural corresponde à possibilidade de contato de abordagens distintas de seu universo de traduções sobre o espaço e a humanidade. O mapa cultural corresponde a uma representação simbólica, vinculada à historicidade e contextos sociais de um dado local, de uma dada sociedade. Possui finalidade prática, voltada ao conhecimento de um território assim como interroga paisagens e lugares acerca da ocorrência ou predominância de certos atributos ou poderá atender à demanda de avaliação sobre condições do fazer artístico ou cultural, além de revelar visões de mundo, relações de poder, formas de saber e viver a cidade. O mapa cultural é uma possibilidade de aprendizado para cidadãos comuns e de razão para mais questionamentos no meio acadêmico. Aos atores da gestão pública, cabe o uso responsável de metodologias de mapeamento, baseando-se nos princípios da administração pública e nas diretrizes gerais da política nacional de cultura que se desenha. A efetiva interlocução de conhecimentos, a superação da divergência de interesses, constituindo-se um interesse público e coletivo mais equilibrado, os embates e atravessamentos políticos e as turbulências das ações públicas são desafios constantes para a implantação e consolidação do mapeamento cultural como instrumento de gestão pública.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. *Geografia Cultural e Geógrafos Culturalistas: uma leitura francesa*. In GEOSUL. Nº15, Ano VIII, 1º semestre , 1993

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. *A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, n.11 (21 e 22), jan/dez, 1999, p.67-87

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa e GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.). *Da Percepção e Cognição à Representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

ARCHELA, Rosely Sampaio, ARCHELA, Edison. *Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa*. In. Geografia – volume 11, Número 2, julho/dezembro, 2002 -Projeto CPG/UEL n.6243/01 Portal da Cartografia <http://www.uel.br/projeto/cartografia> - Departamento de Geociências da UEL

ARCHELA, Rosely Sampaio. *Contribuições da Semiologia Gráfica para a Cartografia Brasileira*. In Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 45-50, jan./jun. 2001

ARCHELA, Rosely Sampaio e THÉRY, Hervé. *Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos*. In. Confins [Online], 3 | 2008, posto online em 23 juin 2008. URL : <http://confins.revues.org/index3483.html> DOI : en cours d'attribution

ARNSTEIN, Sherry R. *Uma escada da participação cidadã*. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa

Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. – disponível em <http://aeessp.org.br/escada.pdf>

BARROS, Lizziane Melo. *Centros Culturais Municipais e a política de “descentralização” cultural em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado do Prog. Pós-graduação em Ciências Sociais – PUC-MG, orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos Rocha, 2012, disponível em [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_BarrosLM\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_BarrosLM_1.pdf)

BELO HORIZONTE, *Plano Municipal De Cultura De Belo Horizonte* - LEI Nº 10.854, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

BELO HORIZONTE, *Sistema Municipal De Cultura De Belo Horizonte* – LEI Nº 10.901 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

BELO HORIZONTE, Fundação Municipal de Cultura. *Estatuto da Fundação Municipal De Cultura*, DECRETO Nº 14.371, DE 13 DE ABRIL DE 2011 , DECRETO Nº 15.775, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014 - ESTATUTO FMC, DECRETO Nº 16.049, DE 11 DE AGOSTO DE 2015 DECRETO Nº 16.196, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Portal da PBH, 2015 – consulta ao link sobre a Fundação Municipal de Cultura – em 12/04/2016

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Evolução da estrutura administrativa de Belo Horizonte 1894-2009 – consulta em 09/01/2016 - <http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/organogramas.htm>

BELO HORIZONTE, Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Manual do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP), 2010. Manuscrito.

BELO HORIZONTE, Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Relatório anual 2015 – disponível em <http://www.bhfazcultura.pbh.gov.br/relatoriosanuais> - consulta em 14/04/2017

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. SIOM – Sistema de Informações Organizacionais do Município. Disponível em <http://portal7.pbh.gov.br/Organograma/index.pbh.jsessionid=C0F02133E9F166EE35F0D62973426E13> consulta em 09/01/2016

BELO HORIZONTE, Portal PBH – Estatística e Indicadores – consulta – 11/12/2016 [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20046&lang=pt\\_BR&pg=7742&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20046&lang=pt_BR&pg=7742&taxp=0&)

BERTIN, Jacques. *Ver ou Ler – Um novo olhar sobre a Cartografia*. In AGB, São Paulo, n...18, p. 45-62, 1988

BOARD, Christopher. *Os mapas como modelos*. In: CHORLEY, Richard J. e Haggett. Peter (Org.). *Modelos físicos e de informação em Geografia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos / Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975. p. 139-184

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*. In. São Paulo Perspectivas, vol.15, nº 02, São Paulo. Abril/Junho, 2001. – <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL, Ministério da Cultura (MINC), 2016 — *Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais* – [sniic.cultura.gov.br](http://sniic.cultura.gov.br) - consulta 19.06.2016 -

BRASIL, Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura/Brasil*. MINC. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti – São Paulo: Instituto Via Pública, MINC, 2012, 216p.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Plano Nacional De Cultura* – Lei Nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010

BRASIL, Ministério da Cultura - *Plano Nacional Do Livro E Leitura* - <http://www.cultura.gov.br/pnll> - Plano Nacional do Livro e Leitura – MINC m –consulta 02/07/2016

CALABRE, Lia. *Políticas Públicas e Indicadores Culturais: algumas questões*. In. V Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador- Bahia. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19406-1.pdf> consulta em 27/11/2016

CAQUARD, Sébastien, PULSIFER, Peter, Fiset Jean-Pierre, TAYLOR, D.R. Fraser. *Introduction au concept d'acte cybercartographique : genèse d'un atlas cybercartographique* », *Cybergeog: European Journal of Geography [En ligne]*, Dossiers, Sélection des meilleurs articles de SAGEO 2005, document 395, mis en ligne le 19 juillet 2007, consulté le 16 juillet 2016. URL : <http://cybergeog.revues.org/22420> ; DOI : 10.4000/cybergeog.22420

CASTRO, José Flávio Morais, GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira, BUFALO, Ana Carolina. *Utilização de SIG na integração de dados dos quadros físico-natural e socioeconômico da região administrativa de Campinas: uma proposta metodológica*. *Geografia*, Rio Claro, vol.23 (3), dezembro, 1998, p. 65-93

CASTRO, José Flávio Morais. *Comunicação Cartográfica e Visualização Cartográfica*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 87, p.67-83, 2007

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007 – 453p.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. *Geografia Cultural: um balanço*. Geografia (Londrina) , Londrina, v. 20, n. 3, p. 005-024, set./dez. 2011. URL: disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>

CORREA, Roberto Lobato. *A Geografia e o Urbano*. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Orgs. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.167-186.

CORREA, Roberto Lobato. *Sobre a Geografia Cultural*. In. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 2009 – documento internet

CRAMPTON, Jeremy W. *Cartography: maps 2.0*. In. Progress in Human Geography, v.33, n.1, p. 91-100, 2009.

CRAVEIRO, Caroline. *Os Centros Culturais na política cultural de Belo Horizonte*. Monografia apresentada ao Instituto de Educação Continuada (IEC) Pós –graduação em Administração Pública da PUC-MG – orientação Prof. Dr. Carlos de Vasconcelos Rocha, 2012 (manuscrito)

DAVIS JR, Clodoveu. *GIS: dos conceitos básicos ao estado da arte*. In: Anuário Fator GIS 97, C1-C4, Editora Sagre, 1997. Disponível em <http://homepages.dcc.ufmg.br/~clodoveu/files/100.70/AM018.%201997%20GIS%20-20dos%20conceitos%20basicos%20ao%20estado%20da%20arte.pdf> consulta em 27/11/2016

FARMAN, Jason. *Mapping the digital empire: Google Earth and the process of postmodern cartography*. In. New Media & Society, v. 12, n. 6, p. 869-888, 2010. [https://public.wsu.edu/~hegglund/courses/548space/JasonFarman\\_Mapping\\_the\\_Digital\\_Empire.pdf](https://public.wsu.edu/~hegglund/courses/548space/JasonFarman_Mapping_the_Digital_Empire.pdf)

FLICK, U. *Entrevista episódica*. In: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-136.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GEERTZ, Clifford. *Arts as a cultural system*. MLN, v.91, n6. P.1473-1499,1976  
[http://culturalheritage.ceistorvergata.it/virtual\\_library/art\\_as\\_system.pdf](http://culturalheritage.ceistorvergata.it/virtual_library/art_as_system.pdf)  
consulta em 01/11/2016

HARLEY, J.B; WOODWARD, David. Orgs. *The History of Cartography*. Volume 1. Chigago: University of Chicago Press, 1987 – disponível em [http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC\\_V3\\_Pt1/HOC\\_VOLUME3\\_Part1\\_chapter1.pdf](http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V3_Pt1/HOC_VOLUME3_Part1_chapter1.pdf) Consulta em 01/11/2016

JOLY, F. *A Cartografia*. Editora Papirus, São Paulo, 2005 (8ª edição)

LIBÂNIO, Clarice de Assis. *Mapeamento Cultural: política pública e convivência social*. Caderno da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, 2013.

LIBAULT, André. *Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica*. In: Geocartografia – Textos selecionados de Cartografia Teórica, Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Originalmente publicado em Métodos em Questão, IGEO-USP, São Paulo, nº1, 1971

IBGE, ATLAS ESCOLAR -<http://atlascolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/historia-da-cartografia/a-idade-media.html> - consulta em 02.07.2016

INSTITUTO TIM - <http://institutotim.org.br/project/mapas-culturais/> - INSTITUTO TIM – consulta em 19.06.2016

MAKOWIECKY ,Sandra. *Representação: a palavra, a idéia, a coisa*. In Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Nº 57 – Dezembro de 2003 - ISSN 1678-7730 – p.02 – 25

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. *A Paisagem Sob A Perspectiva Das Novas Abordagens Geográficas* . In Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

MENEGALE, Bercine. *Belo Horizonte: o resgate cultural da cidade*. In: FARIA, Hamilton & SOUZA, Valmir (Orgs). Revista Pólis. São Paulo. nº12, 1993, p. 41-57

MERICSKAY, Boris; ROCHE, Stéphane. *Cartographie et SIG à l'ère du Web 2.0: Vers une nouvelle génération de SIG participatifs*. In: Conférence internationale de Géomatique et Analyse Spatiale (SAGEO 2010), Toulouse: France, 2010. Disponível em: <[http://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00583142\\_v1](http://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00583142_v1)>.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Plano Nacional de Cultura, 2010 – Lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Guia de Orientações para os Municípios – Sistema Nacional de Cultura – Perguntas e Respostas*, novembro, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *As Metas do Plano Nacional de Cultura*, 2013.

MITEW, T. *Repopulating the Map: Why Subjects and Things are Never Alone*. In *Fibre Culture Journal*, issue 13, 2008. Disponível em [http://journal.fibreculture.org/issue13/issue13\\_mitew.html](http://journal.fibreculture.org/issue13/issue13_mitew.html)

NOVEMBER, Valérie, CAMACHO-HÜBNER, Eduardo. LATOUR, Bruno. *Entrando em território arriscado*; In *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 2 | 2013, posto online no dia 21 Junho 2013, <http://terrabilis.revues.org/903> ; DOI : 10.4000/terrabilis.903 -Documento acessível online em: <http://terrabilis.revues.org/903> - consulta 03.07.2016

ORTH, Dora e SILVA, Eder. *Uso da tecnologia GIS em prefeituras brasileiras*. In *Anais do III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação Recife - PE, 27-30 de Julho de 2010* p. 001-006. Disponível em [https://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO\\_CD/artigos/CartografiaeSIG/SIG/A\\_105.pdf](https://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO_CD/artigos/CartografiaeSIG/SIG/A_105.pdf)

Consulta em 27/11/2016

SANTOS, Eduardo. *A Geografia Cultural de Paul Claval*. ECCOS Revista Científica, vol. 2, n.1, junho;2000, p.101-104

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro:DP&A, 1999.

SEEMANN, Jörn. *Cartografias culturais na Geografia Cultural: entre mapas de cultura e a cultura dos mapas*. Boletim de Geografia, 21 (2), p.61-82, julho/dezembro 2001

SEEMANN, Jörn. *Cartografia e Cultura: abordagens para a geografia cultural*. In. Zeny Rosendahl, Roberto Lobato Correa (org.). *Temas e caminhos da geografia cultural*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2010, v. 1, p.115-156

SEEMANN, Jörn. *Cartografias culturais na Geografia Cultural: entre mapas da Cultura e a Cultura dos Mapas*. In. Boletim Goiano de Geografia, v. 21, n.2, p-61-82, julho/dezembro,2001

SIMIELLI, Maria Elena R. *O mapa como meio de comunicação: implicações no ensino de 1º grau*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo.

SILVA, Joseli Maria. *Cultura e territorialidades*. Revista de História Regional. Volume 5, 2000, p.9-37

SOUSA, Paulo Victor Barbosa. *Os sentidos de mapear: uma aproximação aos mapas colaborativos*. In. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, Volume nº 2, ano 2, dezembro/2010, p. 2 -10 – [HTTP://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo](http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo)

SOARES, Frederico dos Santos. *Mapeamento Cultural: uma proposta de leitura do espaço*, Brasília, IH/GEA/UnB, 2010

SOUSA, Paulo Victor Barbosa. *Os sentidos de mapear: uma aproximação aos mapas colaborativos*. In. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, Volume nº 2, ano 2, dezembro/2010, p. 2 -10 – [HTTP://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo](http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo)

SOUSA, Paulo Victor Barbosa. *Cartografia 2.0: Pensando o Mapeamento Participativo na Internet*. In Anais XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE. 2 a 6 de setembro/2011. p.1-13

SOUSA, Paulo Victor Barbosa de. *Mapas colaborativos na Internet : um estudo de anotações espaciais dos problemas urbanos* /Paulo Victor Barbosa de Sousa. - 2012. 168 f. : il. Orientador: Prof. Dr. André Luiz Martins Lemos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2012.

SOUSA, Paulo Victor Barbosa. *Mapas colaborativos: subversão de vigilância e poder*. 2010. Disponível em [https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/2010\\_sccc\\_ufc2.pdf](https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/2010_sccc_ufc2.pdf)

SOUZA, Valmir de. *Mapear a Cultura Local*. In: Dicas do Instituto Pólis – Idéias para a Ação Municipal, nº 201, 2003

TAVARES, Mônica Pereira Lima. *A democratização do acesso à informação cultural por meio da tecnologia*. In. Releitura, Belo Horizonte, nº23, novembro, 2008, p.66-72

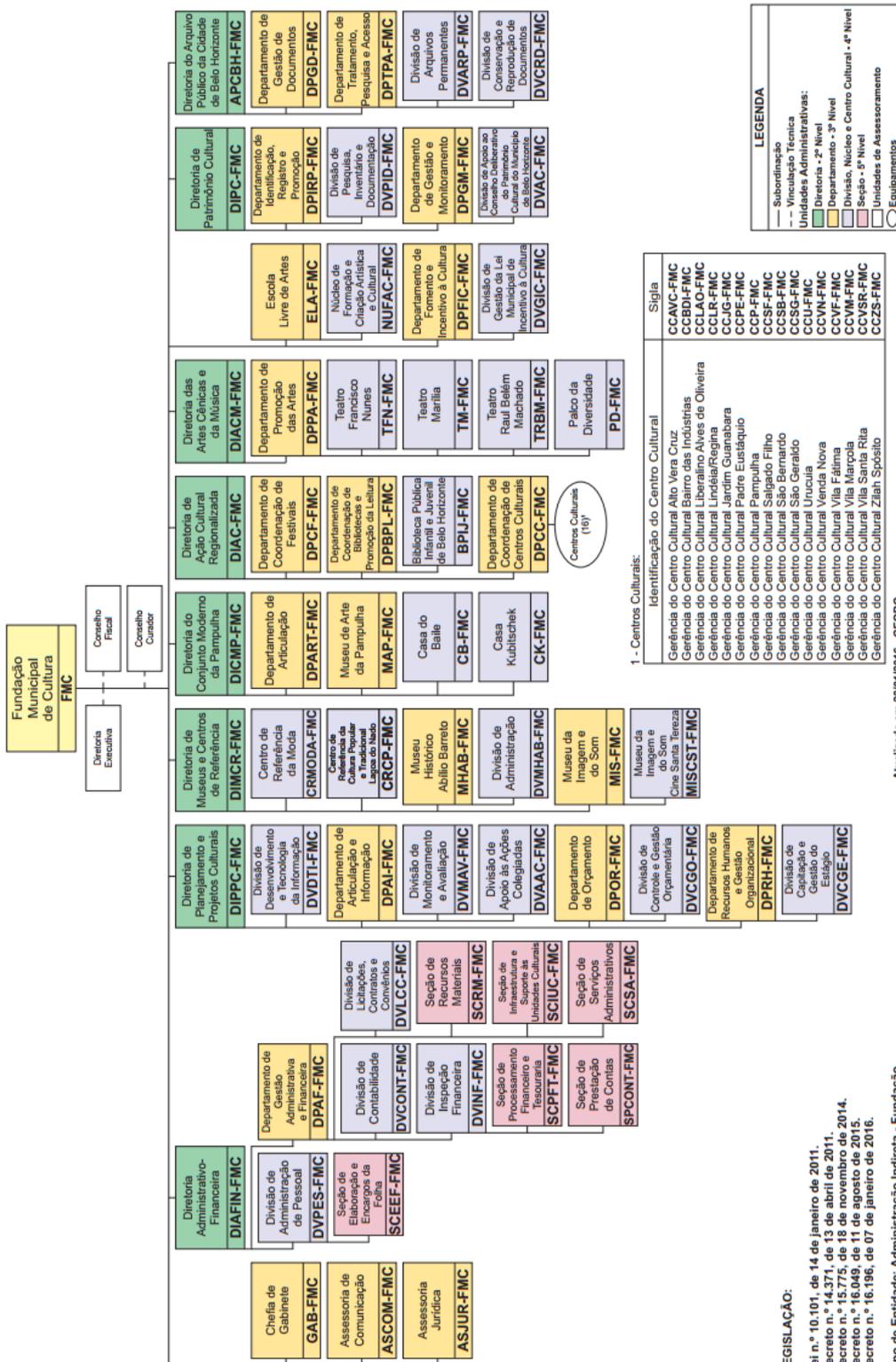
TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

WOOD, Denis; FELS, John. *The Power of maps*. The Guilford Press, New York/London, 1992

WILLIAMS, Raymond. *The sociology of culture*. New York. Schocken Books, 1982

# ANEXO 1 – Estrutura Organizacional FMC – 2015

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA



## ANEXO 2 - Caracterização geral de setores e equipamentos da FMC e projetos 2015

CARACTERIZAÇÃO GERAL DE SETORES E EQUIPAMENTOS DA FMC E PROJETOS - 2015	
ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (APCBH)	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>- O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte é um equipamento voltado para a guarda, memória e conservação de acervos da história do município e alinhado à lei nº 8159 de 08 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. É dever do poder público realizar a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como um instrumento à gestão, à cultura e ao desenvolvimento científico. Seus projetos correspondem a serviços relativos ao atendimento, tratamento de acervo, gestão de documentos, pesquisas, além de atividades de difusão e promoção da memória, história e patrimônio do município. A competência do Arquivo Público é implantar a política municipal de arquivos, garantindo proteção e acesso à documentação produzida pela administração pública, promover recolhimento de documentação privada de interesse público, assegurar uso do Arquivo Público como espaço de pesquisa e preservação documental.</p>	25 Anos Do APCBH
	A cidade em debate
	Atendimento às consultas
	Cestas da memória
	Digitalização de documentos
	Educação patrimonial
	Exposição itinerante: comissão construtora da nova capital
	Gestão de documentos na administração direta e indireta
	Infraestrutura
	Novos registros: banco de dissertações e teses sobre BH
	O arquivo na web
	Preservação, organização e acesso
	Programa de pesquisas do APCBH
	Representação institucional em colegiados
Revista eletrônica do arquivo público da cidade de belo horizonte (REAPCBH)	
Tratamento do acervo da Câmara Municipal	
Tratamento do acervo da Câmara Municipal- infraestrutura	
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO À LEITURA E BIBLIOTECAS	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>A rede de bibliotecas públicas corresponde às bibliotecas dos Centros Culturais e à Biblioteca Pública Infantil e Juvenil. Oferecem serviços e atividades relacionadas à política de promoção da leitura e ampliação e tratamento de acervos. Os projetos realizados pela rede de bibliotecas públicas alinham-se ao Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído pela portaria interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2005, pelo Ministério da Cultura e da Educação e pelo decreto federal nº 7.555 de 01 de setembro de 2011. As diretrizes que fundam os projetos são as definidas no PNLL: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e desenvolvimento da economia do livro (MINC, 2016). Por meio do Departamento de Coordenação de Bibliotecas e Promoção da Leitura, relativos a prêmios de literatura, festival, mostras.</p>	Biblioteca
	Promoção Da Leitura
	Tratamento De Acervo
	Beagalê
	Concurso Nacional De Literatura Prêmio Cidade De Belo Horizonte
	Concurso Nacional De Literatura Prêmio João-De-Barro
	Informatização De Bibliotecas - Infraestrutura
	Plano Municipal De Leitura, Literatura, Livro E Bibliotecas
CENTROS CULTURAIS	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>Os Centros Culturais constituem uma rede de 16 equipamentos distribuídos pelo território do município. Realizam projetos que</p>	Biblioteca
	Cultura E Cidadania
	Formação Artístico-Cultural

<p>integram a biblioteca, formação artístico-cultural, incentivo e promoção à produção cultural local, patrimônio cultural, difusão das artes e manifestações culturais, além de possibilitar o uso dos seus espaços para a comunidade, através de cessão de espaço a diversas iniciativas da própria sociedade.</p>	Incentivo E Promoção À Produção Cultural Local
	Patrimônio Cultural Comunitário
	Produção E Difusão Das Artes E Da Cultura
	Promoção Da Leitura
	Representação Institucional Em Colegiados
	Tratamento De Acervo
	Brincando Na Vila
	Descontorno Cultural
Territórios Criativos	
<b>CASA DO BAILE, MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA E CASA KUBITSCHECK</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
<p>A Casa do Baile, o Museu de Arte da Pampulha e a Casa Kubitscheck integram o Conjunto Moderno da Pampulha. A Casa do Baile é considerada um equipamento de projetos voltados para o Design e para o Urbanismo, com atividades de debate, exposição, ações educativas relativas ao patrimônio, além de atividades de difusão artística e cultural. Também realiza atividades de educação patrimonial e tem projetos que abordam o Modernismo e o contexto arquitetônico da Pampulha. O Museu de Arte da Pampulha realiza atividades com o foco nas artes visuais, artes plásticas, memória e patrimônio relativo à Pampulha, além de residências artísticas que integram artes.</p>	A Casa Em Debate
	A Casa Em Exposição
	Ações Educativas Na Casa Do Baile
	Arte No Baile
	Assinatura De Periódicos
	Casa Do Baile                      Ações 2015
	Casa Do Baile - Ações 2016
	Exposições Na Casa
	Ação Educativa
	Casa Kubitschek: A Casa Moderna E A Interpretação Da Pampulha
	Atendimento Às Consultas
	Bolsa Pampulha
	Educativo Map
	Eventos No Map
	Gerenciamento Da Conservação De Acervos Do Map
Gestão De Acervos Do Map	
Infraestrutura	
Telas Urbanas	
<b>CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA POPULAR E TRADICIONAL LAGOA DO NADO</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
<p>Criado pelo decreto nº 15.775, de 18 de novembro de 2014, sucedeu o antigo Centro Cultural Lagoa do Nado na definição institucional e delimitou outra finalidade. Situado no parque municipal Lagoa do Nado e foi criado com o objetivo de desenvolver projetos relativos à identificação, valorização e promoção das culturas populares e tradicionais do município de Belo Horizonte. Seus projetos abordam a temática da diversidade cultural, visando o reconhecimento de manifestações e expressões culturais, realizar atividades de difusão e promoção. Também possui serviços de biblioteca e cessão de espaço para projetos da sociedade.</p>	Ação educativa no CRCP
	Apoio a atividades culturais e intersetoriais
	Biblioteca
	Centro de memória do CRCP
	Conversa ao pé do fogão
	Infraestrutura
	Jornada cultural e ecológica Lagoa do Nado
	Patrimônio cultural
	Produção e difusão cultural
	Promoção da leitura
	Tradição e resistência: sujeitos, práticas e memórias da cultura popular em Belo Horizonte
Tratamento de acervo	
<b>CENTRO DE REFERÊNCIA DA MODA</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
<p>Instituído pelo decreto nº 15.775, de 18 de novembro de 2014, e que sucedeu o Centro de Cultura Belo Horizonte, está voltado para este setor, que recentemente, integra o conjunto de atividades</p>	Cessão De Espaço No CRMODA
	Ciranda Literária

consideradas no âmbito da Economia da Cultura ou Economia Criativa. Apesar da ênfase do equipamento ser a Moda, há projetos relacionados com outros setores artísticos, como música, artes cênicas, literatura, audiovisual. Em 2016, pelo decreto nº 16.541, de 30 de dezembro de 2016, o Centro de Referência da Moda foi convertido em Museu da Moda.	Circulando o Conhecimento - Atendimento aos Usuários
	Construindo O Saber - Educativo
	Cortina Rasgada - Difusão Cultural
	Galera Galeria - Exposições Moda
	Tratamento De Acervo
<b>DIRETORIA DE AÇÃO CULTURAL REGIONALIZADA E DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DE FESTIVAIS</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
A Diretoria de Ação Cultural Regionalizada, por meio do Departamento de Coordenação de Festivais, realiza projetos voltados para a amplificação da produção artística e cultural do município, tais como a Virada Cultural de Belo Horizonte, o Festival de Arte Negra (FAN), Festival Internacional de Quadrinhos (FIQ), Festival Literário de Belo Horizonte (FLI-BH), além de outros projetos cuja natureza seja de promoção e difusão das artes.	Virada Cultural de Belo Horizonte
	Festival de Arte Negra - FAN
	Festival Internacional de Quadrinhos - FIQ
	Festival Literário de Belo Horizonte – FLI
<b>DIRETORIA DAS ARTES</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
A Diretoria das Artes realiza projetos relativos às linguagens de Artes cênicas (teatro, dança, circo) e Música, com ações de formação, produção e difusão. Foram instituídas pelos decretos nº 16.049 de 11 de agosto de 2015 e nº 16.422, de 09 de setembro de 2016.	Cena Música
	Festival Internacional De Teatro Palco E Rua De Belo Horizonte – FIT
<b>DIRETORIA DE MUSEUS E CENTROS DE REFERÊNCIA</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
A Diretoria de Museus e Centros de Referência, para além dos projetos já realizados nos Museus e Centros de Referência, possui projetos relativos ao desenvolvimento integrado das unidades museológicas que envolvem temáticas relativas à Política Nacional dos Museus, em formulação a partir da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de Museus. Também realiza projetos voltados para memória e patrimônio, educação patrimonial, conservação e restauração, além de projetos de difusão cultural e artística.	Comissão Permanete De Política De Acervo
	Desenvolvimento Integrado Das Unidades Museológicas
	Infra-Estrutura
	Noturno Nos Museus De Belo Horizonte
	Primavera Dos Museus
	Semana De Museus
	Sistema Municipal De Museus
<b>DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>

Realiza projetos e serviços amparados na legislação municipal da área de Proteção ao Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Ambiental. Seus projetos correspondem a atividades permanentes vinculadas à regulação urbana e à atuação do Conselho Municipal Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CMDPCBH).	Adote BH como cidade da arquitetura destacando e divulgando o seu patrimônio através de sinalização interpretativa
	Adote um bem cultural
	Calendário do patrimônio cultural de Belo Horizonte
	Desenvolvimento e acompanhamento de projetos em área protegida
	Edital de concurso prêmio "Mestres da Cultura Popular de Belo Horizonte"
	Informação ao munícipe
	Infraestrutura
	Inventário de bairros de Belo Horizonte
	Inventário e registro do patrimônio cultural de natureza imaterial
	Representação institucional em colegiados
	Tapume com arte
	Tombamentos
Tratamento e organização do acervo documental da DIPC	
<b>MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (MIS)</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
O Museu da Imagem e do Som (MIS), instituído pelo decreto nº 15.775, de 18 de novembro de 2014, sucedeu o Centro de Referência do Audiovisual (CRAV), tendo como atribuições promover e coordenar as ações de pesquisa, preservação e divulgação dos acervos audiovisuais e correlatos sob a sua guarda; promover atividades de estímulo à qualificação, à produção e à exibição audiovisual e de formação de público; implementar projetos para o patrimônio cultural audiovisual e seus correlatos; promover iniciativas de divulgação, por meio da linguagem audiovisual, da memória e do patrimônio cultural da cidade; propor critérios e normas para seu adequado funcionamento e utilização, pautando-se pelas diretrizes de preservação e de conservação da edificação que o abriga, e pelas especificidades e singularidades da sua linha de atuação. Realiza projetos voltados para o setor de audiovisual, educação patrimonial, conservação e difusão.	Acervo em foco
	Atendimento às consultas
	Audiovisual em Debate
	Canal MIS
	Cinepop cineclubes
	Desenvolvimento de ações sobre o acervo do MIS
	Educação Museal
	Exposições itinerantes mis nos centros culturais da fundação municipal de cultura
	Exposições MIS
	Núcleo de produção digital Minas Gerais
	Oficina de conservação preventiva do patrimônio cultural audiovisual
Seminário de preservação do patrimônio audiovisual	
<b>MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO (MHAB)</b>	
<b>EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO</b>	<b>PROJETOS 2015</b>
O Museu Histórico Abílio Barreto desenvolve projetos na área da memória e patrimônio, além de projetos de conservação e restauração, educação museal, difusão artística e cultural. Tem como competências promover e coordenar iniciativas de preservação, pesquisa e dinamização de acervos museais relativos à história, memória e identidades da cidade.	Ação Cultural no MHAB
	Atendimento ao Usuário
	Cessão de Espaço do MHAB
	Desenvolvimento de Acervos
	Educação Museal
	Exposição de Curta Duração
	Exposição de Longa Duração - "O Museu E A Cidade Sem Fim"
	Exposição de Média Duração - Histórias Das Artes Cênicas Em Belo Horizonte
	Exposições de Longa Duração
	Gestão de Documentos De Arquivo Do MHAB
	Infraestrutura

Intervenções Museais	
MUSEU DA IMAGEM E SOM CINE SANTA TEREZA (MIS CINE SANTA TEREZA)	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>Instituído pelo decreto nº 16.049 de 11 de agosto de 2015, o MIS Cine Santa Tereza tem como competências promover a preservação e o acesso ao patrimônio audiovisual e seus correlatos, por meio de exposições, exhibições, ações educativas; prover atividades de estímulo à produção local e à formação de público.</p>	Acesso e difusão do Cinema
	Atividades formativas
	Biblioteca
	Comissão Local MIS Cine Santa Tereza
	Exposição "A Cultura cinematográfica em cartazes"
	Promoção e difusão dos cinemas mineiro e brasileiro
	Valorização e difusão de acervos cinematográficos
TEATROS FRANCISCO NUNES, MARÍLIA E RAUL BELÉM MACHADO	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>Os teatros municipais Francisco Nunes, Marília e Raul Belém Machado, este último integra o Espaço Cênico Yagi Fugimori, desenvolvem projetos relativos à produção e difusão das artes cênicas e serviços de cessão de espaço para diversos eventos do poder público e da sociedade civil.</p>	Cessão De Espaço
	Edital De Seleção De Espetáculos
	Ocupação Dos Teatros Da Fmc
	Festival Internacional de Teatro de Palco e Rua de Belo Horizonte – FIT
ESCOLA LIVRE DE ARTES ARENA DA CULTURA (ELA – ARENA DA CULTURA)	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>Foi criada pelo decreto nº 15.775/2014 e está voltada para o desenvolvimento da política de formação artística e cultural. Integra a estrutura organizacional da Fundação Municipal de Cultura a partir do decreto nº 16.049 de 11 de agosto de 2015. As atividades são realizadas nos Centros Culturais e no Núcleo de Formação Artística situado no Edifício Central, localizado na Praça da Estação. A instituição da ELA se deu a partir da consolidação do programa Arena da Cultura, executado desde 1998.</p>	<p>Artes Visuais Brinquedos e Brincadeiras Dança Design Popular Música Patrimônio Cultural Comunitário Teatro</p>
DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA	
EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	PROJETOS 2015
<p>O Departamento de Fomento e Incentivo à Cultura, realiza edital de seleção de projetos para incentivo e fomento à arte e à cultura. Este mecanismo de incentivo contempla diretamente os empreendedores da sociedade civil, em áreas diferentes do campo da cultura e da arte do município, tais como música, artes cênicas (teatro, circo e dança), artes visuais, artes plásticas, literatura, audiovisual e patrimônio cultural. Contempla projetos de pessoas físicas ou jurídicas e representa a modalidade de inserção de iniciativas da sociedade civil e das cadeias produtivas privadas através do financiamento público.</p>	<p>Oficinas de Formação de: Artes Cênicas (Circo, Dança, Teatro) Artes Visuais Audiovisual Literatura Música Patrimônio Cultural</p>

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da FMC, 2016

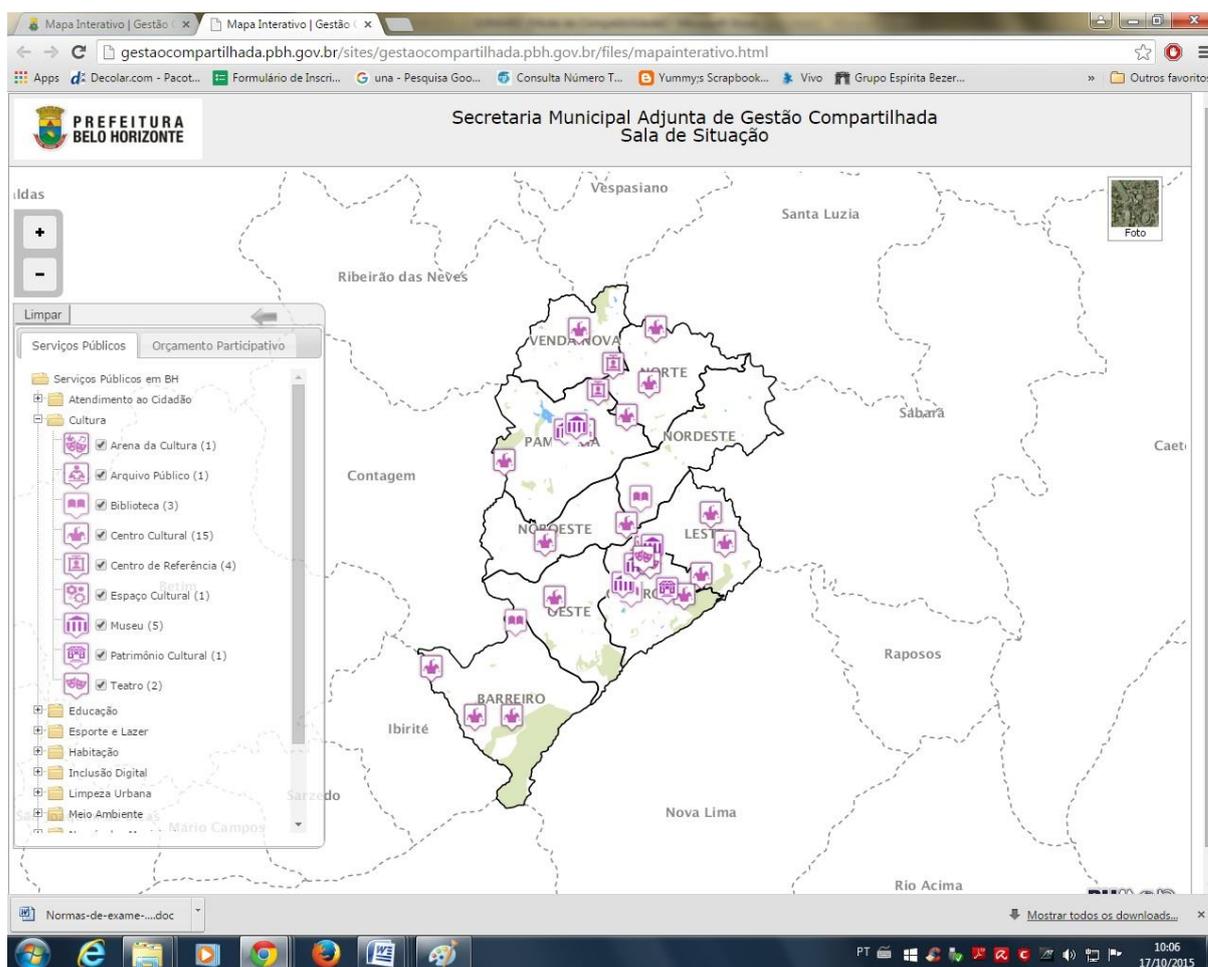
## ANEXO 3 – Mapa Interativo da Secretaria Adjunta De Gestão

### Compartilhada – 2015

disponível em

<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/mapainterativo.html>

- consulta em 16/06/15



## ANEXO 4 – Tabela de Atividades e Serviços realizados pela FMC – 2015

TOTAL DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS E SERVIÇOS E TOTAL DE PÚBLICO REGISTRADO POR TERRITÓRIO DE GESTÃO – 2015				
Território	Tipo de Atividade	Atividade/Serviço	Total Ativ.final/serviço	Total de Público
B1			87	11.613
	Finalística		53	3.471
		Apresentação artística	21	1.343
		Exibição	3	145
		Exposição	6	1.671
		Oficina	23	312
	Serviço		34	8.142
		Cessão de espaço	6	143
		Inclusão digital / telecentro	5	628
		Serviço de referência e informação - empréstimo	11	857
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	11	6.512	
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	1	2	
B2			30	203.096
	Finalística		30	203.096
		Apresentação artística	0	150
		Exposição	29	202.809
	Palestra	1	137	
B3			1286	30.886
	Finalística		456	15.224
		Apresentação artística	271	4.652
		Exibição	15	552
		Exposição	16	5.034
		Oficina	154	4.986
	Serviço		830	15.662
		Cessão de espaço	784	7.242
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	1.617
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	6.510
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	12	51	
B4			508	18.118
	Finalística		212	10.273
		Abertura	1	52
		Apresentação artística	52	2.036
		Exibição	4	30
		Exposição	15	5.980
		Oficina	138	2.143
		Palestra	2	32
	Serviço		296	7.845
		Cessão de espaço	261	3.758
	Serviço de referência e informação - empréstimo	12	248	
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	3.808	
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	11	31	
B5			868	31.468
	Finalística		216	19.855
		Apresentação artística	40	2.657
		Exibição	11	326
		Exposição	14	14.583
		Oficina	150	2.169
		Visita orientada	1	120
	Serviço		652	11.613
		Cessão de espaço	616	6.224
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	1.177
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	4.161	
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	12	51	
CS1			4047	839.396
	Finalística		3434	775.077
		Abertura	7	2.302
		Apresentação artística	1283	645.941
		Curso	4	204
		Exibição	99	2.706
		Exposição	49	101.968
		Lançamento	6	1.274
		Oficina	236	4.083
	Palestra	103	10.771	

		Visita orientada	1636	5.754
		Visita técnica	11	74
	Serviço		613	64.319
		Cessão de espaço	545	18.600
		Informação cultural	19	41.086
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	512
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	13	3.410
		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	24	711
			2329	1804
	Serviço		2329	1.804
		Análise de projetos arquitetônicos e emissão de pareceres	12	0
		Emissão de carta grau	2305	0
		Informação cultural	12	1.804
			1465	69130
	Finalística		701	43108
		Abertura	2	245
		Apresentação artística	59	19300
		Exibição	19	880
		Exposição	23	9867
		Lançamento	1	3000
		Oficina	585	9470
		Palestra	2	42
		Visita orientada	10	304
	Serviço		764	26022
		Cessão de espaço	697	5507
		Inclusão digital / telecentro	13	8078
		Serviço de referência e informação - empréstimo	24	2984
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	18	8653
		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	12	800
			962	102.510
	Finalística		861	75.910
		Abertura	7	5.650
		Apresentação artística	62	4.918
		Exibição	20	554
		Exposição	92	49.657
		Lançamento	15	1.098
		Oficina	97	2.029
		Palestra	101	2.185
		Visita orientada	467	9.819
	Serviço		101	26.600
		Cessão de espaço	40	4.212
		Inclusão digital / telecentro	10	533
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	1.627
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	24	19.948
		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	15	280
			1	18
	Finalística		1	18
		Oficina	1	18
			1408	91.845
	Finalística		178	59.644
		Apresentação artística	62	5.504
		Exibição	9	135
		Exposição	15	52.616
		Oficina	91	1.359
		Palestra	1	30
	Serviço		1230	32.201
		Cessão de espaço	1188	24.080
		Inclusão digital / telecentro	11	1.527
		Serviço de referência e informação - empréstimo	11	1.836
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	11	4.701
		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	9	57
			1	25
	Finalística		1	25
		Palestra	1	25
			7	1.500
	Finalística		7	1.500
		Apresentação artística	3	1.230
		Oficina	2	110
		Palestra	2	160
			824	33.005

L4	Finalística		454	23.580
		Abertura	1	60
		Apresentação artística	45	4.880
		Exibição	4	184
		Exposição	29	15.216
		Oficina	375	3.240
	Serviço		370	9.425
		Cessão de espaço	342	4.628
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	1.629
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	3.130
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	4	38	
N1			106	12.097
	Finalística		69	4.808
		Abertura	2	280
		Apresentação artística	11	1.067
		Exibição	13	266
		Exposição	7	1.668
		Oficina	35	1.504
		Palestra	1	23
	Serviço		37	7.289
		Cessão de espaço	10	18
		Inclusão digital / telecentro	4	472
		Serviço de referência e informação - empréstimo	5	56
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	13	6.668	
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	5	75	
N2			9	653
	Finalística		9	653
		Apresentação artística	4	457
		Exibição	1	69
	Oficina	4	127	
N3			1346	58.984
	Finalística		703	37.704
		Abertura	2	360
		Apresentação artística	113	6.889
		Exibição	28	514
		Exposição	22	22.851
		Lançamento	1	37
		Oficina	529	6.875
		Palestra	6	158
		Visita orientada	2	20
	Serviço		643	21.280
		Cessão de espaço	572	10.006
		Inclusão digital / telecentro	13	1.086
		Serviço de referência e informação - empréstimo	24	1.119
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	24	8.997	
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	10	72	
N4			4	205
	Finalística		4	205
		Apresentação artística	1	90
		Exibição	1	85
	Oficina	2	30	
NE1			10	510
	Finalística		10	510
		Apresentação artística	2	310
	Oficina	8	200	
NE2			5	267
	Finalística		5	267
		Apresentação artística	2	184
	Oficina	3	83	
NE3			16	319
	Finalística		16	319
		Apresentação artística	1	72
		Oficina	14	200
	Palestra	1	47	
NE4			35	3.380
	Finalística		2	2
		Oficina	2	2
	Serviço		33	3.378
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	1.018
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	2.304	

		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	9	56
NE5			1	25
	Finalística		1	25
		Oficina	1	25
NO1			321	25.846
	Finalística		197	18.276
		Abertura	2	80
		Apresentação artística	52	6.717
		Exibição	9	248
		Exposição	31	8.253
		Lançamento	1	160
		Oficina	88	2.213
		Palestra	11	580
		Visita orientada	3	25
	Serviço		124	7.570
		Cessão de espaço	89	1.721
		Serviço de referência e informação - empréstimo	12	481
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	5.248
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	11	120	
NO2			1	79
	Finalística		1	79
		Apresentação artística	1	79
NO3			1	40
	Finalística		1	40
		Apresentação artística	1	40
NO4			1087	40.941
	Finalística		924	25.623
		Abertura	1	300
		Apresentação artística	90	9.298
		Exibição	5	130
		Exposição	28	9.150
		Lançamento	1	35
		Oficina	443	6.227
		Palestra	6	133
		Visita orientada	350	350
	Serviço		163	15.318
		Cessão de espaço	132	2.321
		Inclusão digital / telecentro	9	3.118
		Serviço de referência e informação - empréstimo	9	2.673
	Serviço de referência e informação - pesquisa livre	9	7.181	
	Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	4	25	
O1			666	53.797
	Finalística		326	44.289
		Apresentação artística	64	5.973
		Exibição	9	386
		Exposição	17	33.375
		Lançamento	3	70
		Oficina	223	4.133
		Palestra	10	352
	Serviço		340	9.508
		Cessão de espaço	310	1.109
		Serviço de referência e informação - empréstimo	10	1.423
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	6.809
		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	8	167
	O2			7
Finalística			7	428
		Apresentação artística	5	405
		Oficina	2	23
O4			2	324
	Finalística		2	324
		Apresentação artística	2	324
P1			825	52.965
	Finalística		304	31.758
		Abertura	1	180
		Apresentação artística	117	14.586
		Exibição	5	106
		Exposição	20	12.016
		Lançamento	2	80
	Oficina	97	2.576	
		Palestra	1	10

		Visita orientada	61	2.204	
	Serviço		521	21.207	
		Cessão de espaço	506	4.165	
		Serviço de referência e informação - empréstimo	8	3.943	
		Serviço de referência e informação - pesquisa livre	7	13.099	
			1025	156.416	
P2	Finalística		990	156.154	
		Abertura	4	556	
		Apresentação artística	87	5.510	
		Exibição	36	191	
		Exposição	58	138.689	
		Lançamento	2	116	
		Oficina	25	454	
		Palestra	13	327	
		Visita orientada	762	10.220	
		Visita técnica	3	91	
		Serviço	35	262	
			Serviço de referência e informação - empréstimo	6	40
			Serviço de referência e informação - pesquisa livre	8	71
			Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	21	151
P3			2	50	
	Finalística		2	50	
		Oficina	2	50	
P4			764	35.421	
	Finalística		586	24.576	
		Abertura	1	50	
		Apresentação artística	69	9.122	
		Curso	6	60	
		Exibição	34	1.286	
		Exposição	27	10.055	
		Oficina	439	3.415	
		Palestra	10	588	
		Serviço	178	10.845	
			Cessão de espaço	130	2.603
			Inclusão digital / telecentro	12	403
			Serviço de referência e informação - empréstimo	12	1.612
			Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	6.112
		Serviço de referência e informação - pesquisa orientada	12	115	
VN2			957	35.149	
	Finalística		809	23.692	
		Abertura	1	126	
		Apresentação artística	54	3.354	
		Curso	7	78	
		Exibição	7	431	
		Exposição	12	6.303	
		Oficina	719	13.146	
		Palestra	8	230	
		Visita orientada	1	24	
		Serviço	148	11.157	
			Cessão de espaço	124	5.816
			Serviço de referência e informação - empréstimo	12	661
			Serviço de referência e informação - pesquisa livre	12	4.680
VN3			21	46.764	
	Finalística		21	46.764	
		Exposição	12	46.513	
		Visita orientada	9	251	
VN4			3	251	
	Finalística		3	251	
		Apresentação artística	1	205	
		Oficina	2	46	
TOTAL			21037	1.959.052	

Fonte: FMC, 2016 – tabela gerada por SMAPP

Obs. Tabela do SMAPP (2015 e 2016) apresentou erros de localização do Centro Cultural Venda Nova (situa-se no VN2 e no SMAPP estava no VN3) e do Centro Cultural Vila Marçola (situa-se no CS3 e no SMAPP estava no CS2). Foi realizada a alteração manualmente pela autora dos dados relativos a estes equipamentos culturais.

## ANEXO 5 – Inauguração e situação em 2016 dos equipamentos culturais FMC

### EQUIPAMENTOS CULTURAIS - Inauguração e situação em 2016

<i>EQUIPAMENTO CULTURAL - SITUAÇÃO EM 2016</i>	<i>Data de Inauguração</i>	<i>Ano Inauguração</i>	<i>OBS.</i>
MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO	18/02/1943	1943	O casarão é anterior.
TEATRO FRANCISCO NUNES	30/09/1950	1950	
MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA	23/12/1957	1957	Cassino: 15/15/1943
TEATRO MARÍLIA	12/12/1964	1964	
ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE	20/05/1991	1991	BH já tinha Arquivo Público antes, mas em 1991 torna-se parte da estrutura da SMC
BIBLIOTECA PÚBLICA INFANTIL E JUVENIL DE BELO HORIZONTE	07/02/1991	1991	
CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA POPULAR E TRADICIONAL LAGOA DO NADO	22/12/1992	1992	Inaugurado como Centro de Cultura Interregional Lagoa do Nado. Mudou de denominação em 2014.
CENTRO CULTURAL SÃO BERNARDO	18/12/1994	1994	
MUSEU DA IMAGEM E DO SOM	16/11/1995	1995	
CENTRO CULTURAL ALTO VERA CRUZ	08/12/1996	1996	
CENTRO CULTURAL LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA	24/07/1999	1999	
CENTRO CULTURAL PAMPULHA	08/10/2000	2000	
CENTRO CULTURAL ZILAH SPÓSITO	12/10/2000	2000	
CASA DO BAILE	12/12/2002	2002	o edifício foi inaugurado em 29/11/1942.
BIBLIOTECA REGIONAL BAIRRO DAS INDÚSTRIAS	2014	2004	Transferida em 2015 para o Centro Cultural Bairro das Indústrias
BIBLIOTECA REGIONAL SÃO CRISTÓVÃO	2014	2004	Transferida em 2015 para o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira
BIBLIOTECA REGIONAL DO BAIRRO RENASCENÇA	2014	2004	Transferida em 2016 para o Centro Cultural da Nordeste - Usina de Cultura
BIBLIOTECA REGIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA	2014	2004	Fechada em 2013
CENTRO CULTURAL VILA MARÇOLA	18/08/2007	2007	
CENTRO CULTURAL VENDA NOVA	12/08/2007	2007	
CENTRO CULTURAL JARDIM GUANABARA	05/12/2008	2008	
CENTRO CULTURAL LINDEIA/REGINA	28/06/2008	2008	
CENTRO CULTURAL PADRE EUSTÁQUIO	06/12/2008	2008	
CENTRO CULTURAL SALGADO FILHO	08/12/2008	2008	
CENTRO CULTURAL URUCUIA	28/06/2008	2008	
CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA	21/06/2008	2008	

<i>CENTRO CULTURAL VILA SANTA RITA</i>	<i>22/06/2008</i>	<i>2008</i>	
<i>CENTRO CULTURAL SÃO GERALDO</i>	<i>12/12/2009</i>	<i>2009</i>	
<i>MUSEU DA MODA</i>	<i>21/11/2012</i>	<i>2012</i>	<i>O edifício foi inaugurado em 07/09/9014. Teve vários usos públicos. Em 1974 era Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães; 1997 - Centro de Cultura Belo Horizonte; 2012 - Centro de Referência da Moda e em 2015 - Museu da Moda</i>
<i>CASA KUBITSCHECK</i>	<i>10/09/2013</i>	<i>2013</i>	
<i>CENTRO DE MEMÓRIA DE VENDA NOVA</i>	<i>25/08/2013</i>	<i>2013</i>	
<i>CENTRO CULTURAL BAIRRO DAS INDÚSTRIAS</i>	<i>24/10/2015</i>	<i>2015</i>	
<i>MUSEU DA IMAGEM E DO SOM CINE SANTA TEREZA</i>	<i>26/04/2016</i>	<i>2016</i>	
<i>TEATRO RAUL BELÉM MACHADO</i>	<i>14/04/2016</i>	<i>2016</i>	
<i>USINA DE CULTURA - CENTRO CULTURAL DA NORDESTE</i>	<i>16/12/2016</i>	<i>2016</i>	

Fonte: FMC, 2017

## ANEXO 6 – Dados da Execução FMC 2001 A 2015 - – Atividades finalísticas e Serviços - PBH

QUANTIDADE DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS REALIZADAS POR UNIDADE CULTURAL															
BELO HORIZONTE, 2001 - 2015															
Unidade	Total de Atividades														
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	38	16	19	41	27	59	64	45	72	11	120	106	161	85	97
Assessoria da Lei Municipal de Incentivo à Cultura	-	-	-	-	-	1.216	799	-	-	-	-	53	-	-	-
Assessoria de Comunicação	-	-	-	-	-	561	525	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoria de Patrimônio Cultural e Memória	-	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte	368	286	223	189	285	256	370	367	203	243	354	317	278	227	289
Biblioteca Regional Bairro das Indústrias	-	-	-	12	119	22	33	58	96	233	20	10	8	1	5
Biblioteca Regional Renascença	-	-	-	50	39	19	45	66	75	32	93	46	41	8	2
Biblioteca Regional Santa Rita de Cássia	-	-	101	50	45	18	50	126	107	26	28	11	7	-	-
Biblioteca Regional São Cristóvão	-	-	-	11	36	93	45	79	98	46	1	-	-	-	-
Casa do Baile	-	3	6	9	10	39	274	115	226	132	311	18	139	360	139
Casa Kubitschek	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	223
Centro Cultural Alto Vera Cruz	-	-	-	-	112	47	107	160	224	145	207	184	240	316	464
Centro Cultural Bairro das Indústrias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54
Centro Cultural Jardim Guanabara	-	-	-	-	-	-	-	27	487	162	240	384	340	195	200
Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira	-	-	-	-	37	79	156	185	-	-	-	-	-	34	193
Centro Cultural Lindéia/Regina	-	-	-	-	-	-	-	264	954	238	420	191	278	399	479
Centro Cultural Padre Eustáquio	-	-	-	-	-	-	-	7	301	171	281	218	183	223	564
Centro Cultural Pampulha	-	-	-	-	26	109	73	238	244	92	69	258	152	304	587
Centro Cultural Salgado Filho	-	-	-	-	-	-	-	25	586	160	448	229	449	302	318
Centro Cultural São Bernardo	-	-	-	-	73	85	198	346	335	208	222	215	246	632	499
Centro Cultural São Geraldo	-	-	-	-	-	-	-	-	46	202	95	68	161	157	172
Centro Cultural Uruçuia	-	-	-	-	-	-	-	107	417	257	212	194	134	204	224
Centro Cultural Venda Nova	-	-	-	-	-	-	80	268	289	150	108	154	197	721	830
Centro Cultural Vila Fátima	-	-	-	-	-	-	-	71	321	142	331	231	273	140	189
Centro Cultural Vila Marçola	-	-	-	-	-	-	161	287	556	159	85	80	184	381	504
Centro Cultural Vila Santa Rita	-	-	-	-	-	-	-	147	589	144	67	155	231	314	228
Centro Cultural Zilah Spósito	-	-	-	-	206	149	277	325	262	86	126	122	106	76	70
Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado	-	-	-	-	349	431	520	445	907	390	3.832	519	356	197	301
Centro de Referência da Moda	-	-	-	-	192	169	189	-	19	64	171	177	189	327	202
Departamento de Coordenação de Bibliotecas e Promoção da Leitura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	4	-	57
Departamento de Coordenação de Centros Culturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	7	-	-	22
Departamento de Coordenação de Festivais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	953
Departamento de Fomento e Incentivo à Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	246	53	239	9	3
Departamento de Promoção das Artes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64
Diretoria de Ação Cultural Regionalizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	745	481	-
Diretoria de Bibliotecas e Centros Culturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-	1	-
Diretoria de Museus e Centros de Referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	98	2671
Diretoria de Patrimônio Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0	-
Diretoria de Planejamento e Projetos Culturais	-	-	-	-	-	1	1	-	29	52	18	-	25	11	15
Diretoria dos Teatros	-	-	-	-	-	152	202	71	-	180	-	-	-	-	-
Diretoria Especial de Equipamentos Culturais	-	-	-	-	-	15	5	-	-	-	58	7	-	-	-

Escola Livre de Artes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
Gabinete da Fundação Municipal de Cultura	-	-	-	-	-	54	-	32	7	83	-	-	-	-	-	-	-
Gerência de Coordenação de Políticas Culturais	234	400	325	257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Museu da Imagem e do Som	119	39	138	342	254	175	150	172	41	113	76	11	93	124	181		
Museu de Arte da Pampulha	89	173	286	235	165	222	369	175	112	146	372	418	188	484	599		
Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães	54	168	378	295	47	39	221	299	395	-	-	-	-	-	-	-	-
Museu Histórico Abílio Barreto	378	94	498	458	342	263	460	107	343	284	353	441	423	319	554		
Teatro Francisco Nunes	301	383	326	406	138	217	215	52	135	11	-	-	-	74	203		
Teatro Marília	367	304	360	325	227	231	122	41	246	256	288	226	78	89	147		
<b>Total</b>	<b>1.948</b>	<b>1.866</b>	<b>2.660</b>	<b>2.680</b>	<b>2.729</b>	<b>4.726</b>	<b>5.717</b>	<b>4.707</b>	<b>8.722</b>	<b>4.618</b>	<b>9.345</b>	<b>5.103</b>	<b>6.162</b>	<b>7.293</b>	<b>12.382</b>		

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos - SMAPP e Sistema de Controle Orçamentário-Financeiro - SICOF

Responsável pelas informações: Fundação Municipal de Cultura, Diretoria de Planejamento e Projetos Culturais, Departamento de Articulação e Informação, Divisão de Monitoramento e Avaliação

**FONTE: tabela disponível no Portal PBH – link Estatísticas e Mapas**

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20046&lang=pt\\_BR&pg=7742&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20046&lang=pt_BR&pg=7742&taxp=0&) - CONSULTA EM 29/03/2017

## ANEXO 7 - Dados Populacionais por regional administrativa - 2010

Região Administrativa*	População	Área Km²	Densidade Demográfica
BARREIRO	282552	53,8987	5242,3
CENTRO-SUL	283776	32,6224	8698,8
LESTE	238539	28,1507	8473,6
NORDESTE	290353	39,5199	7347,0
NOROESTE	268038	29,9359	8953,7
NORTE	212055	32,7808	6468,9
OESTE	308549	35,1570	8776,3
PAMPULHA	226110	51,1929	4416,8
VENDA NOVA	265179	29,1103	9109,4
<b>Total geral</b>	<b>2.375.151</b>	<b>332,369</b>	<b>7146,1</b>

Fonte: IBGE - Censo 2010 – tabela extraída do portal PBH – [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) – consulta 25/06/17 -

\*As informações por Região Administrativa estão de acordo com o novo limite vigente a partir de 2011, regulado pela Lei 10.231/11

## ANEXO 8 – Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) por regional – 2015

Regional	CRAS	Regional	CRAS
Barreiro	Vila Cemig	Norte	Providência
	Vila Independência		Jardim Felicidade
	Petrópolis		Brasilina Maria de Oliveira - Novo Aarão Reis
Centro-Sul	Santa Rita de Cássia		Zilah Spósito
	Vila Fátima		Vila Biquinhas
	Vila Marçola		Morro das Pedras / Graça Sabóia
Leste	Taquaril	Oeste	Havaí
	Alto Vera Cruz - Vila Cruzeiroinho		Ventosa
	João Amazonas - Mariano de Abreu		Vista Alegre I
	Granja de Freitas		Vila Antena
Nordeste	União	Pampulha	Vila Santa Rosa
	Conjunto Paulo VI		Novo Ouro Preto
	Vila Maria		Vila São José
Noroeste	Vila Senhor dos Passos		Venda Nova
	Pedreira Prado Lopes	Jardim Leblon/Apolônia	
	Conjunto Califórnia	Lagoa	
	Coqueiral	Mantiqueira	
	Sumaré		

Fonte: PBH, 2015